



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

4ª Vara Cível

Processo 0811342-65.2019.8.23.0010

Comarca: BOA VISTA
Data de 11/04/2019 **Situação:** Público
Classe 156 - Cumprimento de sentença
Assunto Principal: 4847 - Seguro
Data Distribuição: 11/04/2019 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática

Parte(s) do

Tipo: Promovente
Nome: ROMIR GOMES AMORIM
Data de 01/02/1964 **RG:** 56999 SSP/RR **CPF/CNPJ:** 164.124.602-25
Advogado(s) da Parte

618NRR VALDENOR ALVES GOMES
 1358NRR Rosiane Maria Oliveira Gomes

Tipo: Promovido
Nome: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04
Advogado(s) da Parte

134307NRJ JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 11/04/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- procuração e doc 01
- DOC 01
- doc 02



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA
VISTA-RR**

ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado Rua Deusdete Coelho, N° 2351, Bairro Paraviana, CEP: 69.307-273 Município de Boa Vista-RR, na Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, nesta Comarca, por seus advogados e procuradores que esta subscrevem, (email:adv.valdenor@hotmail.com), vem, com respeito e acatamento de estilo à presença de Vossa Excelência, propor

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO VALOR
DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-205, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DOS FATOS

Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte Autora em data de 22/10/2018, deixando-a com





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

incapacidade permanente, devido a **FRATURA DE FÊMUR DIREITO, conforme laudos em anexo.**

Dentre as provas documentais apresentadas, o (a) autor (a) juntou:

- (X) RG, CPF;
- (X) BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL;
- (X) FICHA DE ATENDIMENTO E PRONTUÁRIO HOSPITALAR;
- (X) DECLARAÇÃO DE POBREZA;
- (X) POSSUI RAIO-X, QUE PODERÁ SER APRESENTADO NA PERÍCIA.
- (X) REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

Efetivamente a parte Promovente não recebeu nenhuma importância a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme poderá ser constatado no processo DPVAT de sinistro, no sítio oficial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a seguradora em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** a empresa ré.

II - DO VALOR CORRESPONDENTE A INDENIZAÇÃO

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, é clara quando dispõe que o seguro obrigatório deve indenizar o segurado-vitimado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, senão vejamos:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

.....
II - **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;** e" (grifo nosso)



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual ao valor correspondente a indenização por invalidez previsto na tabela de graduação, no caso da Promovente, houve **FRATURA DE FÊMUR DIREITO** lhe daria o direito de receber o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

E assim dispõe a Súmula nº. 257 do STJ:

“257 - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.”

O caso em tela encontra-se maduro para julgamento, pois consta nos autos o prontuário hospitalar e possui Raio-X que comprova os danos sofridos pela vítima.

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

?EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. O relator pode negar seguimento a recurso contra decisão em confronto com jurisprudência dominante do próprio tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de tribunal superior (art. 557 do CPCivil).



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Nestas situações, é dever do magistrado, ocorrendo a possibilidade, julgar antecipadamente a lide.
Recurso improvido.
ACÓRDÃO. RECURSO IMPROVIDO UNÂNIME (Agravado Nº 000.10.000976-0, Câmara Única, Turma Cível, Tribunal de Justiça de Roraima, Relator: Des. Robério Nunes, Julgado em 14/05/2010).?

Ademais, vale destacar que o nosso Egrégio Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o teto indenizatório previsto na Lei n.º 6.194/74 proporcional à extensão das lesões, **fracionando-o de acordo com a proporção da invalidez** e devidamente comprovado em laudo médico.

Finalmente, resta provado que a parte promovente faz jus a receber a diferença de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) diante das fraturas que causaram a incapacidade da Promovente, como medida de inteira justiça.

III - DOS QUESITOS A SEREM OBSERVADOS PELO O PERITO

O Perito (a) nomeado (a) por Vossa Excelência, deverá observar o que determina a Legislação que estabelece a fragmentação das lesões para fins de indenização,

A legislação acima transcrita é clara ao afirmar que ao “... **se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido**”, ou seja, o perito tem que analisar exclusivamente a parte do corpo em que ocorreu a lesão causada pelo o acidente.

Ora não há que se falar em invalidez para o trabalho, mas apenas invalidez parcial ou completa de determinada parte do corpo humano, ou seja, avaliar se após o acidente ocorreu algum tipo de diminuição na capacidade física do membro atingido a fim de enquadrar na tabela de fragmentação das fragmentações das debilidades que varia de 10% a 100%, senão vejamos:



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Tabela de indenização de Seguros DPVAT em função do grau de invalidez

Danos corporais parciais	Grau de Invalidez (Sequelas)				
	Residual (10%)	Leve (25%)	Média (50%)	Intensa (75%)	Completa (100%)
Lesões Neurológicas	R\$ 1.350,00	R\$ 3.375,00	R\$ 6.750,00	R\$ 10.125,00	R\$ 13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos	R\$ 945,00	R\$ 2.362,50	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas	R\$ 945,00	R\$ 2.362,00	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho.	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo .	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar).	R\$ 135,00	R\$ 337,50	R\$ 675,00	R\$ 1.012,50	R\$ 1.350,00
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	-	-	-	-	R\$ 1.350,00

IV - QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO O PERITO:

- 1 – Qual a idade e profissão da parte periciada?
- 2 - A parte periciada sofreu acidente de trânsito?
- 3 – Em caso afirmativo, qual o membro atingido e qual foi o tipo de fratura?
- 4 – Qual o período para a parte periciada obter alta médica?
- 5 – Qual o tipo de esporte praticado pela parte periciada antes do acidente?
- 6 – A parte periciada continua fazendo uso de medicamentos para aliviar dores referentes à fratura causada pelo sinistro em comento? Qual?
- 7 – O seu estado atual de saúde o torna capaz para desenvolver todas as atividades nas mesmas intensidades realizadas antes do acidente, atribuir (**S-sim** ou **N-não**), tais como:
 - () Correr e pular;
 - () jogar futebol;
 - () jogar vôlei;
 - () trabalhar com a mesma intensidade;
 - () ficar por longo período em pé;
 - () apto a movimentar todos os membros do corpo;
 - () sentar e/ou levantar;
 - () subir escada e/ou rampa;
 - () consegue carregar ou levantar a mesma massa (peso);
 - () dirigir sem auxílio e/ou sem adaptação em veículo;Otros: _____
- 8 – Em razão da debilidade causada no acidente, a parte periciada necessita de permanentes cuidados médicos ou enfermagem?





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

9 – Explicar adequadamente os limites da incapacidade da parte periciada, levando em consideração as suas peculiaridades biológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais.

10 – Requer seja juntado pelo o perito as mídias audiovisuais e/ou fotos da parte do corpo fraturada no sinistro, assim como adotada na Justiça Federal e Justiça do Trabalho.

11 – Queira o Sr. Perito acrescentar todas as informações que possa interessar ao estado de saúde da parte periciada.

Deste modo, uma vez apresentado os quesitos, pugna pelo normal prosseguimento do feito, como medida de inteira justiça.

V - DO PEDIDO

Em face de todo o exposto, requer seja julgada a presente ação ordinária integralmente procedente, tudo para o fim de condenar a Ré a pagar a parte Autora o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, com as devidas atualizações e corrigido monetariamente da data da liquidação do sinistro, e juros legais da data da citação, até a data do efetivo pagamento.

Requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com fulcro na Lei 1.060/50, por não possuir a parte autora condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família;

Requer, a citação da Ré, por oficial de justiça, no endereço declinado no início desta exordial, para, querendo, comparecer a sessão de conciliação e/ou contestar os termos da presente ação, sob pena de revelia, a qual deverá ser julgada totalmente procedente para os fins e propósitos acima indicados, com a aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários de advogado, estes na base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.

Havendo nomeação de perito judicial, requer seja respondido os quesitos pelo o expert.



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direitos admitidas, tais como documental, testemunhal, pericial se necessário for, depoimento pessoal do representante legal do requerido, e demais que se fizerem necessárias à boa instrução do presente feito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais), meramente para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Boa Vista-RR, 11 de abril de 2019.

VALDENOR ALVES GOMES

OAB/RR nº 618

ROSIANE MARIA OLIVEIRA GOMES

OAB/RR nº 1358





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado Rua Deusdete Coelho, N° 2351, Bairro Paraviana, Município de Boa Vista-RR, na Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima

OUTORGADOS: Dr. VALDENOR ALVES GOMES, advogado, casado, inscrito na OAB/RR sob o n° 618; **Drª ROSIANE MARIA OLIVEIRA GOMES** advogada, casada, inscrita na OAB/RR sob o n° 1358, ambos com escritório profissional situado na Rua Maria Rodrigues dos Santos, n° 996, Bairro Asa Branca, CEP. 69.312.285, na Cidade de Boa Vista/RR, onde receberão as devidas intimações.

PODERES: Para o foro em geral e os da cláusula ad-judicia, mais os ressalvados no art. 105 do CPC, exceto para receber citação. Para propor, no interesse do outorgante; em qualquer instância, juízo ou tribunal, as ações que se fizerem necessárias e contestar ou responder as que contra o mesmo for proposta, acompanhando-se até o final julgamento, interpor medidas cautelares, incidentes ou não, efetivas ou provisórias, justificações judiciais, pleitear alvarás ou ordens judiciais para os atos que delas dependam, mandar protestar cambiais e retirá-las do protesto, promover notificações ou interpelações judiciais, patrocinar os interesses do outorgante, procedimentos administrativos junto a quaisquer repartições públicas ou autárquicas, assinando papéis e documentos, intimações, acordar, discordar, receber e dar quitação de valores, transigir, desistir, renunciar ao direito, sobre o que se funda a ação, firmar compromisso, requerer a extinção ou suspensão do processo. Podendo ainda, desempenhar suas atividades profissionais junto ao órgão da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios. Representar junto ao **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS**. Podendo ainda substabelecer.

Boa Vista – RR, 10 de setembro de 2018.

ROMIR GOMES AMORIM

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL56999

DATA DE EXPEDIÇÃO15/10/2018

NOMEROMIR GOMES AMORIM

FILIAÇÃO

RAFAEL GERVÁSIO AMORIM

MARIA DA CONSOLAÇÃO GOMES DA SILVA

NATURALIDADE

BOA VISTA - RR

DOC. ORIGEM

CERTID. NASC 10723 FLS 338 LIV 10

BOA VISTA-RR

CPF

164.124.602-25

2ª VIA

AMADEU ROCHA TRIANI

Perito Registrário do Poder Judiciário

DATA DE NASCIMENTO01/02/1964

P7

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

Polegar Direito

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

19 FEV 2019

GÊNTE SEGURADORA S/A
Av. Capitão João Bezerra, 484 - Boa Vista - RR



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 002724/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 06/02/2019 08:38 Data/Hora Fim: 06/02/2019 08:56
Origem: Polícia Judiciária Data: 06/02/2019
Delegado de Polícia: Juraci Ribeiro da Rocha

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Acidentes de Trânsito
Data/Hora do Fato: 22/10/2018 21:00

Local do Fato

Município: Boa Vista (RR)
Logradouro: Pará

Ponto de Referência: Ponte de cimento da rua da vala.
Tipo do Local: Via Pública



Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Boa Vista - RR

Nome Civil: ROMIR GOMES AMORIM (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RR - Boa Vista Sexo: Masculino Nasc: 01/02/1964
Profissão: Autônomo Escolaridade: Ensino Médio Completo
Estado Civil: Divorciado(a)
Nome da Mãe: Maria da Consolação Gomes da Silva Nome do Pai: Rafael Gervásio Amorim

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 56999
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 164.124.602-25

Endereço

Município: Boa Vista - RR
Logradouro: Rua Deusdeth Coelho Nº: 2351
Complemento: Casa
Bairro: Paraviana
Telefone: (95) 99164-4186 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido, Meio Empregado	
Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Proprietário



Delegado de Polícia Civil: Juraci Ribeiro da Rocha
Impresso por: Jefferson Inacio Araujo
Data de Impressão: 06/02/2019 08:56
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 002724/2019

RELATO/HISTÓRICO

O comunicante compareceu nesta Delegacia para informar que conforme hora, dia e local descritos acima, quando trafegava a pé, estando atravessando à referida rua, onde veio a ser colidido por uma motocicleta. Que desmaiou e sofreu lesões corporais vindo a ser socorrido pelo SAMU. Que em virtude do seu desmaio não sabe informar se o condutor da motocicleta permaneceu no local ou evadiu-se. Que posteriormente ficou sabendo que a motocicleta tratava-se de uma HONDA/TITAN DE COR VERMELHA. **QUE NÃO DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE.** Por fim, informa que este registro é para fins de recebimento do seguro DPVAT. É o registro.

ASSINATURAS

Jefferson Inacio Araujo
Agente de Polícia Civil
Mat. 042000908
Jefferson Inacio Araujo
Responsável pelo Atendimento



Romir Gomes Amorim
(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assinadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação de Crime e Denúnciação do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Juraci Ribeiro da Rocha
Impresso por: Jefferson Inacio Araujo
Data de Impressão: 06/02/2019 08:56
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Ato Declaratório

Hospital Geral de Roraima - PAAR / PSFE
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308

1801025729 22/10/2018 22:03:07 FICHA DE ATENDIMENTO TRAUMATOLOGIA NOTURNO 19- 16

Paciente ROMIR GOMES AMORIM Data Nascimento 01/02/1964 Idade 54 A 8 M 21 D CNS 000037493839 CPF 10412460225 Prontuário 00065981

Tipo Doc Documento Órgão Emissor Data Emissão Sexo Estado Civil Raça/Cor Nacionalidade
PIS-PASEP * 56999 SSP/RR 21/05/2009 M NAO PARDA BOA VISTA - RR BRASILEIRA

Mãe MARIA DA CONSOLACAO GOMES DA SILVA INFORMADO RAFAEL GERVASIO AMORIM Contato (95) 99166-3246 Ocupação AUTÔNOMO

Endereço RUA - ROBERTO COSTA - 272 - NOSSA SENHORA APARECIDA - BOA VISTA - RR

Class. de Risco Plano Convênio N° da Carteira Validade Autorização Sis Prenatal
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE GENTE SEGURADORA S/A

Motivo do Atendimento Caráter do Atendimento Profissional do Atend. Peso Prossão
ACIDENTE DE MOTO URGÊNCIA

Setor Tipo de Chegada Procedimento Sol. Registrado por:
GRANDE TRAUMA SAMU CAPITAL SOUSA

Queixa Principal *Acidente de Motocicleta* ☐ Síndrome Febri ☐ Sintomático Respiratório ☐ Suspeita de Dengue

Anamnese de Enfermagem *Trauma por Fator* GSC TOTAL 15
AD: 1234 RV: 12345 MRV: 123456

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - : : h) *Beleza, sem dor, sem feridas, sem exames*

Exame Físico *sem feridas*

Hipótese Diagnóstica

SADT - Exames Complementares ☒ RAO-X ☐ ULTRA-SON ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS

PRESCRIÇÃO *Requerimento de exame* *Exame de urina*

AD: 1234 RV: 12345 MRV: 123456

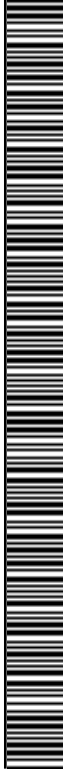
Conduta ☐ Alta por Decisão Médica ☐ Ambulatório ☐ Alta a Pedido ☐ Observação (Até 24h) ☐ Alta a Revelia ☐ Internação ☒ Transferência para: *Atendimento* Data e Hora da Saída/Alta: *31.10.2019*

óbito Antes do 1º Atendimento? ☐ Sim ☐ Não Destino: ☐ Família ☐ IML Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável *Atendimento* Carimbo e Assinatura do Médico *Atendimento*

Impresso por: sousa Data Hora: 22/10/2018 22:03:41

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
Av. Brig. Eduardo Gomes, 3308
Nova Brasília - RR (95) 3241-0620
AUTENTICAÇÃO
31.10.2019
Certificação de Autenticidade Original
Cópia de Impressão deste Hospital



22/10/2018

... Guia de Atendimento 17 ...

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
Secretaria de Estado da Saúde
Hospital Geral de Roraima - PAAR / PSFE
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308

1ª Classificação
Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

1801025729		22/10/2018 22:03:07		FICHA DE ATENDIMENTO		TRAUMATOLOGIA	
Paciente		Data Nascimento		Idade		CNS	
ROMIR GOMES AMORIM		01/02/1964		54 A 8 M 21 D		700905974078396	
Tipo Doc		Documento		Órgão Emissor		Data Emissão	
PIS-PASEP		56999		SSP/RR		21/05/2009	
Mão		Sexo		Estado Civil		Raça/Cor	
MARIA DA CONSOLACAO GOMES DA SILVA		M		NAO		PARDA	
Endereço		RAFAEL GERVASIO AMORIM		Naturalidade		BOA VISTA - RR	
RUA - ROBERTO COSTA - 272 - NOSSA SENHORA APARECIDA - BOA VISTA - RR		Contato		Nacionalidade		BRASILEIRA	
		(95) 991663246		Ocupação		AUTÔNOMO	
Class. de Risco		Plano Convênio		Nº da Carteira		Validade	
		SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
Motivo do Atendimento		Caráter do Atendimento		Profissional do Atend.		Procedência	
ACIDENTE DE MOTO		URGÊNCIA					
Setor		Tipo de Chegada		Procedimento Sol.		Registrado por:	
GRANDE TRAUMA		SAMU CAPITAL				SOUSA	
Queixa Principal		<input type="checkbox"/> Síndrome Febril		<input type="checkbox"/> Sintomático Respiratório		<input type="checkbox"/> Suspeita de Dengue	
Anamnese de Enfermagem		Anamnese - (HORA DA CONSULTA - : : h)		GSC		TOTAL	
Acidente de Motocicleta		15		AO: 1 2 3 4 RV: 1 2 3 4 5 MRV: 1 2 3 4 5 6		15	
Exame Físico		Depressão Proximal					
Hipótese Diagnóstica							
SADT - Exames Complementares		<input checked="" type="checkbox"/> RAO-X		<input type="checkbox"/> ULTRA-SON		<input type="checkbox"/> TC	
		<input type="checkbox"/> SANGUE		<input type="checkbox"/> URINA		<input type="checkbox"/> ECO	
		<input type="checkbox"/> OUTROS:					
PRESCRIÇÃO		APAZAMENTO		OBSERVAÇÃO			
Depressão Proximal							
Depressão Proximal							
Conduta		<input type="checkbox"/> Alta por Decisão Médica		<input type="checkbox"/> Ambulatório		<input type="checkbox"/> Observação (Até 24h)	
		<input type="checkbox"/> Alta a Pedido		<input type="checkbox"/> Internação		Data e Hora da Saída/Alta:	
		<input checked="" type="checkbox"/> Alta a Revelia				11/11/2018	
		Transferência para:					
óbito		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		Destino: <input type="checkbox"/> Família	
		<input type="checkbox"/> IML		<input type="checkbox"/> Anatomia Patológica		Certifico e dou por verdadeira e fiel cópia da reprodução Original que se encontra neste Hospital	
Assinatura do Paciente ou Responsável		Carimbo e Assinatura do Médico					
Impresso por: sousa		Data Hora: 22/10/2018 22:03:41					

Ortopedia:

Apresenta lesão traumática do tornozelo e pé direito devido a queda de altura com movimento (B) no local, sem mais sequelas.

Rx: FRATURA Fêmur (D).

Lesão Transversária + Inervação.
Favorecida por.

Dr. Elder Soares
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM 1828/RR

Obs: Remoção CME, sem estresse
no Hospital.





ESTADO DE RORAIMA
"AMAZONIA PATRIMONIO DOS BRASILEIROS"

PEDIDO DE PARECER

UNIDADE: _____
NOME: Ramir Gomes Amorim
IDADE: 54 REGISTRO: _____
BLOCO: _____ ENFERMARIA: B LEITO: 220-3
UTI: _____ EMERGÊNCIA: _____

DE: Ort

PARA: Cardi

Dados Clínicos:

Resumo Clínico

ÁREA DE SINISTROS
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
19 FEV 2019
GENTE SEGURADORA S/A
Dr. Capitão João Decorte

3.11.18
Data

Al

Médico

Cardiologia

60. 54 anos

Ator 71 Fr. feno 10

HAS - 420 (prev.) / (outro)

PA fora de controle

180 x 100 mmHg

(passo)
metaph (sic)

Sigmo reintrodução de Anti-hipertensivo de

Notina - não se re-introduziu

Médico

desenv. de fono de PA Controlada

Dr. Ricardo Cavallaro
Médico Especialista
TCC - SAC / AMB
CRM-RR-1661

220-3

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA					
SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA					
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA					
PRESCRIÇÃO MÉDICA					
DATA DE ADMISSÃO		DIH	DN		
PACIENTE	ROMIR GOMES AMORIM				
AGNÓSTICO	fx subtrocanterica de femur D				
ALERGIAS	NEGA	HAS	NÃO	DM2	NÃO
IDADE		LEITO	220-3	DATA	07/11/2018
ITEM					HORÁRIO
1	DIETA ORAL LIVRE				DSV
2	SF0,9% 500ML S/N EV				DSV
4	CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HR				DSV
5	DIPIRONA 01 G EV DE 8/8 HS				DSV
6	TRAMAL 100MG + SF 0.9% EV OU 01 CP VO DE 8/8h SE DOR INTENSA				DSV
7	PLASIL 10 mg EV 8/8h (S/N)				DSV
8	CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG				DSV
9	SIMETICONA GOTAS 40 GOTAS VO DE 8/8 h (S/N)				DSV
10	CURATIVO DIÁRIO				DSV
11	SSV + CCGG 6/6 H				DSV
12	clexane 40mg sc 1x dia				DSV
13	cefalotina 1 g 6/6hr ev				DSV
14					
16					
SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 100-250; 2UI; 251-300; 4UI; 301-350; 6UI; 351-400; 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA					
EVOLUÇÃO MÉDICA:					
SINAIS V	PA	FC	FR	TEMP	MÉDICO RESIDENTE DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA MARCOS AGUIAR CRM 1995-RR
6 H					
12 H	180x107	96		36,2C	
18 H	173x86	96		35,1	
24 H					



12h. Verificados SSV e administradas medicações C.P.M. (turno matutino). Referiu algia intensa no M.I.C., local onde está colocado a fíbula da tração, após médico mexer na mesma. Realizado ITEM ③. Apresenta também PA 1, sendo feito ITEM ③ (o mesmo faz uso também de LOSARTAN e HIDRO-CLOROTIAZIDA).

L

220-2 F. 14

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA																														
SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA																														
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA																														
PRESCRIÇÃO MÉDICA																														
DATA DE ADMISSÃO		DIH		DN																										
PACIENTE	Romir Jones Huacian																													
DIAGNÓSTICO																														
ALERGIAS																														
IDADE	HAS		DM2																											
ITEM	LEITO		DATA																											
PRESCRIÇÃO					HORÁRIO																									
1	DIETA ORAL LIVRE				SMD																									
2	AVP																													
3	CEFALOTINA 1G 1AMP +AD EV DE 6/6H				manhã																									
4	TENOXICAM 20MG EV DE 12/12H				12 18 24																									
5	DIPIRONA 1AMP + 8ML DE AD EV DE 6/6H				desp.																									
6	TRAMAL 100MG + SF 0.9% EV OU 01 CP VO DE 8/8h SE DOR INTENSA				10 06 30																									
7	PLASIL 10 mg EV 8/8h (S/N)				15:30 01/30																									
8	CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG																													
9	RANITIDINA 50MG DE 8/8H EV S/N																													
10	CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG				SA																									
11	CURATIVO DIARIO																													
12	SSVV + CCGG 6/6 H																													
13	Clonazepam 1mg (SC) 1x ao dia.				(16)																									
14																														
15																														
16																														
17																														
18																														
19																														
20	SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 100-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA																													
EVOLUÇÃO MÉDICA:																														
<div>NIR Regulado para leito SUSPENSO Regulação Interna</div>																														
<div><div>SINAIS VITAIS</div><table border="1"><thead><tr><th></th><th>FR</th><th>FC</th><th>PA</th><th>TEMP</th></tr></thead><tbody><tr><td>6 H</td><td>19</td><td>76</td><td>130/80</td><td>36,8°C</td></tr><tr><td>12 H</td><td>19</td><td>76</td><td>141/110</td><td>36,4°C</td></tr><tr><td>18 H</td><td>23</td><td>78</td><td>160/90</td><td>36,4°C</td></tr><tr><td>24 H</td><td>21</td><td>78</td><td>139/91</td><td>36,4°C</td></tr></tbody></table><p>18h parâmetros em nível falta medicação em o SSVV segue sem alterações</p></div> <div><div>Pablo Caraballo Esquivelena Junior Médico CRM 32462</div></div>							FR	FC	PA	TEMP	6 H	19	76	130/80	36,8°C	12 H	19	76	141/110	36,4°C	18 H	23	78	160/90	36,4°C	24 H	21	78	139/91	36,4°C
	FR	FC	PA	TEMP																										
6 H	19	76	130/80	36,8°C																										
12 H	19	76	141/110	36,4°C																										
18 H	23	78	160/90	36,4°C																										
24 H	21	78	139/91	36,4°C																										

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA			
SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA			
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA			
PRESCRIÇÃO MÉDICA			
DATA DE ADMISSÃO		DIH	DN
PACIENTE	RONIR GOMES AMORIM		
DIAGNÓSTICO	FATURA LUXACAO TRAUMATICA FEMUR (D)		
ALERGIAS	NENHA	HAS	DM2
IDADE	54a	LEITO	DATA 23/10/18
ITEM	PRESCRIÇÃO		HORÁRIO
1	DIETA ORAL LIVRE		SND
2	AVP		manhã
3	CEFALOTINA 1G 1AMP +AD EV DE 6/5H SUSPENDO		
4	TENOXICAM 20MG EV DE 12/12H		12h 24h
5	DIPIRONA 1AMP + 8ML DE AD EV DE 6/6H		12h 18h
6	TRAMAL 100MG + SF 0.9% EV OU 01 CP VO DE 8/8h SE DOR INTENSA		SND 21h
7	PLASIL 10 mg EV 8/8h (S/N)		SND
8	CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG		SND
9	RANITIDINA 50MG DE 8/8H EV S/N		SND
10	CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG		SND
11	CURATIVO DIARIO		
12	SSVV + CCGG 6/6 H		
13	CURACOR 40mg SC 1X/24h		10h
14	MORFINA 10mg P 4h AD - 0.3ml IV 4/4h Se dor intensa. SND		
15			
16			
17			
18	AO GLOCO		
19	SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC),		
20	CONFORME ESQUEMA: 100-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA		
EVOLUÇÃO MÉDICA:			
F- 14			
12h15 PA=140x70 FC=78			
10:30h PA=140/100 P=90 T=36 R=20			
Andréia Ferreira Santiago Técnica Enfermagem COREN 55350/R			
SINAIS VITAIS	P	T	
6 H	72	36.7	180/80
12 H			
18 H	72	36.7	122x78
24 H			

23.10.18

14



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - BLOCOS A/B/C/D/E/F

Bloco:	Data:	Enfermaria:	Leito:
Nome Completo:	Idade:		Sexo: () F () M
Procedência:	Hipótese Diagnóstica:		
Isolamento ou Precaução: () Sim () Não	() Padrão	() Contato	() Gotícula - aerossol () Gotícula - perdigotos
Alergia: () Sim () Não	Qual (is):		
Necessidade de Intérprete? () Sim () Não	Qual idioma:		
Possui acompanhante: () Sim () Não	Obs:		
Deambulação: () Normal () Sem deambulação () Acamado () Cadeira de rodas () Fraca () Comprometida/cambaleante			

SISTEMA NEURÓLOGO () Consciente () Orientado () Desorientado () Sedado () Torposo () Comatoso () Agitado () Reage a estímulos () Não reage			SISTEMA CARDIOVASCULAR () Normocárdico () Bradicárdico () Taquicárdico BC: _____ () Normotenso () Hipotenso () Hipertenso PA: _____ () Pulso Cheio () Filiforme () Arritmico Pulso: _____		
PUPILAS () Fotorreagente () Mióticas () Midriática () Isocóricas () Anisocóricas () Não reagentes			ALIMENTAÇÃO E SISTEMA GASTROINTESTINAL () VO () SNG/SOG () SNE/SOE () GTT () NPT Aceitação da dieta: () Sim () Não () Parcial Evacuações: () Presente () Ausente () Colostomia () Normal () Diarreia () Constipação () Melena Flatos: () Presente () Ausente		
REGULAÇÃO TÉRMICA () Afebril () Hipotérmico () Hipertérmico () Febril () Febre () Pirexia () Hiperpirexia			REGULAÇÃO ABDOMINAL () Normotenso () Distendido () Globoso () Flácido () Ascítico () Maciço () Timpânico Ruídos Hidroaéreos: () Presente () Ausente Visceromegalias: () Sim () Não FO: () Sim () Não		
CARACTERÍSTICAS DA PELE () Hidratada () Desidratada () Ressecada () Normocorada () Hipocorada () Hiperacorada () Anictérica () Ictérica () Cianótica () Acianótica () Edema Local: _____ Úlcera por pressão: () Sim () Não Região: _____ Curativo realizado: () Sim () Não FO: () SIM () NÃO			SISTEMA URINÁRIO / DIURESE () Espontânea () SVD () Anúria () Oligúria () Poliúria () Disúria () Colúria () Hematúria () Cistostomia () Irrigação contínua () Uropen		

SISTEMA RESPIRATÓRIO () Eupneico () Bradipneico () Taquipneico () Dispneico () Ar ambiente () Traqueostomia Oxigenoterapia () Sim () Não Qual: _____		
---	--	--

CONTROLE DE CATETERES/SONDAS/DRENOS/ÓRTESES E PRÓTESES			
Cateter Periférico: () Sim () Não	Local: _____	Data: _____	Trocar em: _____
Cateter Central: () Sim () Não	Local: _____	Curativo realizado em: _____	Trocar em: _____
Sinais de Infecção no sítio da punção: () Sim () Não			
Sondas: () Sim () Não () SNG	() SOG () SNE () SOE () GTT	() Lavagem	() Sifonagem
Dreno de: _____	Aspecto da secreção: _____	Quantidade: _____	
Cateter Vesical: () Sim () Não	Data da instalação: _____	Trocar em: _____	
Prótese: () Sim () Não	Tipo: _____	Local: _____	

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM		
() Deglutição	() Padrão respiratório ineficaz	() _____
() Risco de nutrição desequilibrada	() Déficit no autocuidado para alimentação	() _____
() Risco de glicemia instável	() Déficit no autocuidado para banho/higiene	() _____
() Risco de desequilíbrio do volume de líquidos	() Conhecimento deficiente	() _____
() Volume de líquidos excessivo	() Comunicação verbal prejudicada	() _____
() Volume de líquidos deficiente	() Risco de dignidade humana comprometida	() _____
() Eliminação urinária prejudicada	() Processos familiares disfuncionais	() _____
() Risco de constipação	() Risco de quedas	() _____
() Diarreia	() Risco de desequilíbrio na temperatura corporal	() _____
() Incontinência intestinal	() Dor aguda	() _____
() Padrão de sono prejudicado	() Dor crônica	() _____
() Mobilidade física prejudicada	() Náusea	() _____
() Integridade da pele prejudicada	() Risco de broncoaspiração	() _____
() Risco de integridade da pele prejudicada	() Risco de Infecção	() _____
() Conforto prejudicado	() Ventilação espontânea prejudicada	() _____



(Handwritten note in cursive script)



24.10.18
14
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - BLOCOS A/B/C/D/E/F

Bloco:	Data:	Enfermaria:	Leito:
Nome Completo:	Idade:	Sexo:	() F () M
Procedência:	Hipótese Diagnóstica:		
Isolamento ou Precaução: () Sim () Não () Padrão () Contato () Gotícula - aerossol () Gotícula - perdigotos			
Alergia: () Sim () Não Qual (is):			
Necessidade de Intérprete? () Sim () Não Qual Idioma:			
Possui acompanhante: () Sim () Não Obs:			
Deambulação: () Normal () Sem deambulação () Acamado () Cadeira de rodas () Fraca () Comprometida/cambaleante			


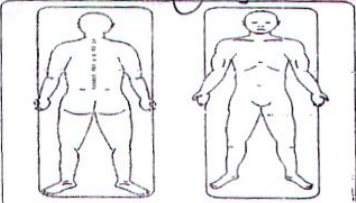
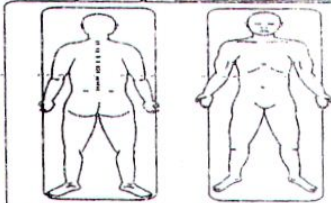

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

SISTEMA NEURÓLOGO () Consciente () Orientado () Desorientado () Sedado () Torposo () Comatoso () Agitado () Reage a estímulos () Não reage	SISTEMA CARDIOVASCULAR () Normocárdico () Bradicárdico () Taquicárdico BC: () Normotenso () Hipotenso Hipertenso PA: () Pulso Cheio () Filiforme Arritmico Pulso:
PUPILAS () Fotorreagente () Mióticas () Midríatica () Isocóricas () Anisocóricas () Não reagentes	ALIMENTAÇÃO E SISTEMA GASTROINTESTINAL () VO () SNG/SOG () SNE/SOE () GTT () NPT Aceitação da dieta: () Sim () Não () Parcial Evacuações: () Presente () Ausente () Colostomia () Normal () Diarreia () Constipação () Melena Flatos: () Presente () Ausente
REGULAÇÃO TÉRMICA () Afebril () Hipotérmico () Hipertérmico () Febril () Febre () Pirexia () Hiperpirexia	REGULAÇÃO ABDOMINAL () Normotenso () Distendido () Globoso () Flácido () Ascítico () Maciço () Timpânico Ruídos Hidroaéreos: () Presente () Ausente Visceromegalias: () Sim () Não FO: () Sim () Não
CARACTERÍSTICAS DA PELE () Hidratada () Desidratada () Ressecada () Normocorada () Hipocorada () Hipercoreada () Anictérica () Ictérica () Cianótica () Acianótica () Edema Local: _____ Úlcera por pressão: () Sim () Não Região: _____ Curativo realizado: () Sim () Não FO: () SIM () NÃO	SISTEMA URINÁRIO / DIURESE () Espontânea () SVD () Anúria () Oligúria () Poliúria () Disúria () Colúria () Hematúria () Cistostomia () Irrigação contínua () Uropen

SISTEMA RESPIRATÓRIO			
() Eupneico () Bradipneico () Taquipneico () Dispneico () Ar ambiente () Traqueostomia			
Oxigenoterapia () Sim () Não Qual:			

CONTROLE DE CATETERES/SONDAS/DRENOS/ÓRTESES E PRÓTESES			
Cateter Periférico: () Sim () Não Local: _____ Data: _____ Trocar em: _____			
Cateter Central: () Sim () Não Local: _____ Curativo realizado em: _____ Trocar em: _____			
Sinais de Infecção no sítio da punção: () Sim () Não			
Sondas: () Sim () Não () SNG () SOG () SNE () SOE () GTT () Lavagem () Sifonagem			
Dreno de: _____ Aspecto da secreção: _____ Quantidade: _____			
Cateter Vesical: () Sim () Não Data da Instalação: _____ Trocar em: _____			
Prótese: () Sim () Não Tipo: _____ Local: _____			

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM		
() Deglutição	() Padrão respiratório ineficaz	() _____
() Risco de nutrição desequilibrada	() Déficit no autocuidado para alimentação	() _____
() Risco de glicemia instável	() Déficit no autocuidado para banho/higiene	() _____
() Risco de desequilíbrio do volume de líquidos	() Conhecimento deficiente	() _____
() Volume de líquidos excessivo	() Comunicação verbal prejudicada	() _____
() Volume de líquidos deficiente	() Risco de dignidade humana comprometida	() _____
() Eliminação urinária prejudicada	() Processos familiares disfuncionais	() _____
() Risco de constipação	() Risco de quedas	() _____
() Diarreia	() Risco de desequilíbrio na temperatura corporal	() _____
() Incontinência intestinal	() Dor aguda	() _____
() Padrão de sono prejudicado	() Dor crônica	() _____
() Mobilidade física prejudicada	() Náusea	() _____
() Integridade da pele prejudicada	() Risco de broncoaspiração	() _____
() Risco de integridade da pele prejudicada	() Risco de infecção	() _____
() Conforto prejudicado	() Ventilação espontânea prejudicada	() _____

		Acompanhamento das Feridas Comissão de Curativo - HGR		Protocolo nº 1 Versão: 06 Atualizada: Janeiro / 2015 ENF/LEITO: 14		Data de elaboração: Fevereiro 2013	
Nome: <u>Romir Gomes Amorim</u>							
DATA: <u>24/10/18</u> <input checked="" type="checkbox"/> GRAU - I <input type="checkbox"/> GRAU - II		Localização / Região: <u>PIB</u> 		ÁREA DE SINISTROS - ÚRVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO DATA: <u>19 FEV 2019</u> <input type="checkbox"/> GRAU - I <input checked="" type="checkbox"/> GRAU - II GENTE SEGUNDA SIA Av. Capitão João Dantas, 44 - Boa Vista - RJ		Localização / Região: 	
Etiologia		<input type="checkbox"/> Pressão I - II - III - IV <input type="checkbox"/> Venosa <input type="checkbox"/> Arterial <input type="checkbox"/> Diabética <input type="checkbox"/> neuropática <input checked="" type="checkbox"/> cirúrgica <input type="checkbox"/> Trauma <input type="checkbox"/> Outra: _____		<input type="checkbox"/> Pressão I - II - III - IV <input type="checkbox"/> Venosa <input type="checkbox"/> Arterial <input type="checkbox"/> Diabética <input type="checkbox"/> neuropática <input type="checkbox"/> cirúrgica <input type="checkbox"/> Trauma <input type="checkbox"/> Outra: _____			
Tamanho da Ferida:		Comprimento: _____ cm Largura: _____ cm Profundidade: _____ cm		Comprimento: _____ cm Largura: _____ cm Profundidade: _____ cm			
Aparência do Leito:		<input type="checkbox"/> Tecido de granulação <input type="checkbox"/> com escabelo <input type="checkbox"/> Tecido necrótico		<input type="checkbox"/> Tecido de granulação <input type="checkbox"/> com escabelo <input type="checkbox"/> Tecido necrótico <input type="checkbox"/> Escara			
Quantidade de Exsudato		<input type="checkbox"/> seco, mínimo <input checked="" type="checkbox"/> úmido, pouco <input type="checkbox"/> úmido, moderado <input type="checkbox"/> molhado, abundante		<input type="checkbox"/> seco, mínimo <input type="checkbox"/> úmido, pouco <input type="checkbox"/> úmido, moderado <input type="checkbox"/> molhado, abundante			
Tipo de exsudato:		<input type="checkbox"/> Seroso <input type="checkbox"/> Fibrinoso <input type="checkbox"/> Sanguinolento <input type="checkbox"/> Purulento <input type="checkbox"/> Serossanguíneo		<input type="checkbox"/> Seroso <input type="checkbox"/> Fibrinoso <input type="checkbox"/> Sanguinolento <input type="checkbox"/> Purulento <input type="checkbox"/> Serossanguíneo			
Dor:		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Odor:		<input type="checkbox"/> evidente na remoção da cobertura <input type="checkbox"/> a beira do leito <input type="checkbox"/> evidente ao entrar no quarto <input checked="" type="checkbox"/> Sem odor		<input type="checkbox"/> evidente na remoção da cobertura <input type="checkbox"/> a beira do leito <input type="checkbox"/> evidente ao entrar no quarto <input type="checkbox"/> Sem odor			
Condição da pele Perilesional:		<input checked="" type="checkbox"/> Normal <input type="checkbox"/> Macerada <input type="checkbox"/> seca <input type="checkbox"/> Eritema / Rubor <input type="checkbox"/> Prurido <input type="checkbox"/> Outras: _____		<input type="checkbox"/> Normal <input type="checkbox"/> Macerada <input type="checkbox"/> seca <input type="checkbox"/> Eritema / Rubor <input type="checkbox"/> Prurido <input type="checkbox"/> Outras: _____			
Solução para limpeza		<input checked="" type="checkbox"/> Soro Fisiológico 0,9% <input type="checkbox"/> Clorexidina 4% <input type="checkbox"/> Clorexidina 1% <input type="checkbox"/> Outro: _____		<input type="checkbox"/> Soro Fisiológico 0,9% <input type="checkbox"/> Clorexidina 4% <input type="checkbox"/> Clorexidina 1% <input type="checkbox"/> Outro: _____			
Cobertura primária (Contato direto na lesão)		<input checked="" type="checkbox"/> Gaze <input type="checkbox"/> Fibrinase <input type="checkbox"/> AGE <input type="checkbox"/> Colagenase <input type="checkbox"/> Sulfadiazina de Prata <input type="checkbox"/> Outro: _____		<input type="checkbox"/> Gaze <input type="checkbox"/> Fibrinase <input type="checkbox"/> AGE <input type="checkbox"/> Colagenase <input type="checkbox"/> Sulfadiazina de Prata <input type="checkbox"/> Outro: _____			
Hora do curativo:		<input checked="" type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde		<input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde			
Data da Próxima troca: Em caso de + de 24hs		<u>25/10/18</u>					
Certo e ass. Téc. em Enfermagem		<u>Mônica Reis Farias</u> Técnico em Enfermagem COREN RJ 47110		<u>Ara Corula da Silva</u> Téc. em Enfermagem COREN RJ 471622		02-	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro							
OBS:				OBS:			

14

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA			
SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA			
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA			
PRESCRIÇÃO MÉDICA			
DATA DE ADMISSÃO	DIH	DN	
PACIENTE	Rômulo Gomes - Muroto		
DIAGNÓSTICO	fratura fechada do antebraço direito		
ALERGIAS	HAS	DM2	
IDADE	LEITO	DATA	
ITEM	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	
1	DIETA ORAL LIVRE	SND	
2	AVP	mantido	
3	CEFALOTINA 1G 1AMP +AD EV DE 6/5H	12 18 24 06	
4	TENOXICAM 20MG EV DE 12/12H	12 18 24 06	
5	DIPIRONA 1AMP + 8ML DE AD EV DE 6/6H	12 18 24 06	
6	TRAMAL 100MG + SF 0.9% EV OU 01 CP VO DE 8/8h SE DOR INTENSA	12 18 24 06	
7	PLASIL 10 mg EV 8/8h (S/N)	SN	
8	CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG	SN	
9	RANITIDINA 50MG DE 8/8H EV S/N	SN	
10	CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG	SN	
11	CURATIVO DIÁRIO	SN	
12	SSV + CCGG 6/6 H	SN	
13	Clonazepam 0.5mg 1x ao dia		
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20	SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 100-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, G. 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA		

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
19 FEV 2019
GENTE SEGURADORA S/A
Av. Capitão João Batista, 414 - Una Vieira - RR

EVOLUÇÃO MÉDICA:			
PA FE FR T			
SINAIS VITAIS			
6 H	145/94	72	35.3
12 H	140/80	82	36.0
18 H	135/80	80	35.8
24 H			

Dr. Paulo Carlos de Faria

180/125 82 - 36.3°C
21:30 Realizado exame de AV P.O. de Roraima.

25.10.18

14



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM – BLOCOS A/B/C/D/E/F

Bloco:	Data:	Enfermaria:	Leito:
Nome Completo:	Idade:	Sexo:	() F () M
Procedência:	Hipótese Diagnóstica:		
Isolamento ou Precaução: () Sim () Não () Padrão () Contato () Gotícula - aerossol () Gotícula - perdigotos			
Alergia: () Sim () Não Qual (is):			
Necessidade de Intérprete? () Sim () Não Qual idioma:			
Possui acompanhante: () Sim () Não Obs:			
Deambulação: () Normal () Sem deambulação () Acamado () Cadeira de rodas () Fraca () Comprometida/cambaleante			

SISTEMA NEURÓLOGO () Consciente () Orientado () Desorientado () Sedado () Torposo () Comatoso () Agitado () Reage a estímulos () Não reage			SISTEMA CARDIOVASCULAR () Normocárdico () Bradicárdico () Taquicárdico BC: _____ () Normotenso () Hipotenso () Hipertenso PA: _____ () Pulso Cheio () Filiforme () Arritmico Pulso: _____																																															
PUPILAS () Fotorreagente () Mióticas () Midríaticas () Isocóricas () Anisocóricas () Não reagentes			ALIMENTAÇÃO E SISTEMA GASTROINTESTINAL () VO () SNG/SOG () SNE/SOE () GTT () NPT Aceitação da dieta: () Sim () Não () Parcial Evacuações: () Presente () Ausente () Normal () Diarreia () Constipação () Melena Flatos: () Presente () Ausente																																															
REGULAÇÃO TÉRMICA () Afebril () Hipotérmico () Hipertérmico () Febril () Febre () Pirexia () Hiperpirexia			REGULAÇÃO ABDOMINAL () Normotenso () Distendido () Globoso () Ascítico () Maciço () Timpânico Ruídos Hidroaéreos: () Presente () Ausente Visceromegalias: () Sim () Não FO: () Sim () Não																																															
CARACTERÍSTICAS DA PELE () Hidratada () Desidratada () Ressecada () Normocorada () Hipocorada () Hiperacorada () Anictérica () Ictérica () Cianótica () Acianótica () Edema Local: _____ Úlcera por pressão: () Sim () Não Região: _____ Curativo realizado: () Sim () Não FO: () SIM () NÃO			SISTEMA URINÁRIO / DIURESE () Espontânea () SVD () Anúria () Oligúria () Poliúria () Disúria () Colúria () Hematúria () Cistostomia () Irrigação contínua () Uropen																																															
SISTEMA RESPIRATÓRIO () Eupneico () Bradipneico () Taquipneico () Dispneico () Ar ambiente () Traqueostomia Oxigenoterapia: () Sim () Não Qual: _____																																																		
CONTROLE DE CATETERES/SONDAS/DRENOS/ÓRTESES E PRÓTESES Cateter Periférico: () Sim () Não Local: _____ Data: _____ Trocar em: _____ Cateter Central: () Sim () Não Local: _____ Curativo realizado em: _____ Trocar em: _____ Sinais de Infecção no sítio da punção: () Sim () Não Sondas: () Sim () Não () SNG () SOG () SNE () SOE () GTT () Lavagem () Sifonagem Dreno de: _____ Aspecto da secreção: _____ Quantidade: _____ Cateter Vesical: () Sim () Não Data da Instalação: _____ Trocar em: _____ Prótese: () Sim () Não Tipo: _____ Local: _____																																																		
DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM <table border="1"> <tr> <td>() Deglutição</td> <td>() Padrão respiratório ineficaz</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Risco de nutrição desequilibrada</td> <td>() Déficit no autocuidado para alimentação</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Risco de glicemia instável</td> <td>() Déficit no autocuidado para banho/higiene</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Risco de desequilíbrio do volume de líquidos</td> <td>() Conhecimento deficiente</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Volume de líquidos excessivo</td> <td>() Comunicação verbal prejudicada</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Volume de líquidos deficiente</td> <td>() Risco de dignidade humana comprometida</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Eliminação urinária prejudicada</td> <td>() Processos familiares disfuncionais</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Risco de constipação</td> <td>() Risco de quedas</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Diarreia</td> <td>() Risco de desequilíbrio na temperatura corporal</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Incontinência intestinal</td> <td>() Dor aguda</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Padrão de sono prejudicado</td> <td>() Dor crônica</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Mobilidade física prejudicada</td> <td>() Náusea</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Integridade da pele prejudicada</td> <td>() Risco de broncoaspiração</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Risco de integridade da pele prejudicada</td> <td>() Risco de infecção</td> <td>() _____</td> </tr> <tr> <td>() Conforto prejudicado</td> <td>() Ventilação espontânea prejudicada</td> <td>() _____</td> </tr> </table>						() Deglutição	() Padrão respiratório ineficaz	() _____	() Risco de nutrição desequilibrada	() Déficit no autocuidado para alimentação	() _____	() Risco de glicemia instável	() Déficit no autocuidado para banho/higiene	() _____	() Risco de desequilíbrio do volume de líquidos	() Conhecimento deficiente	() _____	() Volume de líquidos excessivo	() Comunicação verbal prejudicada	() _____	() Volume de líquidos deficiente	() Risco de dignidade humana comprometida	() _____	() Eliminação urinária prejudicada	() Processos familiares disfuncionais	() _____	() Risco de constipação	() Risco de quedas	() _____	() Diarreia	() Risco de desequilíbrio na temperatura corporal	() _____	() Incontinência intestinal	() Dor aguda	() _____	() Padrão de sono prejudicado	() Dor crônica	() _____	() Mobilidade física prejudicada	() Náusea	() _____	() Integridade da pele prejudicada	() Risco de broncoaspiração	() _____	() Risco de integridade da pele prejudicada	() Risco de infecção	() _____	() Conforto prejudicado	() Ventilação espontânea prejudicada	() _____
() Deglutição	() Padrão respiratório ineficaz	() _____																																																
() Risco de nutrição desequilibrada	() Déficit no autocuidado para alimentação	() _____																																																
() Risco de glicemia instável	() Déficit no autocuidado para banho/higiene	() _____																																																
() Risco de desequilíbrio do volume de líquidos	() Conhecimento deficiente	() _____																																																
() Volume de líquidos excessivo	() Comunicação verbal prejudicada	() _____																																																
() Volume de líquidos deficiente	() Risco de dignidade humana comprometida	() _____																																																
() Eliminação urinária prejudicada	() Processos familiares disfuncionais	() _____																																																
() Risco de constipação	() Risco de quedas	() _____																																																
() Diarreia	() Risco de desequilíbrio na temperatura corporal	() _____																																																
() Incontinência intestinal	() Dor aguda	() _____																																																
() Padrão de sono prejudicado	() Dor crônica	() _____																																																
() Mobilidade física prejudicada	() Náusea	() _____																																																
() Integridade da pele prejudicada	() Risco de broncoaspiração	() _____																																																
() Risco de integridade da pele prejudicada	() Risco de infecção	() _____																																																
() Conforto prejudicado	() Ventilação espontânea prejudicada	() _____																																																

Eletrobras
Distribuição Roraima

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

0007571-0

Eletrobras Distribuição Roraima
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal: 002099431

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
DEZEMBRO/2018	16/01/2019	228	218,50

MARIA DAS GRACAS DA SILVA AMORIM
R. DEUSDETE COELHO 2351 PARAVIANA
CPF: 00007462816253
CEP: 69.307-273 - BOA VISTA

ROT: 13.001.04.07.497500

DADOS DA LEITURA	kWh	kVAh	DATAS DA LEITURA
Atual:	9199		31/12/2018
Anterior:	8971		30/11/2018
Constante de Multiplicação:	1,000		31/01/2019
Consumo Medido:	228		28/12/2018
Consumo Faturado:	228	FCAM	31/12/2018
NORMAL			31

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	BI	14EDB054860	1610362	1.1.1.2	263

HISTÓRICO KWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
NOV/18 383	CONSUMO 228 A R\$ 0,791912 = 180,55
OUT/18 537	ILUMINACAO PUBLICA 37,95
SET/18 332	
AGO/18 254	
JUL/18 213	
JUN/18 161	
MAI/18 174	
ABR/18 221	
MAR/18 206	
FEV/18 167	
TARIFA DE TRIBUTOS:	
0 R\$ 228 - 0,534620	

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO
CASO HAJA COBRANÇA DE SERVIÇOS DE TERCEIROS EM SUA FATURA, PODERÁ
SER CANCELADA EM NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO
LIGUE 08007019120 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26
Parabéns! Até o dia 28/12/2018, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO E986.599F.ECD8.B636.7FAD.EFEB.9E9F.E651

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$
Distribuição: 44,79	Base de Cálculo: 180,55
Energia: 94,98	Alíquota ICMS: 17,00%
Transmissão: 0,00	Valor do ICMS: 30,69
Encargos: 4,93	Valor do PIS: 0,91
Tributos: 35,85	Valor do COFINS: 4,25

INDICADORES DE CONFIABILIDADE

6,03	12,06	24,12	7,27	14,54	29,08	3,54
2,07			10,00			0,55

CENTRO

10/2018

11

13.001.04.07.497500

Eletrobras
Distribuição Roraima

Eletrobras Distribuição Roraima
Av. Capitão Ene Garcez 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3

SEU CÓDIGO
0007571-0

TOTAL A PAGAR - R\$
218,50

MÊS FATURADO
12/2018

VENCIMENTO
16/01/2019

Nº da Nota Fiscal: 002099431

FCAM

83660000002 7 18500075000 9 000000000007 5 57101218008 9



GE NTE SEGURADORA S/A

Av. Capitão João Bezerra, 434 - Boa Vista - RR

SEQ.: 00092 UC: 0007571-0 DT.LEIT.: 31/12/2018 T.ENTR.: 07
LEITURA: 9199 NORMAL TOTAL: 218,50 CARGA: 013
DT.VENC.: 16/01/2019 IRREG.: 000 COLETOR: 1333

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVCX WHBZS JQXME X42IM3



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190153484

Vítima: ROMIR GOMES AMORIM

Data do Acidente: 22/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ROMIR GOMES AMORIM

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você


Proj. 01003101004 - Carta_U0 - INVALIDEZ



Carta nº 13997642



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Lider dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0062102/19

Vítima: ROMIR GOMES AMORIM

CPF: 164.124.602-25

Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

Data do acidente: 22/10/2018

Titular do CPF: ROMIR GOMES AMORIM

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação

ROMIR GOMES AMORIM : 164.124.602-25

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

19 FEV 2019

GENTE SEGURADORA S/A
Av. Capitão João Bezerra, 434 - Boa Vista - RR

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.
- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 19/02/2019
Nome: ROMIR GOMES AMORIM
CPF: 164.124.602-25



ROMIR GOMES AMORIM

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/02/2019
Nome: SABRINA OLINAR DE SOUZA CARREIRO
CPF: 020.134.582-07

SABRINA OLINAR DE SOUZA CARREIRO

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

25 FEV 2019

GENTE SEGURADORA S/A
Av. Capitão João Bezerra, 434 - Boa Vista - RR



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

OUTORGANTE: ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado Rua Deusdete Coelho, N° 2351, Bairro Paraviana, Município de Boa Vista-RR, na Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima

Declaro para os devidos fins Legais que sou hipossuficiente financeiramente na forma da lei (Lei nº 1.060/50, artigo 5º parágrafo 4º) não dispondo de recursos ou condições para arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo ao meu próprio sustento e de minha família.

Por este motivo, suplico a vossa excelência, que se digne em conceder os benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com artigo 1º, Lei nº 5478, de 25 de julho de 1968.

Pelo qual firmo a presente declaração ciente de todas as condições legais.

Boa Vista – RR, 10 de setembro de 2018.

ROMIR GOMES AMORIM

11/04/2019: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO.

Data: 11/04/2019

Movimentação: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

Complemento: 4ª Vara Cível

Por: SISTEMA CNJ

11/04/2019: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 11/04/2019

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Registro de Distribuição

Por: SISTEMA CNJ

11/04/2019: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 11/04/2019

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

11/04/2019: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL.

Data: 11/04/2019

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Por: SISTEMA CNJ

15/04/2019: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 15/04/2019

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

4ª VARA CÍVEL - PROJUDI

DO CENTRO CÍVICO, 666 - , - Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro - BOA VISTA/RR - CEP:

69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail: 4vcivelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0811342-65.2019.8.23.0010
Classe Processual: Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Seguro
Valor da Causa: : R\$9.450,00
Autor(s) ROMIR GOMES AMORIM Rua Deusdete Coelho, Nº 2351, Bairro Paraviana, CEP: 69.307-273 , 2351 - Paraviana - BOA VISTA/RR - CEP: 69.307-273
Réu(s) Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205

DECISÃO INICIAL

(CPC: Art. 203, §2º)

01. Não há pedido de tutela de urgência ou de evidência.

02. Renovando meu entendimento anterior, com base nos princípios da duração razoável do processo, celeridade processual e instrumentalidade das formas, hei por bem determinar a citação *on line* da parte Requerida, sem a designação de audiência de conciliação, conforme prescreve o artigo 334, § 4º, do Código de Processo Civil, ficando o réu ciente de que não apresentando defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias, por intermédio de advogado(s), presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos.

03. Essa medida se faz importante, diante do crescente número de processos nesta Vara, bem como para não inviabilizar a pauta de audiência deste juízo, além de que se torna mais econômico e viável a realização de audiência somente em casos de necessidade de produção de prova testemunhal. O que, nesse momento processual, ao meu entendimento, não restou configurado, mais futuramente poderá ser analisado por este juízo prováveis requerimentos dessa modalidade de prova judicial.

04. Em caso da parte Requerida ter apresentado resposta, comparecendo espontaneamente ao processo, nos termos do § 1º do Artigo 239 do Código de Processo Civil, considero válida a citação inicial da parte. Precedente: “A finalidade da citação é dar conhecimento ao réu da existência de ação contra ele ajuizada, portanto o comparecimento espontâneo de pessoa legalmente habilitada remedeia qualquer possível irregularidade na citação, afastando sua nulidade” (STJ, REsp 671.755/RS, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, jul. 06.03.2007, DJ 20.03.2007, p. 259).

05. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

06. Constato que o caso em tela trata-se de relação de consumo, e está presente o requisito da hipossuficiência do consumidor, assim, inverte o ônus da prova (CDC: inciso VIII, art. 6º).

07. Eventual requerimento da parte para realização de exame pericial deverá constar expressamente da peça processual, sob pena de ser entendido desinteresse da parte na realização desta espécie de prova, prosseguindo-se o processo em seus ulteriores termos.

08. Nesse aspecto, neste momento processual já nomeio como perito(s)-médico(s) deste juízo o **Dr. Fernando Bernardo de Oliveira**, devendo o(a) senhor(a) Escrivão(a) no momento processual adequado marcar o exame pericial da parte autora de acordo com o cronograma de disponibilidade fornecido pelo mencionado profissional, conforme comunicação dirigida a este juízo, no endereço ali indicado.

09. Ressalvado meu entendimento pessoal sobre o tema, entretanto considerando as recentes decisões adotadas pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, em nome do princípio da duração razoável do processo, hei por bem seguir aquele entendimento e, via de consequência, arbitrar os honorários do(a) senhor(a) perito(a) judicial em **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

10. Assim, nos termos do § 1º, do Artigo 95 do Código de Processo Civil, determino o recolhimento prévio do respectivo valor em Cartório, dentro do prazo da contestação e respostas - 15 (quinze) dias, pela parte Requerida (**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**), mediante guia própria, no site do TJ-RR, dando ciência ao(à) senhor(a) perito(a) judicial do depósito e para o início do exame.

11. Com a finalização do exame, com a entrega do laudo em juízo, independentemente de nova decisão judicial, autorizo o levantamento da quantia pelo(a) senhor(a) perito(a) judicial. Caso não seja recolhida a importância, no prazo fixado acima, será considerada falta de interesse da parte na realização dessa prova, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

12. Em caso de necessidade de exames complementares (Raio-X, Tomografia computadorizada, etc.), deverá o(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial comunicar este juízo para intimação da parte para complementar o valor do exame médico-pericial, em nova decisão.

13. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do laudo pericial, nos termos do Artigo 465 do Código de Processo Civil.

14. Deverá ainda o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) providenciar o acesso aos documentos necessários ao(à) Senhor(a) Perito(a), via Sistema Virtual do PROJUDI, para o exame pericial e/ou fotocópias das principais peças processuais (se for o caso), essas últimas às expensas das partes.

15. Com a apresentação do laudo, deverá o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) Judicial intimar as partes, via sistema PROJUDI, conforme disposto no parágrafo único do Artigo 433 do Código de Processo Civil.

16. Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, contados da intimação desta decisão, indicar assistente técnico e apresentar seus quesitos, conforme faculdade do § 4º do Artigo 477 do Código de Processo Civil.

17. Nesse mesmo prazo, fica a parte intimada do dever de comparecimento ao local e horário indicado, ficando ainda à disposição do(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial, pelo prazo necessário e suficiente para a realização da perícia técnica. (O(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial deverá previamente indicar a este Juízo o local, horário ou outra forma de agendamento, através do Cartório, independente de nova decisão).

18. Nos termos do Artigo 474 do Código de Processo Civil, determino ao(à) Sr.(a) Escrivão(ã) que dê ciência às partes, via intimação pelo sistema PROJUDI aos seus respectivos advogados cadastrados, da

data e local indicado pelo Senhor Perito para ter início à produção da prova pericial a entrega do laudo pericial, intinem-se as partes para ciência, com prazo de 05 (cinco) dias.

19. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.

Boa Vista/RR, data constante do sistema Projudi.

Jarbas Lacerda de Miranda
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível
(Assinado digitalmente)



22/04/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 22/04/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (15/04/2019)

Por: Thairinny Melo Araujo de Almeida

Data: 22/04/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (15/04/2019)

Por: Thairinny Melo Araujo de Almeida

22/04/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 22/04/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 22/04/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6)

CONCEDIDO O PEDIDO (15/04/2019) e ao evento de expedição seq. 8.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 02/05/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO
(15/04/2019)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Contestação
- Sentença
- Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190153484
- KIT SEGURADORA LIDER

2589872- C3/ 2019-01872/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08113426520198230010

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROMIR GOMES AMORIM**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **22/10/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **06/02/2019**.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 06/02/2019 após 4 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 22/10/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML.

INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG , Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na 2ª Vara Cível de **BOA VISTA**, sendo autuado sob o **nº. 0801667-88.2013.8.23.0010**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 22/08/2013.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de MEMBRO INFERIOR DIREITO, **75%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente e, ainda, recebeu o valor máximo da indenização.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.



DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SIVIRINO PAULI**, inscrito sob o nº **101-B - OAB/RR**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 2 de maio de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pentoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ROMIR GOMES AMORIM**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08113426520198230010.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
2ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI
Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - 2º andar - Centro - BOA VISTA/RR
- CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4755 - E-mail: v4cv@tjrr.jus.br

Processo 0801667-88.2013.8.23.0010

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório- Dpvat proposta por Romir Gomes Amorim em face de Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A..

No EP 50, as partes homologaram acordo extrajudicialmente, requerendo, para tanto, a homologação do juízo.

É o relatório. Decido.

Pois bem. Determina o inciso III do artigo 269, do Código de Processo Civil, que o processo deve ser extinto, com julgamento do mérito:

“III – quando as partes transigirem;”

A autocomposição é, com certeza, a melhor forma de resolução dos conflitos de interesses, posto que é possível, de imediato, que ambas as partes envolvidas saem do episódio satisfeitas; o que, evidentemente, não ocorre quando, ao contrário, a

solução é imposta pelo Judiciário.

Assim, em tais casos, acordando as partes, desaparece a lide, e, preservados seus interesses, deve o acordo ser homologado, sendo, por consequência, extinto o processo.

Com isso, vislumbra-se um acordo de vontade feito de maneira livre e consciente, e, portanto, passível de homologação, judicial, independentemente da realização de audiência.

Sendo assim, diante do exposto, julgo extinto o processo com resolução de mérito, na forma do inciso III do artigo 269, do Código de Processo Civil, homologando o acordo firmado no EP 50.

P. R. Intimem-se eletronicamente.

Certificado o trânsito, arquivem-se os autos com as devidas baixas no sistema.

Boa Vista, data constante no sistema.

Ângelo Augusto Graça Mendes

Juiz de Direito.



AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Romir Gomes Amorim

CPF: _____

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: _____

Data do Acidente: 1 / 1

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____ para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

Local, data: _____

Romir Gomes Amorim
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem, causa) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

miembro inferior da perna esquerda

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

com tratamento cirúrgico e ortomédico

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

continua em curso de tratamento

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

claudicação e dor do stérno
de mto. dor a flanco de mto.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
☒ Não.

Em caso de enquadramento, na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de Junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento, como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total
(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a integridade do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
b) ☒ Parcial
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:
b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).
b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

- 1ª Lesão *MED* ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa
2ª Lesão *coluna lombar* ☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa
3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa
4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

14/05/14

Assinatura do médico - CRM.

Dr. Samir A. Xand
MÉDICO
CRM/RN: 1383



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190153484

Vítima: ROMIR GOMES AMORIM

Data do Acidente: 22/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ROMIR GOMES AMORIM

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13997642

Pag. 01583/01584 - carta_05 - INVALIDEZ



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJL2F YKDY3 PNLKF RXBXR





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL, QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tipo turistico

Sociedade anônima

Pointe Empress

Normal

No. 40 Dntnmlo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479.6

SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Kush: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D0

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
OREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

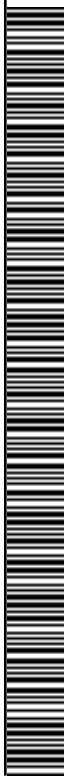
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
 Validade do documento em <https://portal2.tjrr.jus.br/portal2/tjrr/validacao>. Identificador: D16YA8D1IK 045E75HEHD



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

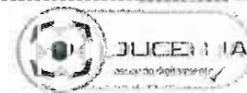
5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5E9CF8FDF5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



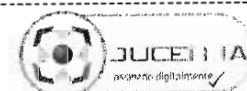
Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tórres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizá	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205

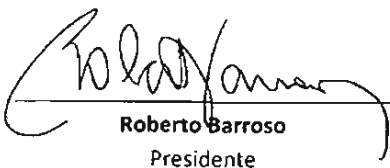


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: G0-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 10/13





14

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 16, terça-feira, 23 de janeiro de 2018

PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.619788/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 33.647.711/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017:

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando-o para R\$ 5.155.383,81, dividido em 179.246.991 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Revalorizar que o pato de R\$ 180.140,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizado até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.615602/2017-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.218.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 22 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Susep 15414.625616/2017-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de IRR BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susep/Direg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, refo 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e II do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2010:

Considerando o Decreto Federal n.º 56.044, de 14 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro ou entidade por ele credenciada, constante o disposto no § 1º do art. 7º da Regulamentação para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve assegurar a adequação dos veículos e dos equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de substituição do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no link www.inmetro.gov.br/assessoria/legislacao.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Denaf

Rua São Alexandre, n.º 416 - 3º andar - Rio Comprido

Cep 20.261-721 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam alterados, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

§ 1º Excetuam-se da determinação do caput os seguintes tanques de carga:

I - aqueles que já foram construídos até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em estoque, cuja inspeção e aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo OIA-PP;

II - aqueles que após 15 de janeiro de 2018, se encontram em processo de construção, cuja data de início da construção seja anterior a 15 de janeiro de 2018, e que a inspeção e a aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo OIA-PP.

§ 2º Para efeitos de controle dos tanques de carga que se encontram nas situações descritas no parágrafo acima, os fornecedores desses tanques de carga deverão enviar ao OCP construído, até 15 de fevereiro de 2018, uma relação contendo as seguintes informações:

I - para os tanques de carga que já foram construídos até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em estoque: n.º da ordem de serviço, data de aprovação final da construção, RTO, número de equipamento, grupo de produtos perigosos aptos a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP;

II - para os tanques de carga que após 15 de janeiro de 2018, se encontram em processo de construção: n.º da ordem de serviço, data inicial da construção, RTO, número de equipamento, grupo de produtos perigosos aptos a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP.

Art. 3º A construção pública que originou os requisitos ora aprovados, foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 357, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2017, seção 01, página 49.

Art. 4º As demais disposições da Portaria Inmetro n.º 16/2016 permanecem inalteradas.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 7, DE 22 DE JANEIRO, DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pela Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, considerando as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 05, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho:

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas motorizadas de combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 013/MS e pela Portaria Inmetro n.º 52/2004;

E considerando o conteúdo do Processo Inmetro n.º 52600.0009971/2017 e do Sistema Orçamentário n.º 392073, resolve:

Aprovar a família de modelos Páme PHR de bomba motorizada para combustíveis líquidos, marca Gilbarco Vedco Ret.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legis>.

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, como públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DENIT), com o objetivo de colher subsídios para a elaboração de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico nº 1, da Tarifa, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENIT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 70051-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante o preenchimento integral do modelo próprio, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço http://www.mdic.gov.br/imagens/REPOSITORIO/ncm/ncm/legislacao/CTC_2017/ncm-ncm-conteudo.doc. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2027-7303 e 2027-7258 ou pelo endereço de correio eletrônico CT1@mdic.gov.br.

3. O encaminhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mdic.gov.br/imagens/legislacao/ncm/ncm-ncm-conteudo.doc> ou pelo endereço de correio eletrônico CT1@mdic.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos editores em nome da CT-1, eventuais manifestações a respeito devem ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos na Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2917.20.00	- Ácidos polibenzotriazólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus anidridos, halogenados, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Ácidos polibenzotriazólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus anidridos, halogenados, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.2	Enteros de ácidos polibenzotriazólicos cíclicos
		2917.20.3	Ciclohexanona de ciclohexano
		2917.20.90	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gov.br/assinadigital>, pelo código QR 0012015012300614

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrj.us.br/projudi/> - Identificador: PJ6XA 8PUKA Q45EZ 5HFHR



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tornar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Bernardo F. S. Borwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berwenger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

convocada.

13/4



4998510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;


t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

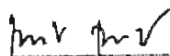
CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

10/7

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

- 12/4
- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
 - d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
 - e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
 - f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
 - g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
 - i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

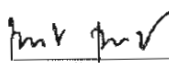
ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

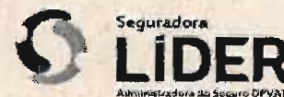

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o número 186.088.769-49, portador da cédula de identidade RG 2.237.060, expedido pela SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 071.709 e no CPF sob o nº 990.536.407-20, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os



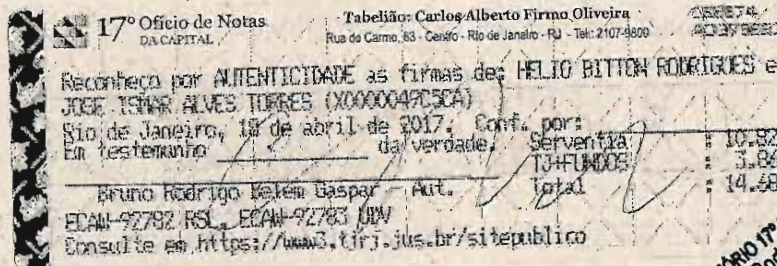


demaís atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2017.

SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
JOSÉ ISMAR ALVES TORRES – DIRETOR PRESIDENTE

SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
HÉLIO BITTON RODRIGUES – DIRETOR JURÍDICO



10.82
3.86
14.68

CARTÃO 17 OFÍCIO DE NOTAS RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente

02/05/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 02/05/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2589872- C3/ 2019-01872/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08113426520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., já devidamente qualificado nos autos, inconformada, *data máxima vênia*, com a R. Decisão proferida nos autos da **Ação de Cobrança de Seguro DPVAT**, que lhe promove **que lhe promove ROMIR GOMES AMORIM**, em atendimento ao despacho publicado de fls. vem pronunciar-se a respeito dos honorários periciais ora em debate.

Inicialmente destaca-se a aplicabilidade da Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça, a qual preconiza que a indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial do beneficiário será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Desta forma, verifica-se que a Lei prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta.

Além disso, a Lei 11.945/09 culminada com a Lei 6.194/74, não torna a perícia médica complexa, pelo contrário, facilita o trabalho do perito, cabendo ao mesmo, apenas apontar a debilidade da vítima e graduá-la de acordo com os ditames legais.

Visando dirimir as dúvidas existentes quanto ao grau de invalidez, o Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder firmaram um convênio número 06/2015 prevendo que em todas as ações envolvendo sinistro com cobertura do Seguro DPVAT, independente de qual seja a Seguradora demandada, o magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada às partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas.

Não obstante, todas as perícias realizadas serão pagas pela Seguradora Líder a um valor fixo de **R\$200,00 (Duzentos reais)**, independentemente do resultado, devendo a Seguradora ser devidamente intimada a efetuar o pagamento em até 15(quinze) dias a contar da realização da perícia.

Deste modo, requer que Vossa Excelência se digne reconsiderar a decisão retro, arbitrando os honorários periciais em no valor não superior a **R\$200,00 (Duzentos reais)**, conforme o convênio de cooperação institucional supramencionado.

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado e por se tratar de prova essencial para o deslinde da presente demanda, requer a renovação da intimação para o pagamento dos honorários periciais arbitrados.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 18 de abril de 2019.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDPJ JDEUP V7K7M 4UTCU



03/05/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 03/05/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 02/05/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (15/04/2019) e ao evento de expedição seq. 7.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 03/05/2019

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL - PROJUDI
DO CENTRO CÍVICO, 666 - , - Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro -
BOA VISTA/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail:
4vcivelresidual@tjrr.jus.br

CERTIDÃO

Certifico que a contestação apresentada é tempestiva.

ATO ORDINATÓRIO

Ao autor para réplica.



03/05/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 03/05/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (03/05/2019)

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

14/05/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 14/05/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 13/05/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (03/05/2019) e ao evento de expedição seq. 14.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 21/05/2019

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE ROMIR GOMES AMORIM

Complemento: Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (15/04/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

31/05/2019: CONCLUSOS PARA DESPACHO.

Data: 31/05/2019

Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO

Complemento: Responsável: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

03/06/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 03/06/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO
(03/05/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA
CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

Processo nº : 0811342-65.2019.8.23.0010

PROMOVENTE: ROMIR GOMES AMORIM

**PROMOVIDO (A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

ROMIR GOMES AMORIM, já devidamente qualificado nos autos da
AÇÃO supra epigrafada, por seu advogado que esta subscreve, vem com o
devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência, trazer aos
autos

RÉPLICA À CONTESTAÇÃO

Apresentada pela SEGURADORA PROMOVIDA, já qualificada nos
autos em epígrafe, por intermédio de seus Ilustres Procuradores, utilizando-se
dos seguintes termos:

O requerente vem à presença de Vossa Excelência referendar todo o
alegado em sede de petição inicial, aduzindo desde logo, que fará prova do seu
direito ao seguro DPVAT pleiteado por meio de provas que já foram e que
ainda serão produzidas.

Afirma ainda, que não são procedentes as alegações trazidas pela
promovida, o que restará igualmente comprovado.

Quanto a alegação de que é estranho o fato do Promovente ter
realizado o Registro de Ocorrência somente após 04 meses da data do



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

acidente, não passa de argumentos repetitivos e com o único intuito de cumprir tabela de defesa, pois os envolvidos no r. sinistro foram atendidos pelo SAMU.

Ora, não é segredo de que o BO é realizado sempre posteriormente à ocorrência do sinistro, e ainda, somente após estabilizadas as lesões causadas pelo acidente.

Quanto a alegação de lesão preexistente, sob o argumento de que o Promovente já se envolveu em acidente automobilístico ocorrido em 22/08/2013, o que não poderá prevalecer porque não se comunica com os fatos do caso em tela, pois aqui se busca uma indenização referente a acidente ocorrido em 22/10/2018.

O Promovente passará por uma perícia judicial, então não se consegue entender o motivo de tanto desespero da Promovida.

Tabela de indenização de Seguros DPVAT em função do grau de invalidez

Danos corporais parciais	Grau de Invalidez (Sequelas)				
	Residual (10%)	Leve (25%)	Média (50%)	Intensa (75%)	Completa (100%)
Lesões Neurológicas	R\$ 1.350,00	R\$ 3.375,00	R\$ 6.750,00	R\$ 10.125,00	R\$ 13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos	R\$ 945,00	R\$ 2.362,50	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas	R\$ 945,00	R\$ 2.362,00	R\$ 4.725,00	R\$ 7.087,50	R\$ 9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho.	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo .	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar).	R\$ 135,00	R\$ 337,50	R\$ 675,00	R\$ 1.012,50	R\$ 1.350,00
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	-	-	-	-	R\$ 1.350,00

Deste modo, pugna pela procedência do pedido inicial de acordo com a graduação determinada pela perícia do Juízo, como medida de inteira justiça.

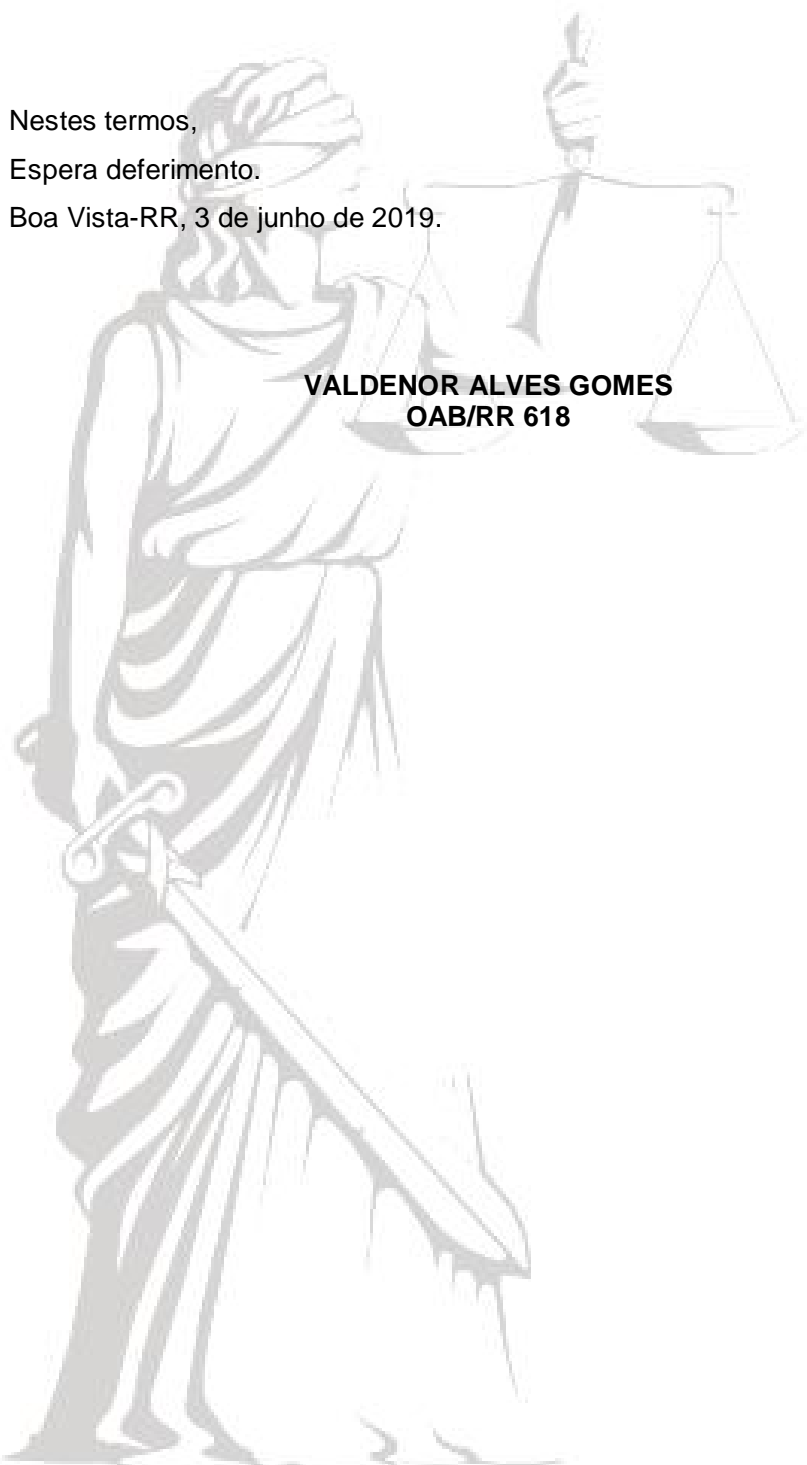




VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Nestes termos,
Espera deferimento.
Boa Vista-RR, 3 de junho de 2019.

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



Data: 04/06/2019

Movimentação: JUNTADA DE OUTROS

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão Liminar



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA CÍVEL - PROJUDI

Praça do Centro Cívico, 269 - Palácio da Justiça, - Centro - Boa Vista/RR -
CEP: 69.301-380

CÂMARA CÍVEL - SEGUNDA TURMA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 9000603-40.2019.8.23.0000

AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO:JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

AGRAVADO: ROMIR GOMES AMORIM

ADVOGADO:VALDENOR ALVES GOMES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida nos autos de nº 0811342-65.2019.8.23.0010, oriunda da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista se a qual inverteu o ônus da prova sob o argumentou que a relação posta em debate seria de consumo e, ainda, fixou honorários periciais em R\$ 500,00 (quinhentos reais), determinando a intimação da Agravante para o seu pagamento quando da realização da perícia médica.

A agravante alega, em síntese, que é inaplicável o Código de Defesa do Consumidor uma vez que o seguro DPVAT é seguro obrigatório e instituído por lei, de modo que a ele não se aplica as normas protetivas consumeristas.

Insurgiu-se também contra a fixação dos honorários periciais pelo juiz *a quo* sob o argumento que há um convênio entre a Seguradora e esta Corte de Justiça limitando-se o arbitramento dos honorários na monta de R\$ 200,00.

Ademais, relata que descabe a antecipação dos honorários periciais sob a assertiva que a legislação prevê a hipótese de pagamento ao final pelo vencido, nos casos



em que há o deferimento da justiça gratuita,

Por tal requer a atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo, e, no mérito, o provimento do recurso.

Juntou documentos.

É o breve relato. Decido.

Recebo presente Agravo e defiro o seu processamento, eis que tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade.

De acordo com o Código de Processo Civil, cabe ao relator atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento, nos termos do seguinte artigo:

“Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

Com efeito, a teor do disposto no artigo 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, os tradicionais requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora.

A agravante manifesta a sua insurgência com a decisão interlocutória que, nos autos da ação de cobrança do seguro DPVAT ajuizada pelo agravado, houve por bem inverter o ônus da prova com fulcro no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Devo salientar que em casos de cobrança de indenização prevista na Lei nº 6.194/74, não se aplicam as regras do CDC, pois não há relação de consumo entre as seguradoras integrantes do consórcio do seguro DPVAT e o segurado. A propósito, registro que o DPVAT é espécie de seguro de adesão obrigatória, dirigido a todos os proprietários de veículos automotores terrestres.

Por essa razão, a sua contratação não deriva de vontade das partes (contrato) mas, sim, de imposição legal.

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito do tema:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR LEI. AUSÊNCIA DE QUALQUER MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE NO TOCANTE AO OFERECIMENTO E ÀS REGRAS DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELAS RESPECTIVAS SEGURADORAS, NÃO HAVENDO SEQUER A OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO, TAMPOUCO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E/OU DO PRODUTO PELO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO.IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DESPROVIDO.1. Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam ao seguro obrigatório (DPVAT). 1.1. Com efeito, em se tratando de obrigação imposta por lei, na qual não há acordo de vontade entre as partes, tampouco qualquer ingerência das seguradoras componentes do consórcio do seguro DPVAT nas regras atinentes à indenização securitária (extensão do seguro;hipóteses de cobertura; valores correspondentes; dentre outras), além de inexistir sequer a opção de contratação ou escolha do produto ou fornecedor pelo segurado, revela-se ausente relação consumerista na espécie, ainda que se valha das figuras equiparadas de consumidor dispostas na Lei n. 8.078/90. 2. Recurso especial desprovido. (REsp 1635398/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017) – grifei.

No mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT –CUSTEIO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS – MATÉRIA NÃO INCLUSA NO ART. 1.015 DO NCPC – ROL TAXATIVO – NÃO CONHECIMENTO – APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INADMISSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO – DISTRIBUIÇÃO DA CARGA DINÂMICA DAS PROVAS – ART. 373, § 1º, DO CPC – POSSIBILIDADE – INVERSÃO MANTIDA – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. 1.“(...) Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não seaplicam ao seguro obrigatório (DPVAT)”. (STJ – REsp 1635398/PR. TerceiraTurma. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 23/10/2017).

2. O cabimento da distribuição dinâmica do ônus probatório (NCPC, art. 343, § 1º) deve de ser medido com vistas tanto às partes (aspecto subjetivo) quanto ao processo (aspecto objetivo), objetivando, sempre, a instrução da melhor forma e com o menor custo a todos os sujeitos do processo (NCPC, art. 6º). 3. Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, parcialmente provido. (TJPR - 10ª C.Cível - 0021361-28.2018.8.16.0000 - Rolândia - Rel.: Domingos Ribeiro da Fonseca - J. 13.12.2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INTERLOCUTÓRIO QUE INDEFERE O PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ALEGADA RELAÇÃO CONSUMERISTA E PRESENÇA DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INSUBSISTÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO CDC AO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, CONSOANTE RECENTE ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RATEIO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS ENTRE AS PARTES LITIGANTES. INTERLOCUTÓRIO MANTIDO. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4021906-42.2017.8.24.0000, de Ibirama, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 06-11-2018).

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA – Aplicação do art. 373, §1º, do CPC/15 – O dispositivo permite a distribuição dinâmica do ônus da prova, por ocasião do saneamento, porquanto é regra de instrução, não de julgamento – **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – DESCABIMENTO – Relação entre as partes decorre da Lei nº 6.194/74, não de contrato – RELAÇÃO DE CONSUMO INEXISTENTE.** PERÍCIA – DETERMINAÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS – Ônus de provar fato constitutivo do direito invocado do autor, beneficiário da gratuidade - Ônus da prova que não se confunde com o ônus financeiro da prova – Exegese dos artigos 82 e 95 do CPC/2015, que definem a responsabilidade pelas despesas decorrentes da atuação processual – Imprescindibilidade da prova para demonstração do fato constitutivo do seu direito - Parte autora beneficiária da justiça gratuita – Perícia a ser realizada pelo IMESC – DECISÃO REFORMADA – AGRAVO PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2050546-64.2019.8.26.0000; Relator (a): Luis Fernando Nishi; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 22/04/2019; Data de Registro: 22/04/2019)



Sobre o valor dos honorários periciais, certo é que o **convênio nº 06/2015** (SEI nº 0009122-24.2016.8.23.8000) firmando entre a agravante e esta Corte de Justiça estabeleceu o valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas – Claúsula 1.3.

Assim, nessa via de cognição estreita e sem prejuízo de posterior reexame da matéria, vislumbra-se a probabilidade de provimento do recurso e a ocorrência de dano grave, de difícil ou impossível reparação aptas a justificar o deferimento da concessão do efeito suspensivo pleiteado.

Posto isso, nos termos dos arts. 1.015, XI e 1.019, I ambos do CPC, **DEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO/ATIVO AO AGRAVO.**

Comunique-se ao juízo *a quo*.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias

Diligências necessárias.

Intime-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 03 de junho de 2019.

(assinado digitalmente – Lei nº 11.419/06)

Juiz Convocado LUIZ FERNANDO MALLET

RELATOR



18/06/2019: PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR DECISÃO JUDICIAL.

Data: 18/06/2019

Movimentação: PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR DECISÃO JUDICIAL

Por: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Relação de arquivos da movimentação:

- mero expediente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL - PROJUDI

DO CENTRO CÍVICO, 666 - ,- Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro - BOA VISTA/RR - CEP:
69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail: 4vcivelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0811342-65.2019.8.23.0010
Classe Processual: Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Seguro
Valor da Causa: : R\$9.450,00
Autor(s) ROMIR GOMES AMORIM Rua Deusdete Coelho, Nº 2351, Bairro Paraviana, CEP: 69.307-273 , 2351 - Paraviana - BOA VISTA/RR - CEP: 69.307-273
Réu(s) Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205

DESPACHO

1. Ciente da decisão do E. Tribunal de Justiça.
2. Considerando a liminar deferida no agravo de instrumento interposto, que determina a suspensão da decisão do EP 06.
3. Assim, cumprindo a decisão do E. TJ/RR ficam os autos suspensos, até ulterior deliberação do juízo *ad quem*.
4. Expedientes necessários. Cumpra-se.

Comarca de Boa Vista (RR), data constante do sistema.

Jarbas Lacerda de Miranda
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível
(assinado digitalmente)



18/06/2019: PROCESSO SUSPENSO.

Data: 18/06/2019

Movimentação: PROCESSO SUSPENSO

Complemento: Por 180 dias corridos a partir de 18/06/2019

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Data: 19/08/2019

Movimentação: JUNTADA DE OUTROS

Por: Thairinny Melo Araujo de Almeida

Relação de arquivos da movimentação:

- decisão agravo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA CÍVEL - PROJUDI

Praça do Centro Cívico, 269 - Palácio da Justiça, - Centro - Boa Vista/RR -
CEP: 69.301-380

CÂMARA CÍVEL - SEGUNDA TURMA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 9000603-40.2019.8.23.0000

AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO:JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

AGRAVADO: ROMIR GOMES AMORIM

ADVOGADO:VALDENOR ALVES GOMES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida nos autos de nº 0811342-65.2019.8.23.0010, oriunda da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista se a qual inverteu o ônus da prova sob o argumentou que a relação posta em debate seria de consumo e, ainda, fixou honorários periciais em R\$ 500,00 (quinhentos reais), determinando a intimação da Agravante para o seu pagamento quando da realização da perícia médica.

A agravante alega, em síntese, que é inaplicável o Código de Defesa do Consumidor uma vez que o seguro DPVAT é seguro obrigatório e instituído por lei, de modo que a ele não se aplica as normas protetivas consumeristas.

Insurgiu-se também contra a fixação dos honorários periciais pelo juiz *a quo* sob o argumento que há um convênio entre a Seguradora e esta Corte de Justiça limitando-se o arbitramento dos honorários na monta de R\$ 200,00.

A liminar foi deferida – EP 05.

Sem contrarrazões.



É o breve relato. Decido.

Decido monocraticamente, nos termos do art. 90, VI, do RITJRR[1].

Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo o presente agravo e defiro o seu processamento, eis que tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade, nos termos dos arts. 1.016 e 1.017 do CPC.

A agravante manifesta a sua insurgência com a decisão interlocutória que, nos autos da ação de cobrança do seguro DPVAT ajuizada pelo agravado, além de inverter o ônus da prova com fulcro no Código de Defesa do Consumidor (CDC), fixou os honorários periciais na monta de R\$ 500,00, monta superior ao estabelecido no convênio de cooperação entre a Seguradora e esta Corte de Justiça.

Analisando as razões do recurso, vejo que comportam provimento.

No que toca à primeira insurgência, devo salientar que em casos de cobrança de indenização prevista na Lei nº 6.194/74, não se aplicam as regras do CDC, pois não há relação de consumo entre as seguradoras integrantes do consórcio do seguro DPVAT e o segurado. A propósito, registro que o DPVAT é espécie de seguro de adesão obrigatória, dirigido a todos os proprietários de veículos automotores terrestres.

Por essa razão, a sua contratação não deriva de vontade das partes (contrato) mas, sim, de imposição legal, se revelando impossível a inversão do ônus da prova com base em relação consumerista.

Neste sentido é o tirocínio do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR LEI. AUSÊNCIA DE QUALQUER MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE NO TOCANTE AO OFERECIMENTO E ÀS REGRAS DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELAS RESPECTIVAS SEGURADORAS, NÃO HAVENDO SEQUER A OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO, TAMPOUCO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E/OU DO PRODUTO PELO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO.IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DESPROVIDO.1. Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam ao seguro obrigatório (DPVAT). 1.1. Com efeito, em se tratando de obrigação imposta por lei, na qual não há acordo de



vontade entre as partes, tampouco qualquer ingerência das seguradoras componentes do consórcio do seguro DPVAT nas regras atinentes à indenização securitária (extensão do seguro; hipóteses de cobertura; valores correspondentes; dentre outras), além de inexistir sequer a opção de contratação ou escolha do produto ou fornecedor pelo segurado, revela-se ausente relação consumerista na espécie, ainda que se valha das figuras equiparadas de consumidor dispostas na Lei n. 8.078/90. 2. Recurso especial desprovido. (REsp 1635398/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017) – grifei.

No mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – CUSTEIO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS – MATÉRIA NÃO INCLUSA NO ART. 1.015 DO NCPC – ROL TAXATIVO – NÃO CONHECIMENTO – **APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INADMISSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO** – DISTRIBUIÇÃO DA CARGA DINÂMICA DAS PROVAS – ART. 373, § 1º, DO CPC – POSSIBILIDADE – INVERSÃO MANTIDA – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. 1. “(...) Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam ao seguro obrigatório (DPVAT)”. (STJ – REsp 1635398/PR. Terceira Turma. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 23/10/2017). 2. O cabimento da distribuição dinâmica do ônus probatório (NCPC, art. 343, § 1º) deve de ser medido com vistas tanto às partes (aspecto subjetivo) quanto ao processo (aspecto objetivo), objetivando, sempre, a instrução da melhor forma e com o menor custo a todos os sujeitos do processo (NCPC, art. 6º). 3. Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, parcialmente provido. (TJPR - 10ª C.Cível - 0021361-28.2018.8.16.0000 - Rolândia - Rel.: Domingos Ribeiro da Fonseca - J. 13.12.2018) – grifei.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INTERLOCUTÓRIO QUE INDEFERE O PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. **ALEGADA RELAÇÃO CONSUMERISTA E PRESENÇA DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INSUBSISTÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO CDC AO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, CONSOANTE RECENTE ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RATEIO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS ENTRE AS PARTES LITIGANTES. INTERLOCUTÓRIO MANTIDO. RECURSO DESPROVIDO.** (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4021906-42.2017.8.24.0000, de Ibirama, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 06-11-2018) – grifei.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA – Aplicação do art. 373, § 1º, do CPC/15 – O dispositivo permite a distribuição dinâmica do ônus da prova, por ocasião do saneamento, porquanto é regra de instrução, não de julgamento –



INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – DESCABIMENTO – Relação entre as partes decorre da Lei nº 6.194/74, não de contrato – RELAÇÃO DE CONSUMO INEXISTENTE. PERÍCIA – DETERMINAÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS – Ônus de provar fato constitutivo do direito invocado do autor, beneficiário da gratuidade - Ônus da prova que não se confunde com o ônus financeiro da prova – Exegese dos artigos 82 e 95 do CPC/2015, que definem a responsabilidade pelas despesas decorrentes da atuação processual – Imprescindibilidade da prova para demonstração do fato constitutivo do seu direito - Parte autora beneficiária da justiça gratuita – Perícia a ser realizada pelo IMESC – DECISÃO REFORMADA – AGRAVO PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2050546-64.2019.8.26.0000; Relator (a): Luis Fernando Nishi; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 22/04/2019; Data de Registro: 22/04/2019)

Acerca da fixação de honorários periciais, certo é que o **convênio nº 06/2015** (SEI nº 0009122-24.2016.8.23.8000) firmando entre a agravante e esta Corte de Justiça estabeleceu o valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas – *Claúsula 1.3, in verbis*:

As perícias serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de RR\$ 200,00 (duzentos reais), independentemente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada). (Grifo no original)

Com efeito, pelo princípio do *venire contra factum proprium* (vedação do comportamento contraditório), não pode esta Corte desconsiderar a existência do Convênio regularmente formalizado com o ora agravante.

Neste sentido, colho jurisprudência dominante sobre o tema:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Consta dos autos o Convênio nº 06/2015, celebrado entre o TJRR e a Seguradora em 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT. 2. Por força dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, considerando a existência do supracitado convênio, merece provimento o presente agravo, para reformar a decisão agravada. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJRR – AgInst 0000.15.002661-5, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/02/2017, public.: 13/02/2017, p. 07)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM DESCOMPASSO COM A



NORMATIVA FIXADA PELO TJRR - RECURSO PROVIDO. (TJRR – AgInst 0000.16.000327-3, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 07/07/2016, public.: 14/07/2016, p. 44)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS PERICIAIS EM DESACERTO COM O CONVÊNIO Nº. 06/2015. DECISUM PROFERIDO APÓS A PUBLICIDADE DO AJUSTE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO REFORMADA. (TJRR – AgInst 0000.15.002347-1, Rel. Des. ELAINE CRISTINA BIANCHI, Câmara Única, julg.: 23/02/2016, DJe 02/03/2016, p. 32)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 99, § 2º, do CPC, combinado com art. 90, inc. VI do RITJRR, conheço e **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento, reformando a decisão agravada, fixando os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), nos termos do convênio celebrado, bem como afasto a inversão do ônus da prova com base no CDC.

Publique-se e intime-se.

Comunique-se ao Juiz Singular.

Arquivem-se com as cautelas de praxe.

Boa Vista/RR, 14 de agosto de 2019.

(assinado digitalmente – Lei nº 11.419/06)

Juiz Convocado LUIZ FERNANDO MALLET - Relator

[1] Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

VI – dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior.



19/08/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 19/08/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019)

Por: Thairinny Melo Araujo de Almeida

19/08/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 19/08/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019)

Por: Thairinny Melo Araujo de Almeida

19/08/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 19/08/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 19/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 22) JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 24.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

24/08/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 24/08/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 26/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 22) JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 23.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

24/08/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 24/08/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE OUTROS
(19/08/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA
CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

Processo nº : 0811342-65.2019.8.23.0010

PROMOVENTE: ROMIR GOMES AMORIM

**PROMOVIDO (A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

ROMIR GOMES AMORIM, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO supra epigrafada, por seu advogado que esta subscreve, vem com o devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência, dá-se por ciente da decisão do Agravo de Instrumento (EP. 22.1) e requerer a designação da data da perícia médica judicial, conforme determinado na decisão inicial (EP. 6.1), com o objetivo de dar o normal prosseguimento do feito, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 24 de agosto de 2019.

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618

10/09/2019: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 10/09/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 22) JUNTADA DE OUTROS(19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 24.

Por: SISTEMA CNJ

10/09/2019: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 10/09/2019

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Da instância superior. Agravo de Instrumento 9000603-40.2019.8.23.0000.

Por: SISTEMA CNJ

12/09/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 12/09/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- guia de deposito

2589872- C3/ 2019-01872/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08113426520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROMIR GOMES AMORIM**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

BOA VISTA, 11 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



		N° DA CONTA JUDICIAL 1000107216233	
N° DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 09/09/2019	AGÊNCIA (PREF / DV) 3797	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 06/09/2019	N° DA GUIA 2589872	N° DO PROCESSO 08113426520198230010	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA BOA VISTA	ORGÃO/VARA 4 VARA CIVEL RESIDUAL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA Juridico	CPF / CNPJ
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE ROMIR GOMES AMORIM		TIPO DE PESSOA Fisica	CPF / CNPJ 16412460225
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA F59656FF731CDF11			
CÓDIGO DE BARRAS			



12/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 12/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RECEBIDOS OS AUTOS (10/09/2019)

Por: Graciela Joanice Pacheco Rodrigues

12/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 12/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RECEBIDOS OS AUTOS (10/09/2019)

Por: Graciela Joanice Pacheco Rodrigues

13/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 13/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 13/09/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 29)

RECEBIDOS OS AUTOS (10/09/2019) e ao evento de expedição seq. 32.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

13/09/2019: JUNTADA DE OFÍCIO DE OUTROS ÓRGÃOS.

Data: 13/09/2019

Movimentação: JUNTADA DE OFÍCIO DE OUTROS ÓRGÃOS

Por: FELIPE FERRO DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Ofício



BOA VISTA (RR), 09 de Setembro de 2019 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: **08113426520198230010**
Reu: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**
CPF/CNPJ: **09.248.608/0001-04**
Autor: **ROMIR GOMES AMORIM**
CPF/CNPJ: **164.124.602-25**
Valor original: **R\$ 200,00**
Agência depositária: **3797 - 4 S.PUBLICO BOA VISTA**
N.º da conta judicial: **1000107216233**
N.º da parcela: **1**
Data do depósito: **06.09.2019**
Depositante: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.
PSO BOA VISTA
AV.GLAYCON DE PAIVA,74
BOA VISTA - RR .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
4 VARA CIVEL RESIDUAL
BOA VISTA - RR .



21/09/2019: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 21/09/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 29) RECEBIDOS OS AUTOS(10/09/2019) e ao evento de expedição seq. 32.

Por: SISTEMA CNJ

23/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 23/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 23/09/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 29) RECEBIDOS OS AUTOS (10/09/2019) e ao evento de expedição seq. 31.

Por: SISTEMA CNJ

27/09/2019: TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO.

Data: 27/09/2019

Movimentação: TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Complemento: Suspensão interrompida

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Data: 30/09/2019

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE ROMIR GOMES AMORIM

Complemento: Referente ao evento RECEBIDOS OS AUTOS (10/09/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Data: 21/10/2019

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- INTIMAÇÃO DATA DA PERÍCIA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

4ª VARA CÍVEL - PROJUDI

DO CENTRO CÍVICO, 666 - , - Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro -

Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail:

4vcivelresidual@tjrr.jus.br

DATA DA PERÍCIA - CERTIDÃO

Por ordem do MM. Juiz de Direito, certifico e dou fé, que foi designado como perito o **Dr(a). FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA**. Certifico que o(a) mencionado(a) perito(a), agendou o dia **29 de novembro de 2019, a partir das 14h às 17h por ordem de chegada**, para a realização das perícias. Certifico, por fim, que o endereço informado para a realização das perícias é: Sala Comercial na **Av. Mario Homem de Melo, nº 507-3, sub esquina com Travessa B, próximo ao prédio da PROMIDIA, bairro Centro. Consultório médico com acesso pela travessa B, ao lado do Conselho de Psicologia.** Por ser expressão da verdade, lavrei a presente certidão.

Boa Vista, 21 de outubro de 2019.

ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Diretora de Secretaria

ATO ORDINATÓRIO

Intimo as partes para ciência da data da realização da perícia, qual seja, **29 de novembro de 2019, a partir das 14h às 17h, por ordem de chegada**, no seguinte endereço: **Av. Mario Homem de Melo, nº 507-3, sub esquina com Travessa B, próximo ao prédio da PROMIDIA, bairro Centro. Consultório médico com acesso pela travessa B, ao lado do Conselho de Psicologia.** **INTIMO a parte autora, através de seu(s) advogados**, a comparecer na mencionada data, no local acima indicado, munida das fotocópias das principais peças processuais (**laudo(s) médico(s), prontuário de atendimento, eventuais exames, boletim de ocorrência, etc.**), ficando à disposição do(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial, pelo prazo necessário e suficiente para a realização da perícia técnica.

Boa Vista, 21 de outubro de 2019.

ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Diretora de Secretaria

21/10/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 21/10/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (21/10/2019)

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

21/10/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 21/10/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (21/10/2019)

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

23/10/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 23/10/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 23/10/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO (21/10/2019) e ao evento de expedição seq. 40.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Data: 23/10/2019

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE ROMIR GOMES AMORIM

Complemento: Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (21/10/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

24/10/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 24/10/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 24/10/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO (21/10/2019) e ao evento de expedição seq. 41.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

31/10/2019: EXPEDIÇÃO DE MANDADO.

Data: 31/10/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE MANDADO

Complemento: Prazo de 15 dias úteis. Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO(21/10/2019 11:33:33). Natureza: Intimação. Parte: ROMIR GOMES AMORIM.

Identificador do Cumprimento: 0002.

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

Relação de arquivos da movimentação:

- MANDADO DE INTIMAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL - PROJUDI
DO CENTRO CÍVICO, 666 - , - Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro -
Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail:
4vcivelresidual@tjrr.jus.br

MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA

(X) Assistência Judiciária () Diligência do Juízo () Verba Indenizatória

Processo: 0811342-65.2019.8.23.0010

Classe Processual: Procedimento Ordinário

Assunto Principal: Seguro

Valor da Causa: : R\$9.450,00

Autor(s)

ROMIR GOMES AMORIM

Rua Deusdete Coelho, Nº 2351, Bairro Paraviana, CEP: 69.307-273 , 2351 - Paraviana - BOA VISTA/RR - CEP: 69.307-273

Réu(s)

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205

PESSOA A SER INTIMADA:

Autor(s)

ROMIR GOMES AMORIM

Rua Deusdete Coelho, Nº 2351, Bairro Paraviana, CEP: 69.307-273 , 2351 - Paraviana - BOA VISTA/RR - CEP: 69.307-273

Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4.ª Vara Cível, pelo presente instrumento fica Vossa Senhoria **INTIMADA** para comparecer à perícia designada com o Dr. Fernando Bernardo de Oliveira, para o dia **29 de novembro de 2019, a partir das 14h às 17h**, por ordem de chegada, no seguinte endereço: **Av. Mario Homem de Melo, nº 507-3, sub esquina com a Travessa B, próximo ao prédio da PROMIDIA, Bairro Centro. Consultório médico com acesso pela travessa B, ao lado do Conselho de Psicologia.** **INTIMO** ainda Vossa Senhoria para comparecer na mencionada data, no local acima indicado, munida das fotocópias das principais peças processuais (**laudo(s) médico(s), RX, prontuário de atendimento, eventuais exames, boletim de ocorrência, etc.**), ficando à disposição do(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial, pelo prazo necessário e suficiente para a realização da perícia técnica.

Fica a advertência que o processo deverá ser extinto, com julgamento do mérito, sempre que o(a) autor(a), sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à perícia, ou comparecendo, não levar os documentos necessários para a realização da perícia.

Comarca de Boa Vista/RR, 30/10/2019.

ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Diretora de Secretaria, por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito

(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)

não esteja cadastrado no sistema PROJUDI, entre em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Roraima, na Avenida Ville Roy, n.º 1830, Bairro Caçari, Fone: (95)3198-3350.



31/10/2019: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO.

Data: 31/10/2019

Movimentação: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO

Complemento: Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 45) em 31/10/2019

08:14:10. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: JEFERSON

ANTONIO DA SILVA. Parte: ROMIR GOMES AMORIM

Por: Giceane Moraes Da Silva

05/11/2019: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 05/11/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO(21/10/2019) e ao evento de expedição seq. 41.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 07/11/2019

Movimentação: RETORNO DE MANDADO

Complemento: Referente ao evento (seq. 45) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/10/2019
08:14:11). Parte: ROMIR GOMES AMORIM

Por: JEFERSON ANTONIO DA SILVA

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão de Oficial de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
CENTRAL DE MANDADOS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, CITEI / INTIMEI / NOTIFIQUEI
ROMIR GOMES AMORIM, pessoalmente, nesta data, no endereço
indicado, o(a) qual, após a leitura do mandado, exarou seu ciente e
aceitou a contrafé oferecida.

Boa Vista-RR, 05 de novembro de 2019, às 12:00h.

Jeferson Antonio da Silva

Oficial de Justiça
Mat 3010023



07/11/2019: LEITURA DE MANDADO REALIZADA.

Data: 07/11/2019

Movimentação: LEITURA DE MANDADO REALIZADA

Complemento: MANDADO lido em 07/11/2019 - Referente ao evento de expedição (seq. 45)

EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/10/2019 08:14:11). Parte: ROMIR GOMES AMORIM

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

Data: 26/11/2019

Movimentação: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA

Complemento: Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 06/12/2019
(10 dias)

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Data: 03/12/2019

Movimentação: PRAZO DECORRIDO

Complemento: Sem Resposta - (Referente a(o) MANDADO determinado pelo evento JUNTADA DE CERTIDÃO(21/10/2019). Parte: ROMIR GOMES AMORIM

Por: SISTEMA CNJ

10/12/2019: JUNTADA DE LAUDO.

Data: 10/12/2019

Movimentação: JUNTADA DE LAUDO

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

Relação de arquivos da movimentação:

- Laudo

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Informações da Vítima

Nome completo: ROMIR GOMES AMORIM

CPF: 164.124.602-23

Endereço completo: Rua Deusdite Coelho, nº 2351,
Parauarima - Boa Vista - RR

Informações do Acidente

Local: Rua Paraí, Ponto de Referência: P- de C - Rua da Vela - Estados
Data do Acidente: 22 / 10 / 2018 (conforme relatado no B.O) Boa Vista - RR

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para avaliação médica para fins de conciliação em razão de processo judicial nº 0811342-65.2019.8.23.0010, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e tramita na 4ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Boa Vista - (RR)

Boa Vista, RR- 29 / 11 / 19

Romir Gomes Amorim
Assinatura da Vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual Informado:

a) Qual(uais) região(ões) corporal(is) encontra(m) acometida(s);

M.I.D.: fratura femur (D) - Direita
(SUBTROCANTEREA)

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma;

Tto conservador + Conservador
(Tubo) e depois Imobilização

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s);

Historico de que na época
NÃO houve material
cirúrgico planejado
e houve consolidação
ossea.

Previamente já houve
Traumatismo em Tibia e
Fíbula Direita (legela)
Trauma Antigo (Perna D).

ernando B. de Oliveira
Perito
Medicina Legal e Perícia Médica
CRM-RR 1107 / RQE 668

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo, Informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima:

M.I.D.: Prejuízo
anômico funcional com limitação

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
- ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

IV) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de Junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante 'a Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar sua graduação:

Seguimento corporal acometido:

- a) ☐ Total

(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

- b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima), em se tratando de dano parcial, Informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial completo. (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ Parcial incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1 do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

M.I.D.

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Processo Judicial nº.

Local e data da realização do exame médico:

Fernando B. de Oliveira
Perito

Assinatura do médico - CRM RR 1107 / RQE 668

Fernando Bernardo de Oliveira, CRM RR 1107

10/12/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 10/12/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019)

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

10/12/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 10/12/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019)

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

10/12/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 10/12/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 10/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019) e ao evento de expedição seq. 54.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

10/12/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 10/12/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 10/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019) e ao evento de expedição seq. 53.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

11/01/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 11/01/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO
(10/12/2019)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2589872- C3/ 2019-01872/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08113426520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROMIR GOMES AMORIM**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU EM OUTUBRO/2018**, E A PARTE AUTORA NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM A LESÃO NA MÃO DIREITA.

CUMPRE ESCLARECER, QUE O AUTOR ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS, QUE NÃO CONFIRMAM O AGRAVAMENTO DA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR, O DOCUMENTO INFORMA APENAS FRATURA, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

SALIENTA-SE, APÓS A DEVIDA REGULAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, QUANDO A PARTE AUTORA FOI SUBMETIDA A EXAME PERICIAL CONSTATOU-SE A AUSÊNCIA DE SEQUELA INDENIZÁVEL, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ COBERTURA PARA O ACIDENTE NARRADO NOS AUTOS, FAZENDO-SE MISTER A IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO INICIAL.



Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190153484

Vítima: ROMIR GOMES AMORIM

Data do Acidente: 22/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ROMIR GOMES AMORIM

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA DE REPERCURSSÃO INTENSA (75%) NO MEMBRO INFERIOR DIREITO, O MESMO NÃO SE PRESTA A COMPROVAR CABALMENTE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO E UM ACIDENTE DE TRÂNSITO, UMA VEZ QUE O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS CAPAZES DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES.

Compreende-se, que nos autos não constam nenhuma documentação médica que comprove que a parte autora ficou em tratamento médico do membro inferior direito de 2018 até 2019.

Ora v. exa., como pode i. perito atestar uma invalidez de repercussão intensa (75%) no MID com precisão, se o autor não acostou documentos médicos e exames para que o mesmo pudesse basear-se ou fazer alguma comparação, afinal, a autora realizou perícia somente após 1 ano e 4 meses do decorrido acidente.

Salienta-se, que diante de toda evolução da medicina, não é plausível que vítima venha apresentar lesões no MID de repercussão intensa (75%), depois de tanto tempo ao alegado acidente, sendo certo que no laudo pericial o Perito informa que o tratamento foi conservador e medicações, ou seja, a parte a autora não foi submetida a cirurgia, a parte autora não comprovou qualquer tratamento ou medicação em decorrência da lesão.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser acolhido o processo administrativo acostado, devendo também ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo o documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.



Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do i. Perito, a fim de elucidar a divergência entre o laudo do processo administrativo e o laudo confeccionado pelo i. perito, sobretudo por não constar nos autos qualquer documentação médica capaz de comprovar o agravamento da lesão.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 30 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrj.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9F EW6KZ H3TFE WC7ZB



Data: 30/01/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE ROMIR GOMES AMORIM

Complemento: Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (10/12/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

06/03/2020: CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

Data: 06/03/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Complemento: Responsável: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Por: André Lucas Silva Rodrigues

Data: 27/03/2020

Movimentação: JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO

Por: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

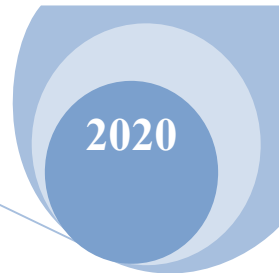
Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença com julgamento do mérito_Art. 487, inc I do NCPC_ procedência em parte



JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Processo n.º 0811342-65.2019.8.23.0010
Autor(a): ROMIR GOMES AMORIM
Ré: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

I - RELATÓRIO:

A parte autora ROMIR GOMES AMORIM, qualificado(a) nos autos, propôs ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA.

O(A) Autor(a) aduz que teria sido vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 22/10/2018, que lhe resultou na(s) lesão(ões) descritas no laudo médico juntado aos autos.

O(A) autor(a) afirma também que não teria havido o pagamento administrativo, no entanto, entende que tem direito ao valor integral do valor do seguro obrigatório, devendo a parte requerida ser condenada ao pagamento da quantia integral do mencionado seguro, bem como dos demais pedidos constantes de sua petição inicial.

Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestação no EP 10, e aduziu a ausência de laudo do iml quantificando a lesão; da validade do registro de ocorrência; dos juros de mora e da correção monetária; da inaplicabilidade da súmula 474 do STJ; etc.

Ao final requereu: a) a improcedência da ação; b) realização de prova pericial; c) a não aplicação da inversão do ônus da prova; d) protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidos, etc.

O Laudo Médico foi juntado no EP 52.

Eis, o relatório. Passo a decidir.

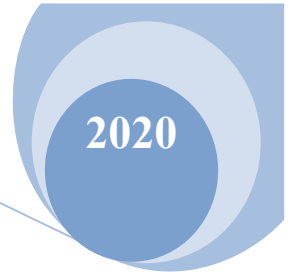
Página 1 de 8





JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



II - FUNDAMENTAÇÃO: Da Preliminar:

Não houve arguição de preliminar. Passo ao julgamento do mérito.

Nos termos da Súmula de nº. 474 do STJ, "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez", infere-se a lógica da indenização proporcional à invalidez, como há de ser pela própria natureza da relação jurídica e pela previsão legal expressa do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, que remete a tabela e percentuais.

No mais, o tema em discussão não depende de produção de outras provas, pois muito embora contenha matéria de fato, no entanto, em razão do exame pericial realizado, toda a matéria fática está a meu juízo esclarecida, portanto, possível o julgamento da lide no estado atual do processo (Art. 355, I do NCPC), uma vez que considero o processo maduro o suficiente para receber provimento jurisdicional.

O seguro DPVAT, criado pela Lei nº 6.194/74, tem como finalidade obrigar a todos os proprietários de veículos automotores de via terrestre a pagarem prêmio, a fim de garantir o recebimento de indenizações em caso de morte e invalidez permanente às vítimas de acidente com veículo, bem como o reembolso das despesas médicas e hospitalares.

Tal Lei em sua redação original fixou o valor das indenizações por morte e invalidez permanente em 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007, atribuiu novo valor para indenizações em caso de invalidez permanente, o qual passou a ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicável aos acidentes ocorridos a partir de 29/12/2006, quando tal MP entrou em vigor.

Mais tarde, a Medida Provisória nº 451/2008, convertida, posteriormente, na Lei nº 11.945/2009, instituiu a graduação da

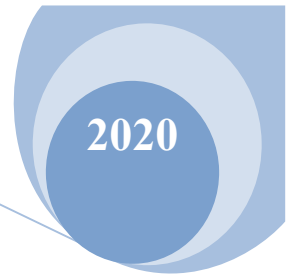
Página 2 de 8





JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



invalidez, a qual somente pode ser aplicada aos acidentes ocorridos a partir de sua vigência em 16/12/2008 (art. 33, IV, f).

Dessa forma, a indenização de seguro DPVAT possui três conjunturas distintas a depender da data do acidente, aplicando-se a redação original da Lei n.º 6.194/47 para os acidentes ocorridos antes de 29/12/2006 e aplicando-se a alteração trazida pela MP n.º 340/2006, convertida na Lei n.º 113482/2007, nos acidentes ocorridos entre 29/12/2006 até 15/12/2008.

Já para os acidentes ocorridos a partir de 16/12/2008, aplicam-se as modificações trazidas pela MP n.º 451/2008, convertida na Lei n.º 11.945/2009, a qual estabeleceu indenização escalonada a depender do grau de invalidez da vítima no sinistro, verificada por meio de tabela do CNSP.

Destarte, verifica-se que a Lei n.º 11.945/2009 foi a única a trazer referência ao grau de invalidez da vítima de acidente de trânsito, motivo pelo qual não se pode aplicar tal gradação aos acidentes ocorridos antes de sua vigência. Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE SOFRIDA PELO AUTOR EM SEU PUNHO FATO INCONTROVERSO EM RAZÃO DA REVELIA DA SEGURADORA E DA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA COM A INICIAL SENTENÇA QUE FIXA O VALOR DA INDENIZAÇÃO COM BASE NO GRAU DA INVALIDEZ PERMANENTE IMPOSSIBILIDADE - SINISTRO OCORRIDO EM DATA EM QUE JÁ ESTAVA EM VIGOR A MEDIDA PROVISÓRIA N. 340/2006, QUE FOI CONVERTIDA NA LEI N. 11.482/2007 - VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER FIXADO EM R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), INDEPENDENTEMENTE DE SER A INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL, INCIDINDO A CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO E OS JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO RECURSO PROVIDO PARA ESSE FIM. No momento do cálculo da indenização de seguro obrigatório, não se distingue invalidez permanente total de parcial, razão pela qual a indenização deve ser fixada, segundo jurisprudência predominante deste Tribunal, em seu valor integral, que, no caso, corresponde ao valor previsto na

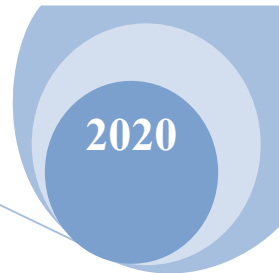
Página 3 de 8





JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



legislação em vigor à época do acidente, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos), quantia máxima prevista na Medida Provisória n. 340/2006, que veio a ser transformada na Lei n. 11.482/2007, devendo a correção monetária incidir a partir do evento danoso, com juros de mora a partir da citação". (Apelação Cível 2008.026988-0. Rel. Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva. 5ª Turma Cível. J. 05/03/2009).

No caso concreto, o acidente ocorreu na vigência da Lei nº 11.945/2009, que estabelece os seguintes critérios:

Art. 31. Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa,

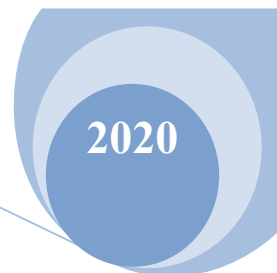
Página 4 de 8





JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2o Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3o As despesas de que trata o § 2o deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.?
(NR)

Art. 5o

§ 5o O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

(NR)

Art. 32. A Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei."

A tabela anexa da lei tem o seguinte teor:

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	

Página 5 de 8



JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

2020

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Conforme se verifica no laudo pericial realizado e anexado no EP 52, no caso em apreço houve uma modalidade de lesão, parcial incompleta, sendo:

➤ No Membro Inferior Direito grau de 75% Intensa;

Em tal situação, o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, estabelece que, em primeiro lugar deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do mesmo parágrafo.

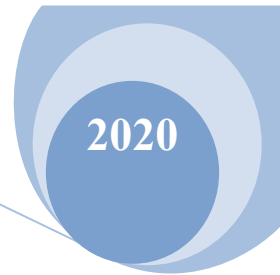
Com relação ao **Membro Inferior Direito** o percentual a que se chega é de 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), já que houve

Página 6 de 8



JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



perda parcial incompleta. Isto corresponde ao valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Em seguida, de acordo com o mesmo inciso II, reduz-se o valor a **75% (casos de repercussão intensa)**, o que totaliza **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete e cinquenta centavos)**.

Como a própria parte autora informou e confirmado pela parte requerida de que **não houve pagamento na esfera administrativa**, portanto, o seu pedido deve ser deferido parcialmente, no valor de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete e cinquenta centavos)**.

DISPOSITIVO:

Em face do exposto, por tudo que dos autos constam, nos termos da fundamentação retro, e artigo 487, I do NCPC para no mérito **julgar parcialmente procedente o pedido do(a) autor(a)** para condenar a parte requerida ao pagamento da quantia de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete e cinquenta centavos)**, acrescida de correção monetária a partir da data do fato ilícito (data do evento danoso)¹, com base na Tabela de Atualização do TJ/RR e com juros legais desde a data da citação², extinguindo-se o processo com resolução de mérito.

Condeno a(s) parte(s) sucumbente(s), ao pagamento das custas no valor de R\$ 261,72 (duzentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), e demais despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, estes na ordem de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação (CPC: Artigo 85, § 2º).

Certifique o Cartório o trânsito em julgado da decisão.

¹ "Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso" (AgRg no AREsp 46.024/PR, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 16/02/2012, DJe 12/03/2012)".

² Súmula 426 do STJ: "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação".

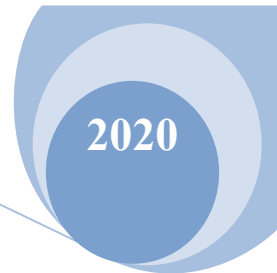
Página 7 de 8





JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Na hipótese de apresentação de Embargos de Declaração e/ou recurso de apelação por uma das partes, intime-se a parte contrária, via sistema virtual, para apresentar as contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias, após retornem-me os autos conclusos para a decisão, ficam as partes advertidas que em caso de ser protelatórios será condenado em multa processual, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Não havendo recurso, e com o pagamento voluntário das custas processuais, se for o caso, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Na hipótese de não pagamento das custas processuais, extraia-se o Termo Circunstanciado de Dívida Ativa e o encaminhe ao Departamento de Planejamento e Finanças - Seção de Arrecadação FUNDEJURR do Tribunal de Justiça, na forma da Portaria Conjunta de nº. 10, de 09 de agosto de 2019, Publicada no DJE de 12 de agosto de 2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), data constante do sistema Projudi.

Jarbas Lacerda de Miranda

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível

[assinado digitalmente]

Página 8 de 8



28/03/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 28/03/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 60) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (27/03/2020)

Por: JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA

28/03/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 28/03/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 60) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (27/03/2020)

Por: JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA

31/03/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 31/03/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 60) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (27/03/2020) e ao evento de expedição seq. 61.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Data: 31/03/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE ROMIR GOMES AMORIM

Complemento: Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (27/03/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

07/04/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 07/04/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 60) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (27/03/2020) e ao evento de expedição seq. 62.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

13/04/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Data: 13/04/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (27/03/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2589872- C3/ 2019-01872/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08113426520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ROMIR GOMES AMORIM**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO NA DECISÃO PROFERIDA:

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Frisa-se que no *d.* decum verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na 2ª Vara Cível de BOA VISTA, sendo autuado sob o nº. 0801667-88.2013.8.23.0010, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 22/08/2013.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de MEMBRO INFERIOR DIREITO, 75%, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente e, ainda, recebeu o valor máximo da indenização.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



14/04/2020: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO.

Data: 14/04/2020

Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO

Por: Thairinny Melo Araujo de Almeida

Relação de arquivos da movimentação:

- ato ordinatório



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL - PROJUDI

DO CENTRO CÍVICO, 666 -,- Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail: 4vcivelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0811342-65.2019.8.23.0010

ATO ORDINATÓRIO

Certifico que os embargos apresentados no EP. 66 são tempestivos.

Intimo a parte embargada para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias.

Boa Vista/RR, 14/4/2020.

Thairinny Melo Araujo de Almeida
Analista Judiciária



14/04/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 14/04/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 5 dias corridos - Referente ao evento (seq. 67) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/04/2020)

Por: Thairinny Melo Araujo de Almeida

25/04/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 25/04/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias corridos *Referente ao evento (seq. 67) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/04/2020) e ao evento de expedição seq. 68.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 11/05/2020

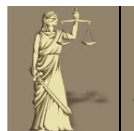
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/04/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- Pedido de juntada
- Pedido de juntada
- Pedido de juntada



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA – RR**

PROCESSO nº: [0811342-65.2019.8.23.0010](#)

ROMIR GOMES AMORIM, já devidamente qualificado nos autos do processo supra epigrafado, por seu advogado que esta subscreve, vem com o devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência, trazer aos autos

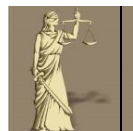
IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS

apresentada pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio de seus Ilustres Procuradores, utilizando-se dos seguintes termos:

O Embargado vem à presença de Vossa Excelência referendar todo o alegado em sede de petição inicial e demais peças, aduzindo desde logo, que o único objetivo da Embargante confundir o Juízo e protelar o pagamento da indenização, o que não se admite em sede desse recurso.

A Embargante alega que houve “grave omissão”, sob a alegação de que os fatos narrados na inicial refere-se à debilidade que já teria sido indenizada por meio de processo que tramitou na “2ª Vara Cível de BOA VISTA, sendo autuado sob o nº. 0801667-88.2013.8.23.0010, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 22/08/2013”, o que não deverá prevalecer e que restará demonstrado.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Excelência, estamos diante de 02 (dois) acidentes diferentes, sendo o primeiro ocorrido em 22/08/2013 e o segundo em 22/10/2018, inclusive, com lesões diferentes, senão vejamos:

1º - ACIDENTE OCORRIDO EM 22/08/2013

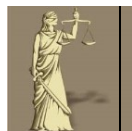
PMRR - BPM		RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL		SÉRIE J	
				075458	
Vtr	SUCp	Data	S/Setor	H/Transm	H/Ini
418	12CIA	22.09.13	OESTE	20:05	20:05
CH/h	H/Fim				
20:10	22:10				
Cód. Oc	Cód. Prov	Cód. Ser. Prest	Km/Ini	Km/Fim	
1001-1003	13999		140.232	140.232	
LOCAL DA OCORRÊNCIA					
WALMIR P. ROCHA / DRINEU F. LIMA III CREATÁ					
PESSOAS RELACIONADAS					
ENVOJANDO Nome: ANTONIO MARCELO DA SILVA Idade: 31 E Civ: SOLT					
Endereço: RUA - DIAS MESQUITA Nº 133 B. JARDIM GARDIA					
End. RG: 0189026920017 M.O.H. 05359822099 Professor: AUTÔNOMO					
RECEBENDO Nome: DOMIR GOMES RUIRIM Idade: 49 E Civ: CASADO					
Endereço: RUA - JUCUSLAVIA Nº 408 BAIRRO GOMES					
End. RG: NAO POSSUIVE CNH. CNH. Professor: AUTÔNOMO					
Nome: Idade: E Civ:					
Endereço: Idade: E Civ:					
End. RG: CNH. Professor:					
Nome: Idade: E Civ:					
Endereço: Idade: E Civ:					
End. RG: CNH. Professor:					
Nome: Idade: E Civ:					
Endereço: Idade: E Civ:					
End. RG: CNH. Professor:					

Em 29/09/2013
 AUTENTICADO
 Conferência original
 Sargento 4º Grau Quatro SGT M
 P. R. 4.584.352/12

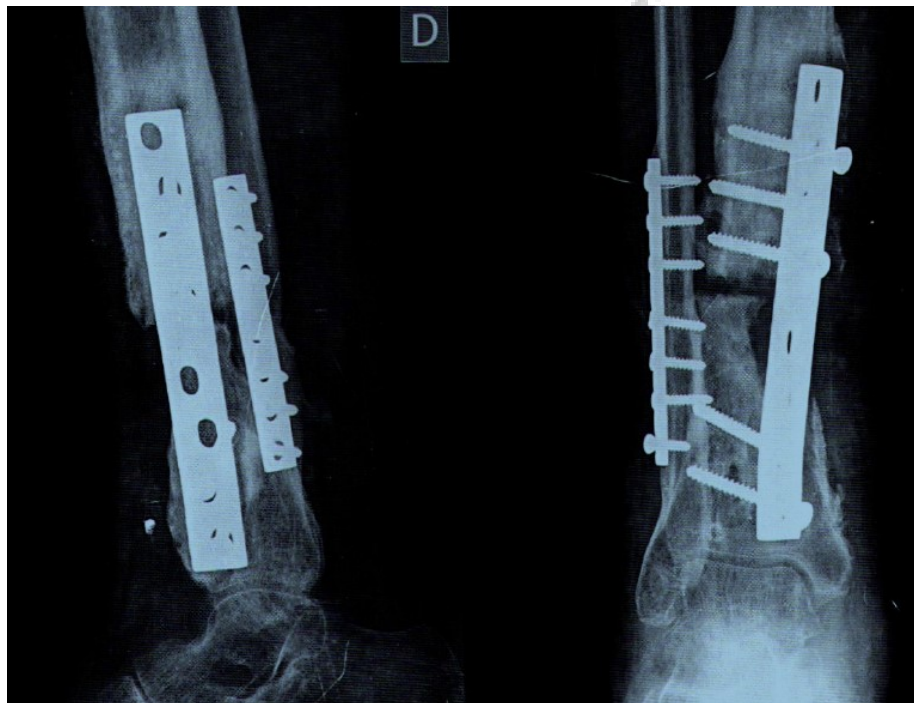
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAAK / Pore
AV BRIGADERO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO

FICHA DE ATENDIMENTO

Paciente <i>WENIA GOMES PINHEIRO</i>	Data Nascimento <i>01.02.64</i>	Idade <i>04</i>	CHS	CPF	Profissão		
Tipo Doc <i>000000</i>	Documento	Órgão Emissor	Data Emissão	Sexo <i>M</i>	Estado Civil <i>C</i>	Raça/Cor	Nacionalidade
Idade <i>04</i>	Endereço <i>Av. Leopoldina 409 Cururu</i>	Pal	Contatos <i>9119-9245</i>				
Class. de Risco	Plano Convênio SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	H da Carteira	Validade	Autorização	Sis Prenatal		
Motivo do Atendimento <i>COLICA</i>	Carata do Atendimento <i>URGÊNCIA</i>	Profissional do Atend.	Prescrição	Tempo	Peso	Pressão	
Setor <i>GI/T</i>	Tipo de Chegada <i>RECEITE</i>	Procedimento Sol.	Registrado por <i>RICHARD S</i>				
Queixa Principal	<input checked="" type="checkbox"/> Síndrome Febril <input type="checkbox"/> Sintomático Respiratório <input type="checkbox"/> Suspeita de Dengue						
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - ____ h)	<i>Vitima de acidente de trânsito - rotacionete, queimou o pescoço e o braço direito.</i>						
Exame Físico	<i>ferimento no pescoço e no braço direito.</i>						
Hipótese Diagnóstica	<i>Fratura exposta do braço direito</i>						
SADT - Exames Complementares							



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA



De acordo com o documentos e fotos acima transcritos, o acidente ocorrido no anos de 2013 causou lesões na perna, mais precisamente abaixo do joelho.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

2º - ACIDENTE OCORRIDO EM 22/10/2018

FICHA DE ATENDIMENTO		TRAUMATOLOGIA	
Paciente	ROMIR GOMES AMORIM	Data Nascimento	01/02/1964
Idade	54 A 8 M 21 D	CNS	700905074078396
Tipo Doc	Documento	Estado Civil	PARDA
Orgão Emissor	SSP/RR	Raça/Cor	BOA VISTA - RR
Data Emissão	21/05/2009	Naturalidade	BRASILEIRA
Sexo	M	Informado	13 FEB 2019
Mão	INFORMADO	Contato	(95) 991663246
Maria da Consolacao Gomes da Silva	Endereço	Endereço	RUA - ROBERTO COSTA - 272 - NOSSA SENHORA APARECIDA - BOA VISTA - RR
Class. de Risco	Plano Convênio	Nº da Carteira	Validado
ACIDENTE DE MOTO	SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	Profissional do Atend.	Procedência
Setor	URGÊNCIA	Tempo	Peso
GRANDE TRAUMA	SAMU CAPITAL	Procedimento Sol.	Registro por
Queixa Principal	Acidente de Motocicleta		
Nome de Enfermagem	Francisco Farias		
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - : h)	Bela Costa 22/10/2018		
Exame Físico	Deficiência Proximal do Fêmur		
Hipótese Diagnóstica	Fratura do Fêmur		

RECEITUÁRIO

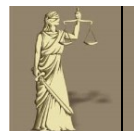
NOME: Romir Gomes Amorim

Saudável
Paciente deu entrada no HGR no dia 22/10/18, com diagnóstico de fratura fêmur e deslocamento. Encontra-se internado no Bloco B, leito 220-3, aguardando programação cirúrgica, impossibilitado de deslocamento independente.

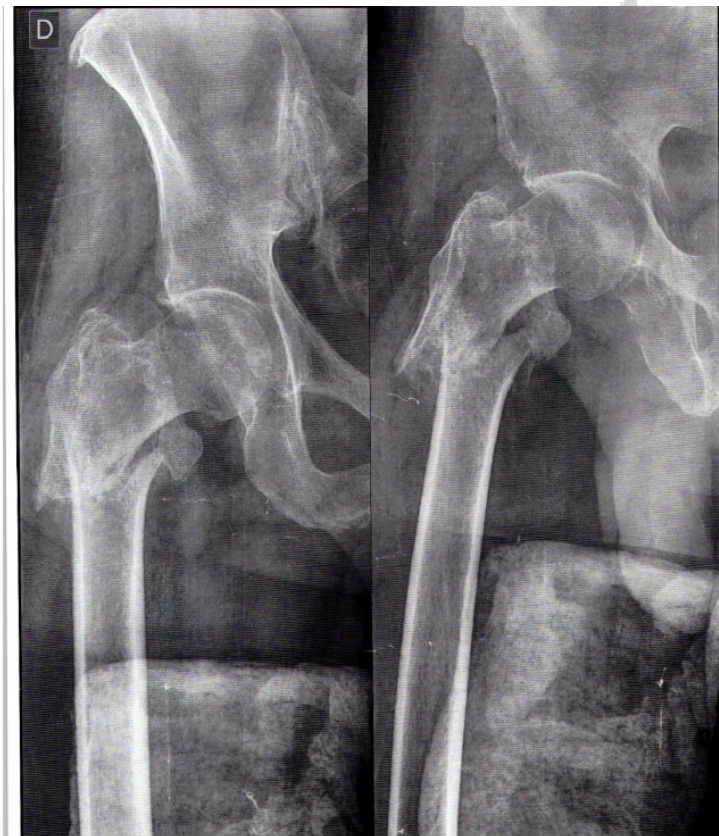
DATA: 1/12/19

Dr. Marcos Aguiar
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RR 14000

Tanto a Ficha de Atendimento quanto o laudo médico acima transcrito, referente ao acidente ocorrido em 2018, demonstram claramente que este causou FRATURA NO FÊMUR DIREITO do promovente, senão vejamos o RX:



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA



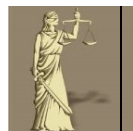
Ora, Excelência, o Fêmur fica localizado acima do joelho, ou seja, utilizando este como ponto referência, conclui-se as lesões causadas pelos acidentes ocorridos em 2013 e 2018 são totalmente diferentes.

Vale ressaltar, que para fins de indenização do seguro DPVAT, a própria legislação dividiu o corpo humano em várias partes, às quais foram atribuídos valores específicos, então, não deve prosperar os argumentos infundados dos embargos de declaração interposto.

Deste modo, requer seja negado provimento aos embargo, bem como, sejam majorados os honorários de sucumbência, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,
Espera deferimento.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Boa Vista-RR, 11 de maio de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

NOME:

Ramon Gomes Amorim

Saúde

Paciente deu entrada no HCB no
dia 22/10/13, com diagnóstico de
fratura fêmur & Collesment
Encontra-se internado no Bloco B,
leito 220-3, aguardando programação
cirúrgica, impossibilidade de deslocamento/
deambulação

CSA 572.2

DATA:

1/12/19

Dr. Marcos Aguiar
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RR 1995



14/12/2018

61.7 %

ROMIR GOMES AMORIM

HOSPITAL CORONEL MOTA

14/12/2018

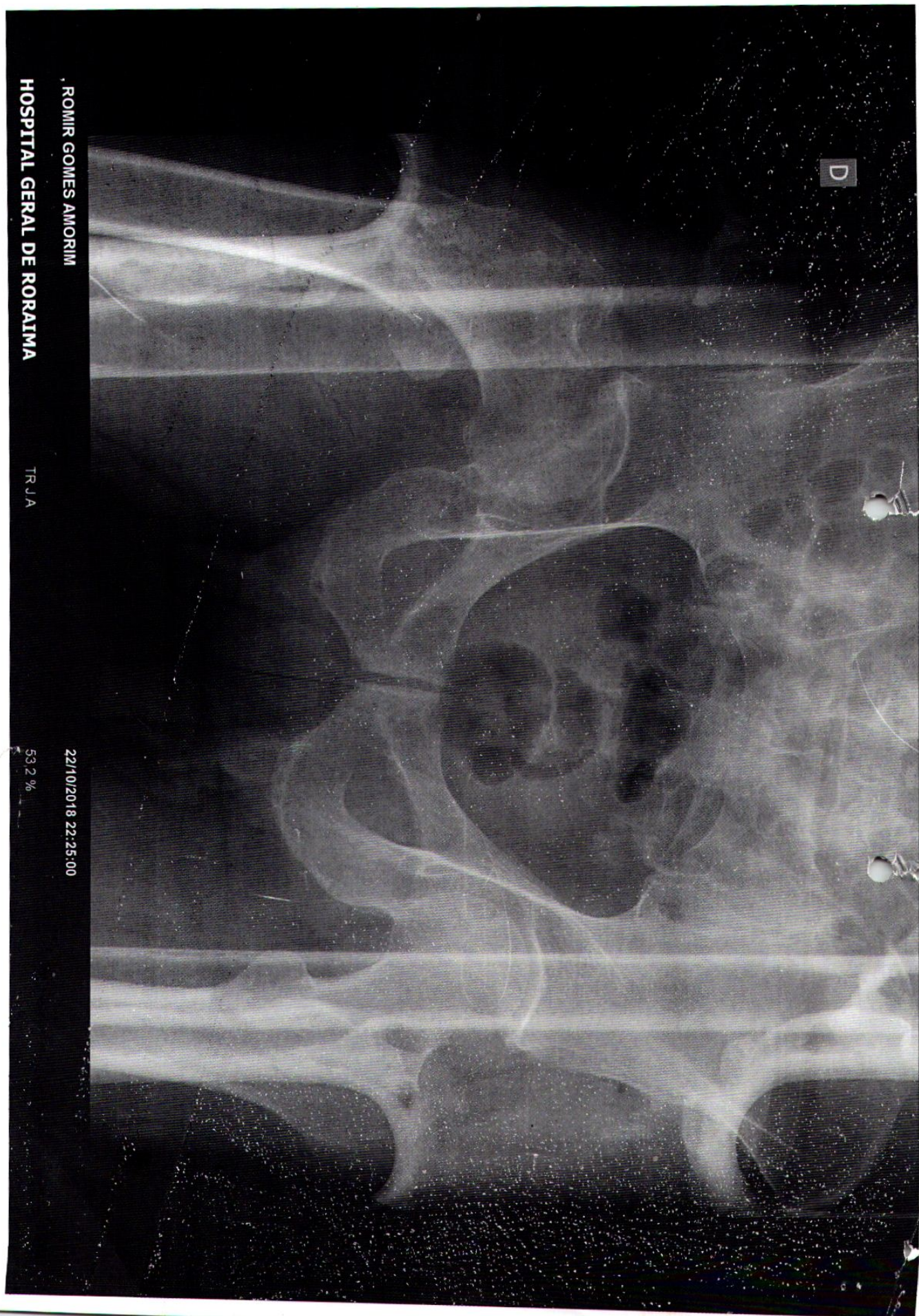
14623

61.7 %

Fabiola Castro







ROMIR GOMES AMORIM

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA

TRJA

22/10/2018 22:25:00

53.2 %



ORTOTRAUMA

Dr. Sergio F. Abreu Segui

CRM - 398

Médico Especialista em Ortopedia e Traumatologia

Norma Gomes Almeida

Luiz Wilson

Populante de 50 anos

História de AVC hemiparesia
em 2011.

em 22/08/13 foi
vitima de acidente de

trato. apresentando

fratura do fêmur
distal da tibia D.

Dr. Sergio F. Abreu Segui
Especialista em Ortopedia e
Traumatologia
CRM 398/RR

Fisioclínica Boa Vista

Av. Getúlio Vargas, 5062 - Centro

Fone: (95) 4141-0795 / 9137-9057 - Boa Vista - RR

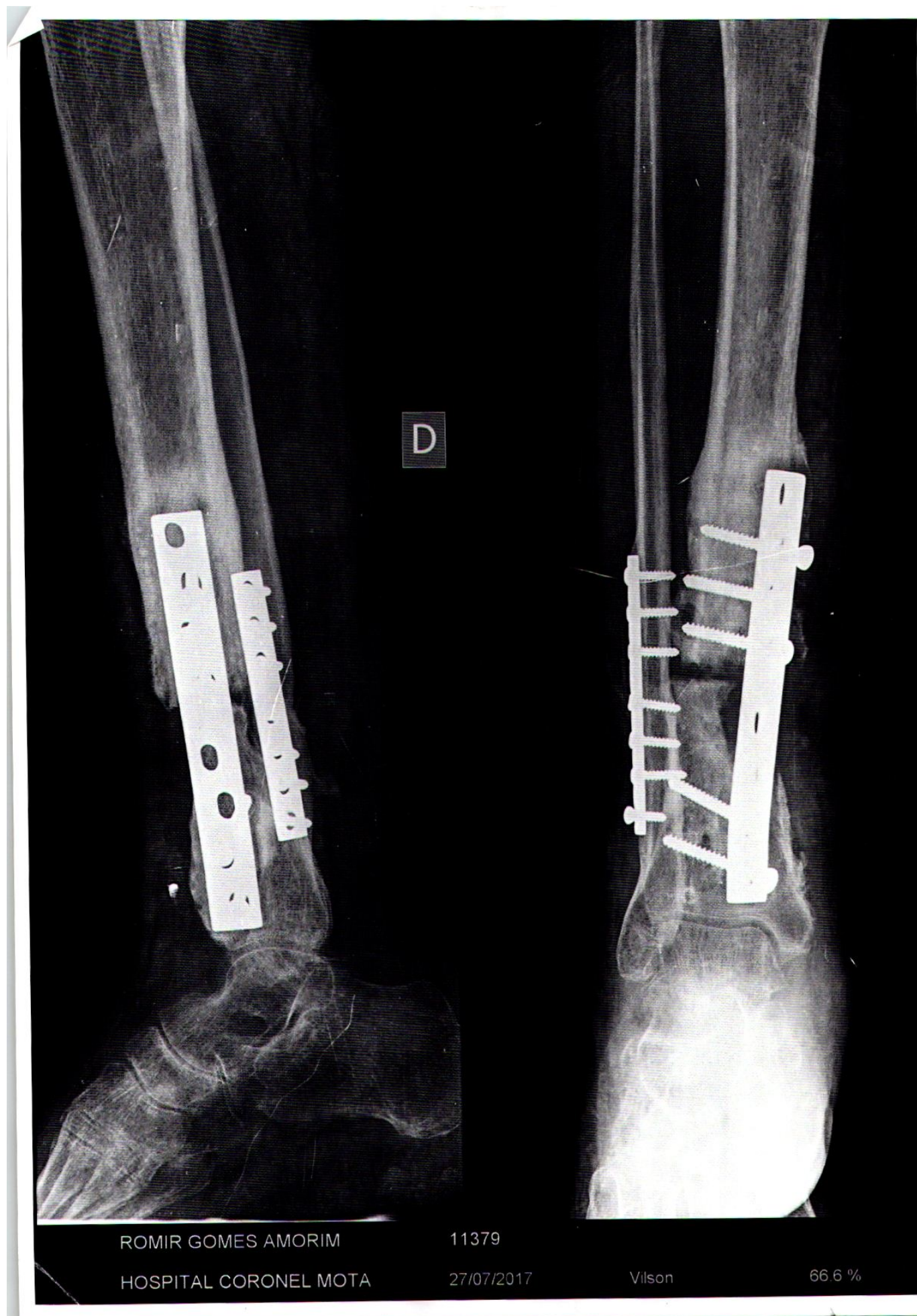
Agendamento a partir: 8:30h até 11:30h / 14:00h até 18:00h

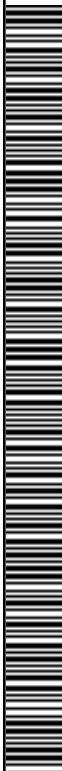
(Fratura exposta) foi
feita tratamento cirúrgico
com fixação externa e
desbridamento e limpeza
da ferida. Fratura não
consolidada (Pseudoartrose)

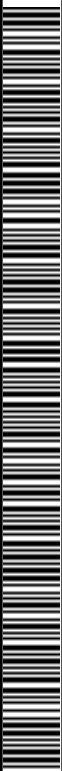
Recomenda-se acompanhamento
com ortopedista. Solicitar
foto para o traumatologista
(definitivo), ortopedista
definitivo

Dr. Sergio F. Abreu Segui
Especialista em Ortopedia e
Traumatologia
CRM 306/RJ

14/10/14







PROJUDI - Processo: 0801667-88.2013.8.23.0010 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Valdenor Alves Gomes

09/11/2013: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Procuração

PMRR - BPM		RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL		SÉRIE J	
075458					
Vtr	SUCp	Data	S/Setor	H/Transm	H/ini
418	12ª CIA	22.09.13	OESTE	20:05	20:05
CH/h	H/Fin				
20:10	22:10				
Cód. Oc	Cód. Prov	Cód. Ser. Prest.	Km/ini	Km/Fin	
1001-1003	13999		140.232	140.237	
LOCAL DA OCORRÊNCIA					
Av. Rua: WALMIR P. ROCHA / ORINEU F. LIMA 116 Bairro: CREATINÁ					
PESSOAS RELACIONADAS					
1	ENVOIADO	Nome: ANTONIO MAURICIO DA SILVA	Idade: 31	E. Civil: SOLT	
Endereço: RUA - DIND MESQUITA Nº 133 B. JAEDIM CARANA					
Edt. RG: 0123026920012 MACH. 05354822099					
Profissão: AUTÔNOMO					
2	ENVOIADO	Nome: EDMIR GOMES DA SILVA	Idade: 49	E. Civil: CASADO	
Endereço: RUA - JUGUSTAVIA Nº 403 BAIRRO CAUMÊ					
Edt. RG: NÃO PORTA CNH					
Profissão: AUTÔNOMO					
3		Nome:	Idade:	E. Civil:	
Endereço:					
Edt. RG:					
4		Nome:	Idade:	E. Civil:	
Endereço:					
Edt. RG:					
5		Nome:	Idade:	E. Civil:	
Endereço:					
Edt. RG:					
6		Nome:	Idade:	E. Civil:	
Endereço:					
Edt. RG:					
ARMAS, OBJETOS, VALORES, MATERIAIS, APREENDIDOS					
RECEBI CONDUZINDO (S) MATERIAL (AIS) ACIMA ANOTADOS					
ASSINATURA: [Assinatura]					
CARGO: APC					
LOCAL: Bon Verh. RR					
Senhor DELEGADO DO 3º D.F. FOMOS RECONHECIDO VICE COPS					
PARA ATENDER UMA OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO. AO CHEGAR NO LOCAL O CONDUTOR DO CARRO PALIO DE COR AZUL DE PLACA JWR-8299 RELATOU QUE; TRAFEGAVA NA RUA WALMIR PEREIRA ROCHA NO SENTIDO BENTRO BAIRRO E O CONDUTOR DA MOTOCICLETA FAN 125 DE COR PRETA DE PLACA - NAT-7103 TRAFEGAVA NA RUA ARINEU FERRIRA LIMA NO SENTIDO CARLOS PEREIRA DENELO CAUMÊ QUANDO VEIO A COLIDIR COM O VEICULO PALIO. O CONDUTOR DA MOTOCICLETA FOI REMOVIDO PELO RESGATE PARA O P.S.E. COM FRATURA EXPOSTA NA PERNA DIREITA. FOI FEITA A PERICIA OS VEICULOS FORAM LIBERADOS NO LOCAL.					
W.D. RICHARDO					
21.2573					
3º SGT PM					
12ª CIA 2º BPM					
ASSINATURA: [Assinatura]					
RELATOR					
Posto/Grad					
SUOP					

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em https://projudi.trj.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDVP EJWK8 FCMSJ EGV7RDocumento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em https://projudi.trj.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5TN DLRD4 W7K5L CVD8B

11/05/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO. Arq: Pedido de juntada

PROJUDI - Processo: 0801667-88.2013.8.23.0010 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Valdenor Alves Gomes

09/11/2013: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Procuração

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAARI PIRE
AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO

FICHA DE ATENDIMENTO

Paciente: GOMES GOMES AMORIM Tipo Doc: Documento Data Nascimento: 01.02.64 Idade: 56 Sexo: M Estado Civil: C Raça/Cor: N Naturalidade: PA CPF: 9119-9245 Prontuário: 9119-9245

Ass: NÃO INFER. Endereço: Av. Transloma 409 cururu Contatos: 9119-9245

Class. de Risco: SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE Plano Convênio: SUS N da Carteira: Validade Autorização: Sis Prenatal

Motivo do Atendimento: COLASO Carata do Atendimento: Urgência Profissional do Atend.: Procedência Temp.: Peso Pressão: 30

Sector: GI T Tipo de Chegada: RECEITA Procedimento Sol.: Registrado por: RICHARD

Queixa Principal: () Síndrome Febril () Sintomático Respiratório () Suspeita de Dengue

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - 14:00 h) Vitima de acidente de trânsito - motocicleta, quebrada oleo e pneu do lado direito.

Exame Físico: ferimento no quadril na perna D.

Hipótese Diagnóstica: Fratura exposta perna D

SADT - Exames Complementares: () RAO-X () ULTRA-SON () TC () SANGUE () URINA () ECG () OUTROS:

Prescrição	Apazamento	Observação
<u>- DAP</u>		
<u>- 5 F. 951 7000 f/m</u>		
<u>- toxide 0,8 cc/m</u>		
<u>- SAT 5000 - 0,8 cc/m</u>		
<u>- cephalona 1g/m</u>		
<u>- A. Interleup</u>		

Conduta: () Alta por Decisão Médica () Alta a Pedido () Alta a Revisão () Transferência para:

Óbito: Antes do 1º Atendimento? () Sim () Não Destino: () Família () M. Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável: Valdenor Alves Gomes

Carimbo ou Assinatura do Médico: Valdenor Alves Gomes

0.10252428888154140253F3B8-0F06-45B2-AFD6-3501073CBDC24m

Generated by CamScanner from intsig.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em https://projudi.trj.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDVP EJWK8 FCMSJ EGW7RDocumento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em https://projudi.trj.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5TN DLRD4 W7K5L CVD8B

22/06/2020: CONCLUSOS PARA SENTENÇA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Data: 22/06/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Complemento: Responsável: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Por: Graciela Joanice Pacheco Rodrigues

Data: 17/07/2020

Movimentação: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO-ACOLHIDOS

Por: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Relação de arquivos da movimentação:

- Embargos de Declaração_Não Acolhimento_Art. 1.022 do CPC.



2020

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

PROCESSO N.º: 0811342-65.2019.8.23.0010

EMBARGANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

EMBARGADO: ROMIR GOMES AMORIM

Vistos, etc.,

1. A parte embargante SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A opôs embargos de declaração (EP. 66), sob o argumento de que teria havido **omissão** na sentença do EP. 60.
2. A parte embargante aduziu que a parte embargada já teria recebido verba indenizatória em decorrência de acidente automobilístico ocorrido em 22/08/2013, por meio do processo que tramitou na douta 2ª Vara Cível, de n.º. 0801667-88.2013.8.23.0010.
3. Alegou que os documentos anexados nestes autos comprovariam que o acidente que teria ocasionado a debilidade permanente da parte embargada, teria sido o sinistro anterior.
4. Sustentou que não teria sido comprovado de que houve agravamento da lesão em virtude do novo acidente automobilístico.
5. Por fim, requereu o acolhimento e provimento dos Embargos de Declaração, a fim de que seja sanado o tal vício apontado.
6. A parte embargada se manifestou no EP. 70.

FUNDAMENTAÇÃO:

7. Estabelece o artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração devem ser manejados quando houver, na sentença ou acórdão, **obscuridade** ou **contradição** ou, ainda, quando for **omitido** ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, bem como ainda conter algum **erro material**.



2020

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

8. Sobre o tema segue entendimento doutrinário¹:

*a) **Decisão obscura** é aquela que não é clara, que não permite a correta compreensão dos seus termos.*

*b) **Decisão omissa** é aquela na qual o juiz não se manifesta a respeito de questão ou pedido que ele deva se manifestar.*

*c) **Decisão contraditória** é aquela que apresenta em seu bojo duas afirmações inconciliáveis.*

*d) **Erro material** é a situação na qual haja alguma informação impertinente à lide em análise.*

e) O novo CPC traz algumas situações que, por força de lei, já são consideradas como de omissão (NCPC, art. 1022, parágrafo único):

f) I – deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II – incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º (fundamentação exaustiva da sentença).

9. No caso em tela, verifico que os embargos de declaração foram opostos, sob o argumento de que teria havido **omissão na sentença** do EP. 60, ao afirmar que a parte autora já teria recebido o valor do Seguro DPVAT, em acidente ocorrido em 2013, via processo que transcorreu na 2ª Vara Cível. Afirmou ainda que não teria sido comprovado nestes autos, de que teria havido agravamento da lesão.

10. Ao que se verifica dos autos tratam-se de dois acidentes distintos. Um teria ocorrido em 22/08/2013 na rua Walmir Pereira Rocha sentido centro (ROP nº. 075458 - anexado no processo de nº. 0801667.88.2013.823.0010. Enquanto que o

¹ (Super-Revisão Concursos Jurídicos: doutrina completa/Wander Garcia / 4ª edição – Indaiatuba, SP: Editora Foco Jurídico, 2016 – Páginas 195 e 196).



2020

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

acidente atual teria ocorrido em 22/10/2018, no logradouro Pará - Bairro dos Estados (Boletim de Ocorrência nº. 002724/2019).

11. Pois bem, em se tratando de acidentes distintos, como no caso em análise, a Jurisprudência do egrégio **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**, em recentíssima decisão publicada em 13 de abril de 2020, decidiu que: *“Tratando-se de acidentes distintos que causaram lesões, ainda que no mesmo membro, considera-se cada uma de forma independente”*. Vejamos:

Tribunal de Justiça de Goiás TJ-GO - (CPC) 01771047120198090010 APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO INICIAL AFASTADA. LESÃO NO MESMO MEMBRO. ACIDENTES DISTINTOS. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. (TJ-GO) - JURISPRUDÊNCIA. DATA DA PUBLICAÇÃO: 13/04/2020.

Ementa

ACIDENTES DISTINTOS. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. 1. Não há falar-se em impossibilidade jurídica do pedido inicial, quando o pleito encontra viabilidade no mundo jurídico. 2. Tratado-se de acidentes distintos que causaram lesões, ainda que o mesmo membro, considera-se cada uma de forma independente. Portanto, sendo diversos os fatos geradores, o pagamento de indenização anterior, independentemente de seu valor, não afasta o direito à atual. 3. Majora-se à verba honorária recursal nos termos do artigo 85, § 11 do CPC. 4. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

12. Considerando as informações colhidas nos autos, constata-se que o pedido da parte autora, nestes autos, decorre de lesão sofrida por um segundo acidente



2020

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

automobilístico, ocorrido em 22/10/2018. Inclusive o laudo Pericial, foi realizado por profissional de confiança deste Magistrado.

13. Dessa forma, a parte embargante não logrou êxito em comprovar que a lesão da parte autora/embargante, teria sido decorrente de um acidente ocorrido há mais de 05 (cinco) anos.
14. Por essa razão, os presentes embargos declaratórios não devem ser providos, já que em verdade, não se verificou na sentença nenhuma contradição, omissão, obscuridade e /ou erro material, e portanto, o apontamento, a meu ver, se apresenta como sendo meramente irresignação da parte, em face do resultado adverso do seu respectivo pleito.
15. Diante desse contexto, os embargos de declaração não devem ser providos.

Deliberações Finais:

16. Dessa forma, pelo exposto, e com fundamento no artigo 1.022, do Código de Processo Civil, admito os presentes Embargos Declaratórios, posto que tempestivos, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, uma vez que inexistente qualquer vício a ser sanado no julgado guerreado do EP. 60.
17. Certifique-se sobre o trânsito em julgado desta decisão.
18. Publique-se. Registre. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, data constante do sistema.

Jarbas Lacerda de Miranda
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível
(assinado digitalmente)

17/07/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/07/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 72) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO-ACOLHIDOS (17/07/2020)

Por: JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA

17/07/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/07/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 72) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO-ACOLHIDOS (17/07/2020)

Por: JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA

18/07/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 18/07/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 20/07/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 72) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO-ACOLHIDOS (17/07/2020) e ao evento de expedição seq. 73.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Data: 18/07/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE ROMIR GOMES AMORIM

Complemento: Referente ao evento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO-ACOLHIDOS
(17/07/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

20/07/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 20/07/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 20/07/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 72)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO-ACOLHIDOS (17/07/2020) e ao evento de expedição seq. 74.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

10/08/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

Data: 10/08/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NÃO-ACOLHIDOS (17/07/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- DOCS
- DOCS
- DOCS

2589872- C3/ 2019-01872/ INVALIDEZ



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

PROCESSO N. 08113426520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROMIR GOMES AMORIM**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 21 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR

PROCESSO N.º 08113426520198230010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: ROMIR GOMES AMORIM

RAZÕES DO RECURSO

COLENDIA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Por amor ao debate a Apelante traz à baila, em uma simples consulta em seus arquivos que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outros sinistros ocorridos em **22/08/2013** já tendo recebido da Seguradora administrativamente exatamente a quantia de **R\$ 7.087,50 (SETE MIL E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na 2ª Vara Cível de BOA VISTA, sendo autuado sob o **nº. 0801667-88.2013.8.23.0010**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 22/08/2013.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de **MEMBRO INFERIOR DIREITO**, 75%, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente e, ainda, recebeu o valor máximo da indenização.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.



Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Assim, a presente demanda trata-se indenização securitária em decorrência de lesão preteritamente afetada, ou seja, o Apelado não pode pleitear verba indenizatória de membro com deformidade permanente preexistente!

Assim, é de grande importância este Egrégio Tribunal atentar-se que a parte Apelada já realizou pleito administrativo indenizatório DPVAT em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito.

Não obstante a Apelada traz a colação jurisprudência pátria em caso análogo, como segue:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDOS DO IML E DO JUÍZO QUE APONTAM QUE A –LESÃO INCAPACITANTE É ANTERIOR AO ACIDENTE. RECURSO IMPROVIDO. Para que se configure o direito à verba indenizatória do Seguro DPVAT, faz-se necessário que o evento morte ou invalidez haja sido consequência do acidente automobilístico. Ao autor incumbe a comprovação (art. 333, I, CPC) do nexo de causalidade entre a invalidez apresentada e o acidente relatado. Embora não esteja o Juiz adstrito às conclusões do laudo pericial (art. 436 do CPC), deve este ser prestigiado quando inexistente nos autos elementos ou provas capazes de infirmar as assertivas nele lançadas. Concluindo a perícia que a invalidez apresentada é preexistente ao acidente e que restou ausente prova do seu agravamento, a improcedência do pedido se impõe. RECURSO IMPROVIDO.

(TJ-BA - APL: 00801731320118050001 BA 0080173-13.2011.8.05.0001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Data de Julgamento: 18/02/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2014)

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Apelante opõe o presente Recurso, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao Apelado em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizessemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, A PARTE APELADA MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO, para corroborar com o alegado.

Desta forma, requer a Apelante que seja a referida SENTENÇA REFORMADA *IN TOTUM*, a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos da Apelada.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

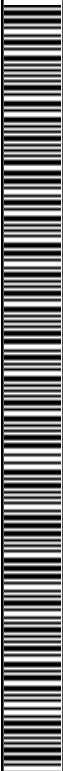
Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 21 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrj.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYA7 UCSZY 2Z9BU BWRYD



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ROMIR GOMES AMORIM**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08113426520198230010.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



 <div>86650000000-9 48880574106-0 02020080500-8 10200051019-2</div> <div>GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA</div>					
Órgão:	CNPJ:	Agência:	Conta:	Valor do Documento:	Vencimento:
	05.741.060/0001-89	3797-4	51669-4	R\$ 48,88	05/08/2020
Comarca:	Nº G.A.J.:	Valor da Causa:	Processo:		
BOA VISTA	010.20.0051019	R\$ 9.450.00	0811342-65.2019.8.23.0010		
Contribuinte:				CPF/CNPJ:	
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				09.248.608/0001-04	
 <div>Autenticação Mecânica</div>					

 <div>86650000000-9 48880574106-0 02020080500-8 10200051019-2</div> <div>GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA</div>					
Órgão:	CNPJ:	Agência:	Conta:	Valor do Documento:	Vencimento:
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	05.741.060/0001-89	3797-4	51669-4	R\$ 48,88	05/08/2020
Comarca:	Nº G.A.J.:	Valor da Causa:	Processo:		
BOA VISTA	010.20.0051019	R\$ 9.450.00	0811342-65.2019.8.23.0010		
Contribuinte:				CPF/CNPJ:	
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				09.248.608/0001-04	
Descrição das receitas				Valor R\$	
01. APELAÇÃO				R\$ 18,88	
02. Taxa Judiciária II				R\$ 30,00	
OBS.: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE, NO PROCESSO DE ORIGEM DESTE PAGAMENTO, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.				R\$ 48,88	
 <div>Autenticação Mecânica</div>					





Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO 27/07/2020	AGÊNCIA (PREF / DV) 0	Nº DA CONTA JUDICIAL 0
DATA DA GUIA 27/07/2020	Nº DO PROCESSO 08113426520198230010	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL	
UF/COMARCA RR	ORGÃO/VARA Vara Cível	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 48,88
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE ROMIR GOMES AMORIM	TIPO DE PESSOA FÍSICA	CPF / CNPJ 16412460225	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA C4DBEB2298B55582			
CÓDIGO DE BARRAS 86650000000 9 48880574106 0 02020080500 8 10200051019 2			



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA__ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, portador do RG nº 56.999 SSP/RR, inscrito no CPF com o nº 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iuguslavia, nº 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR, por seu advogado in fine assinado (procuração anexa), vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205, Telefone (21) 3861-4600 e Fax (21) 2240-9073, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7. 510/86, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista tratar-se de pessoa pobre na acepção do termo, conforme declaração em anexo.

**Escritório: Rua Professor Diomedes, nº 66/2 - Bairro Centro - Município de Boa Vista -RR
(095) 3623-1965 / 8115 -5085 - alcantara505@bol.com.br**





CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

2. DOS FATOS

O Autor, em 03 de novembro de 2012, estava sendo transportado na motocicleta Honda/CG 125 Fan, placa NAT 7103, na rua Argentina, no bairro Cauamé, quando o condutor da motocicleta o senhor Rômulo Gomes Amorim, colidiu com uma cachorro e caíram, conforme comprova o boletim de ocorrência policial nº 2270/2013 - Delegacia de Acidente de Trânsito, em anexo.

Em razão do acidente, a Requerente ficou com uma debilidade permanente na mão esquerda, conforme comprova a documentação hospitalar que segue em anexo, bem como a perícia médica que será realizada durante a fase de instrução deste processo.

Após o período de tratamento médico, o Autor reuniu toda documentação necessária para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, cujo valor devido é R\$ 13.500,00 (treze mil reais), conforme estabelece a lei nº 6.194/74 após a alteração ocorrida pela lei nº 11.482/07, porém, não apresentou à seguradora requerida, por ser público e notório que a mesma não efetua o pagamento no valor integral e que qualquer pedido na esfera administrativa, resultará posteriormente em uma ação judicial visando o recebimento do complemento do valor devido.

De forma, que por uma questão óbvia, visando receber o valor integral que lhe é devido, o mesmo busca a prestação jurisdicional para garantir o seu direito à indenização do seguro DPVAT.

Cabe destacar inicialmente, que a inaplicabilidade da lei nº 11.945/09 é uma realidade nos Tribunais Pátrios, inclusive no Tribunal de Justiça de Roraima, uma vez que a mesma é materialmente inconstitucional, pois viola princípios constitucionais, bem como afrontou a LC nº 95/98 durante seu processo de aprovação, tornando-se, também, formalmente inconstitucional.

É importante esclarece que em função de parte do judiciário ignorar a sua inconstitucionalidade pelo controle difuso, a mesma já vem sendo combatida no STF por várias Ações Direta de Inconstitucionalidade, em especial a ADI nº 4627, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, cujo relator é o Excelentíssimo Ministro Luiz Fux.

São, sucintamente, os fatos.





CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

3. DO DIREITO

3.1 DO RITO.

Estabelece o artigo 275 do CPC que observar-se-á o procedimento sumário quando as ações tratarem de cobranças de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução, vejamos:

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;

3.2 DA PROVA PERÍCIAL.

Nas ações de cobrança do seguro DPVAT, o entendimento consolidado pelos nossos Tribunais é no sentido de ser prescindível o exame pericial se existe laudo do IML comprovando os danos sofridos pela vítima, sendo desnecessária a produção de nova prova pericia, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, NOS TERMOS DA LEI N° 11.945/2009. Considerando que o objeto da presente cobertura securitária é o dano sofrido em sua integridade física, em grau capaz de provocar-lhe situação permanente de invalidez, cujo critério de apuração que deve presidir juízo identificador do sinistro coberto por esta modalidade de seguro obrigatório é dado, fundamentalmente, pela definitividade, natureza e gravidade das lesões sofridas pela vítima, as quais se encontram especificadas em tabela constante das normas de acidentes pessoais expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, apresentando diversos percentuais de enquadramento, impossível decidir a presente demanda sem apuração do grau da invalidez. Aplica-se ao caso concreto, as disposições contidas na Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida em Lei 11.945/2009, a qual determina a realização de perícia médica a fim de apurar o grau de incapacidade nos casos de sinistros ocorridos a partir de 16/12/2008. Em face da atribuição conferida pela Lei 11.945/2009 cabe ao Departamento Médico Legal da jurisdição do acidente





CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

ou da residência da vítima, fornecer laudo de verificação da existência e quantificação das lesões. **Tendo o agravante juntado laudos periciais realizados junto ao órgão competente (IML de Alegre), conforme documentos de fls.09/12-TJ, desnecessária a realização de nova perícia técnica.** AGRADO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70042319004, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 19/04/2011) (sem grifos no original)

No caso em tela, o autor não realizou a perícia no IML, pois nesta UF, o laudo do IML não tem sido aceito pelo Poder Judiciário local como prova da debilidade do autor, pois o mesmo não quantifica detalhadamente a lesão da vítima de acidente de trânsito, conforme determina a legislação que regula a matéria. De forma que o mesmo requer a realização da perícia médica durante a fase de instrução processual, e em cumprimento ao estabelecido no art. 276 do CPC, apresenta os quesitos abaixo a fim de comprovar o seu direito.

- A) Há lesão cuja origem seja decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- B) Qual segmento do corpo do autor encontra-se lesionado e qual o percentual do dano?
- C) A lesão sofrida pelo autor apresenta quando definitivo, sem possibilidade de recuperação ao estado anterior?

3.3 DO VALOR INDENIZÁVEL.

A Lei nº 11.482/07 que derogou a Lei 6.194/74 estabelece que em casos de invalidez permanente o limite do valor da indenização para o seguro DPVAT é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vejamos:

Art. 8º - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada":

- a) (revogada);
- b) (revogada);



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

c) (revogada);
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (NR)

A lei nº 11.482/07 entrou em vigor em 31 de maio de 2007, de forma que os sinistros ocorridos desde aquela data serão regulados por este diploma legal, uma vez que anteriormente a lei nº 6.194/74 que também regula o seguro DPVAT, estipulava que o valor indenizável para os sinistros ocorrido na sua vigência seria de 40 (quarenta) salários mínimos.

Portanto, no caso em tela, observa-se que a legislação aplicável é a lei nº 11.482/07, uma vez que o sinistro ocorreu sob a vigência deste diploma legal.

Considerando que o autor ainda não recebeu nenhum valor administrativamente, conclui-se que o mesmo tem direito a receber ainda R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

3.4 DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI nº 11.945/09 - IMPOSSIBILIDADE DA INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO.

O art. 31 da lei 11.945/09 que alterou a redação do § 1º e seguintes do art. 3º da lei 6.194/74, estabelece que a invalidez permanente prevista no inciso II deste artigo classificam-se em invalidez permanente total ou invalidez permanente parcial.

O mesmo diploma legal definiu que a invalidez permanente parcial é classificada em completa e incompleta, em razão da extensão das perdas anatômicas ou funcionais da vítima, e que serão apuradas com a realização do exame pericial médico.

Determina ainda que a invalidez permanente parcial incompleta deverá ser enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da lei nº 6.194/74, tabela que foi incluída nesta lei por meio da lei nº 11.945/09, devendo o valor da indenização respeitar o percentual estabelecido na referida tabela, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) quando se tratar de perdas de repercussão intensa, de 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, de 25% (vinte e cinco por cento) para as sequelas de leve repercussão, e de 10% (dez por cento) nos casos de sequelas residuais.





CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

Em outras palavras, o que a lei nº 11.495/09 quer dizer é que se uma pessoa teve uma perda funcional parcial completa do joelho terá direito a uma indenização correspondente a 25% do valor máximo previsto na lei (R\$ 13.500,00), conforme estabelece a tabela, o que representaria o valor de R\$ 3.375,00, porém, se a perda funcional parcial for incompleta e de natureza grave, deverá receber apenas 75% dos 25% previsto na tabela, ou seja, R\$ 2.531,25; se for de natureza média receberá 50% dos 25% previsto na tabela, se de natureza leve receberá 25% dos 25% previsto na tabela, e se resultar seqüelas residuais deverá receber apenas 10% dos 25% estabelecido na tabela, ou seja, R\$ 337,50.

3.3.1 - DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL

Os artigos 6º e 7º da LC nº 95/98 estabelece que o preâmbulo do projeto/Medida provisória que está em vias de aprovação, indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal, bem como o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, fazendo expressa menção que: "a Lei não conterá matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão", vejamos:

" Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão";

A lei nº 11.945/09 é decorrente da medida provisória nº 451/2008, que tratava da alteração da tabela de alíquota do imposto de renda, conforme estabelecia o seu preâmbulo, de forma que a inclusão de última hora da matéria relativa ao seguro DPVAT não poderia ter sido inserida na mesma medida provisória, por afrontar o disposto na LC nº 95/98 que prevê que a MP ou projeto que trate de matérias diversas e não conexas deverão estar em MP/Projetos distintos.

A forma como a MP 451/2008 foi editada e conseqüentemente transformada na lei nº 11.945/09, possibilitou, maliciosamente, que a matéria relativa às alterações no valor da indenização do seguro DPVAT, que interessava apenas ao poderoso grupo econômico das Seguradoras, pegasse "carona" na medida



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

provisória que tratava do imposto de renda, aproveitando-se assim da urgência daquela matéria que estava sendo discutida no legislativo federal.

Portanto, clara a inconstitucionalidade formal da nova redação dada ao artigo 3º da Lei 6.194/74, e da tabela que gradua o valor da indenização, uma vez que na elaboração da medida provisória nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, não foi observada à lei Complementar nº 95/98.

3.3.2 - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

A MP nº 451/2008, convertida na lei nº 11.945/2009, que alterou a lei nº 6.194/1974, desampara as vítimas de acidente de trânsito, e pior, ofende a dignidade destas ao "lotear" o corpo humano, estabelecendo, valores ínfimos para as partes do corpo, por exemplo: de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) em caso de debilidade permanente no dedo, pois determina que o lesionado poderá receber apenas 25% dos 25% previsto para aquele membro.

Ora, se pagar 25% de 13.500,00 para perda de um membro já é um absurdo, imagina pagar 10% dos 25% como determinar a lei nº 11.945/09.

A MP nº 451/2008, transformada na lei nº 11.945/2009 veio LEGITIMAR O INTERESSE DAS SEGURADORAS, uma vez que as mesmas nunca pagaram, via administrativa, o valor integral previsto no art. 3º, alínea "b" da Lei nº 6.194/74, que muito antes da aprovação do referido diploma legal já aplicava abusivamente uma tabela de cálculo de indenização (Loteamento do Corpo Humano), elaborada aleatoriamente pela FENASEG.

Parte do Judiciário pátrio, inclusive o TJRR, que não está se deixando influenciar pelo interesse dos grupos econômicos formados pelas seguradoras já vem se posicionando pela não aplicabilidade da tabela instituída pela lei nº 11.945/09, vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA E QUANTIFICADA. INDENIZAÇÃO FIXADA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DA LESÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

1. Quantificar a indenização securitária relativa ao seguro DPVAT em razão do grau de invalidez do segurado



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

fere o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil.

2. O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.

3. Recurso parcialmente provido Sentença reformada em parte.

(APC nº 0010.08.908440-3 - TJRR - Relatora: Juíza Convocada Elaine Bianchi, publicado no DPJ nº 4629 de 7/7/2011, pág 33/34).

ENUNCIADOS Nº 26 DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.

26- Não se aplicará a tabela anexa da lei nº. 11.945/2009 porque infringe o princípio da Dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião do dia 31/08/09).

3.3.2.1 - DA VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO PROMOVER O PARCELAMENTO DO CORPO HUMANO

O ordenamento jurídico é um sistema destinado a proteger e resguardar não somente os direitos, mas também os valores norteadores da sociedade. Não é, por outra razão, que busca-se, envolver uma gama de preceitos com o escopo de proteger os direitos de personalidade e preservar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Os operadores do direito, notadamente aqueles que litigam na área do Seguro Obrigatório estão familiarizados - e escandalizados - com a forma pela qual a Seguradora Líder conduz um acordo nos "mutirões" de Seguro DPVAT.

Uma debilidade na clavícula, no braço, no pé, é um valor, pouco importando a extensão que a debilidade acarretou em sua vida profissional e pessoal. Enfim, trata-se de uma aplicação mecânica de uma legislação viciada, em que membros do corpo são quantificados e pagos pela seguradora, e muitas vezes contando com o apoio daqueles que deveriam afastar a referida legislação e fazer justiça.

Distante de qualquer senso de dignidade, a imposição do tabelamento do corpo humano como se cada parte tivesse um valor,





CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, pois uma pessoa não pode ser rebaixada a um animal em um açougue, em que se atribui um valor a uma alcatra ou a um contra-filé.

A dignidade da pessoa humana não pode ser rebaixada a ponto de se permitir que a lei 11.945/09 - influenciada pelos *lobbies* das seguradoras - promova o loteamento do corpo humano, de forma mecânica, fria, ausente de qualquer juízo de humanidade e dignidade, a ponto de comparar-nos a meros bovinos.

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1) O deferimento dos benefícios da Justiça Gratuita, haja vista a condição financeira do Autor (declaração em anexo);

2) a citação da Requerida, para caso queira, responder no prazo legal os termos desta ação;

3) a inversão do ônus da prova nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC;

4) que o pedido do autor seja julgado PROCEDENTE, com a condenação da Ré ao pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária e juros de mora a contar da citação, referente à complementação do valor devido pelo seguro DPVAT, haja vista a impossibilidade da aplicação tabela criada por meio da lei nº 11.945/09 em razão da sua inconstitucional formal e material.

5) a condenação da Ré em honorários advocatícios no importe de 20% do valor da condenação.

Protesta provar o alegado por todos os meios probatórios permitidos em Direito, especialmente, documental.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Boa Vista - RR, 14 de maio de 2013.

CLAYBSON ALCÂNTARA
OAB/RR 505



CLAYBSON ALCÂNTARA
OAB/RR 505

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, portador do RG nº 56.999 SSP/RR, inscrito no CPF com o nº 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iuguslavia, nº 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR.

OUTORGADO: CLAYBSON CÉSAR BAÍA ALCÂNTARA, brasileiro, casado, advogado, OAB/RR 505, com escritório profissional localizado na Rua Professor Diomedes, nº 66, sala 2 – Centro, Município de Boa Vista-RR, Tel. (95) 3623-1965.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a outorgante constitui e nomeia seu bastante procurador o outorgado, a quem confere amplos poderes para requerer administrativamente o pedido da indenização do seguro DPVAT, bem como propor a ação judicial de cobrança do seguro DPVAT, caso haja pagamento em valor inferior ao devido, devendo acompanhar até decisão final, interpondo, caso necessário, e por sua convicção, os recursos, meios, institutos e remédios jurídicos permitidos em lei, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para transigir, firmar compromissos ou acordo, receber alvará de levantamento de valores, e dar quitação total ou parcial de obrigações, bem como praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel desempenho deste mandato, inclusive, extrajudiciais, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios e desdobramentos de qualquer natureza, e ainda, perante qualquer pessoa jurídica de direito privado ou pessoa natural. Podendo ainda, o outorgado, substabelecer a presente em outra de igual teor e validade, a quem lhe convier, com ou sem reservas de iguais poderes.

Boa Vista-RR, 14 de janeiro de 2013.

ROMIR GOMES AMORIM

DECLARAÇÃO

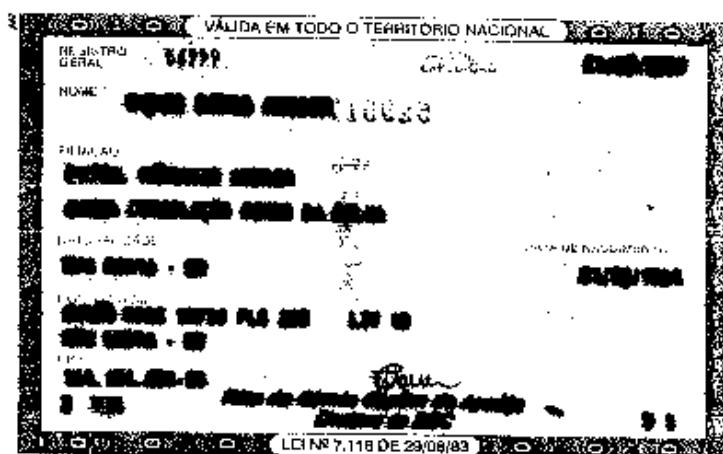
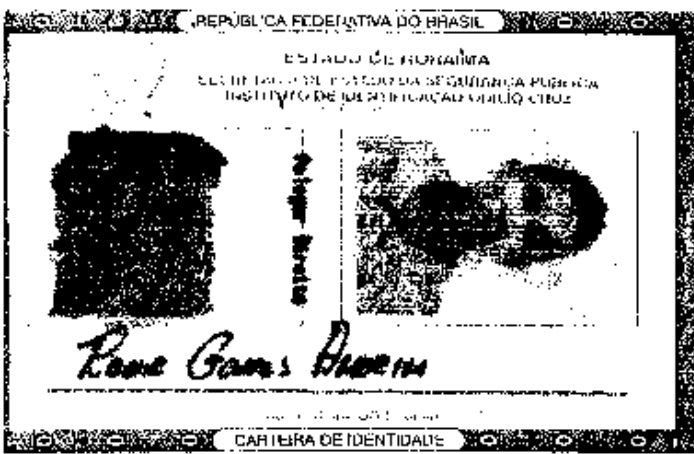
Eu, **ROMIR GOMES AMORIM**, brasileiro, portador do RG nº 56.999 SSP/RR, inscrito no CPF com o nº 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iuguslavia, nº 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR, DECLARO para os devidos fins de direito, que não disponho de recursos suficientes para fazer frente com as custas/despesas processuais e honorários advocatícios, por ser pessoa pobre na forma da lei, declarando ainda que caso esta declaração não seja expressão da verdade, fico sujeito as penalidades previstas no art. 4º da Lei nº. 1.060/50 e art. 299 do CPC.

Por ser verdade, firmo a presente.

Boa Vista-RR, 14 de janeiro de 2013.


ROMIR GOMES AMORIM







POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - DAT

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 2270 ANO: **2013** Registrado às **10:40**

COMUNICANTE: **ROMIR GOMES AMORIM** RG: **56999**

O. EXP.: SSP/RR CPF: 164.124.602-25 PROFISSÃO VENDEDOR IDADE: 49

ENDEREÇO: RUA: YUGOSLAVIA Nº 403 BAIRRO: CAUAMÉ

CIDADE: BOA VISTA NACIONALIDADE: BRASILEIRA SEXO: M

NATURALIDADE: BOA VISTA ESTADO: RR

DATA DE NASCIMENTO: 01/02/1964 GRAU DE INSTRUÇÃO: ENS. MÉDIO COMPLETO

ESTADO CIVIL: DIVORCIADO(A) TELEFONE: 95-9119-9245 Nº REG CNH:

NOME DO PAI: RAFAEL GERVÁSIO DE AMORIM

NOME DA MÃE: MARIA CONSOLAÇÃO GOMES DA SILVA

Senhor Delegado, venho a presença de Vossa Senhoria comunicar que por volta de **19:00**
do dia **03/11/2012** no Bairro **CAUAMÉ** à **RUA: ARGENTINA**
aconteceu o seguinte fato:

INFORMOU QUE ESTAVA TRAFEGANDO NO ENDEREÇO ACIMA CITADO, QUE ESTAVA NA GARUPA DA
MOTOCICLETA Marca/Mod: HONDA/CG 125 FAN, Placa: NAT7103, Chassi: 9C2JC30708R549929, PROP:
O COMUNICANTE, SENDO CONDUZIDA POR RÔMULO GOMES AMORIM, SEGUNDO NOS RELATOU QUE
B A T E R A M E M C A C H O R R O E A C A Í R A M . É O R E L A T O .

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE COM DANOS MATERIAIS E LESÕES CORPORAIS

OBSERVAÇÃO: Comunicante, vítima de Lesão Corporal, terá o prazo de até 6 (seis) meses para
representar criminalmente contra o Autor do Fato, a contar da data do fato (PRAZO DECADENCIAL)

EDÉSIO CARDOSO DE SOUSA FILHO
Agente de Polícia

ROMIR GOMES AMORIM
Comunicante

BO registrado no dia: **14/05/2013**

Despacho(s) da Autoridade Policial:

- () Fato Atípico. ARQUIVE-SE;
- () Aguarde-se Representação Criminal;
- () Imprima-se Sumário(s) de CNH e/ou Veículo(s) envolvido(s)
- () Aguarde-se novos fatos...
- () Intime-se o Comunicante;
- () Lavre-se TCO, pelo crime previsto no Art. _____ do CTB;
- () A(o) _____, para providências;
- () Após PRAZO DECADENCIAL, ARQUIVE-SE.

() Outras Providências:

Delegado de Polícia

05/11/12

... Guia de Atendimento ...

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAAR / PSFE
AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO

1200044663	05/11/2012 12:48:22	FICHA DE ATENDIMENTO		CLÍNICA MÉDICA	MANHÃ 07-13	170
Paciente	Data Nascimento		Idade	CNS	CPF	Prontuário
ROMIR GOMES AMORIM	01/02/1964		48 A 9 M 4 D	898003216923039	16412460225	00065981
Tipo Doc	Documento	Órgão Emissor	Data Emissão	Sexo	Estado Civil	Raça/Cor
Ignorado	56999	SSP/RR		M	Solteiro(a)	Parda
Mãe	Pai		Naturalidade			
MARIA DA CONSOLACAO GOMES	RAFAEL GERVASIO AMORIM		BOA VISTA			
Endereço	Contatos					
RUA - IUGUSLAVIA - 403 - CAUAME - BOA VISTA - RR	Cel1: (95) 9119-9245 - -					
Class. de Risco	Plano Convenio	N da Carteira	Validade	Autorização	Sis Prenatal	
A	SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
Motivo do Atendimento	Carate do Atendimento	Profissional do Atend.	Procedencia	Temp.	Peso	Pressão
SPA - PRONTO ATENDIMENTO	Urgência					
Sector	Tipo de Chegada	Procedimento Sol.	Registrado por:			
PRONTO ATENDIMENTO	DEMANDA ESPONTANEA		alvina			

Queixa Principal ☐ Síndrome Febril ☐ Sintomático Respiratório ☐ Suspeita de Dengue

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - ____:____h)

Exame Físico

Hipótese Diagnóstica

SADT - Exames Complementares

☒ RAIO-X ☐ ULTRA-SON ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS: _____

Prescrição

Apazamento

Observação

Conduta

☒ Alta por Decisão Médica
☐ Alta a Pedido
☐ Alta a Revelia
☐ Transferência para:

☐ Ambulatorio
☐ Observação (Até 24h)
☐ Internação
Data e Hora da Saída/Alta: ____/____/____

Óbito

Antes do 1º Atendimento? ☐ Sim ☐ Não Destino: ☐ Família ☐ IML Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável

Carimbo ou Assinatura do Médico

[illegible][illegible]

Processo nº 0714686-56.2013.823.0010 (72 dias em tramitação) [Gerenciar Marcadores](#) | [Marcar](#) | [Desmarcar](#)

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
Juízo:	5ª Vara Cível de Boa Vista Juiz: MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI		
Assunto:	DIREITO CIVIL		
Complementares:	Seguro « Contratos de Consumo « DIREITO DO CONSUMIDOR		
Classe:	Procedimento Sumário « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
Segredo de Justiça	NÃO		
Fase Processual:	CONHECIMENTO	Objeto	OBJETO NÃO CADASTRADO
Situação:		Data de Distribuição	31 de Maio de 2013 às 17:45:45
Valor da Causa:	R\$ 13.500,00	Último Evento	Juntada de Petição de Requisição de Habilitação
Cartório Extrajudicial:		Prioridade	
Petições P/ Analisar:	1 juntada(s)	Prazos Para certificar em Vara	0 intimações 0 cumprimentos do cartório
DPVAT 3			

Destacar movimentações realizadas por:						
Magistrados	Secretaria	Advogados	Ministério Público	Cartórios Extrajudiciais	Turma Recursal	Outros

[Navegar pelo Processo](#)

Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
10	Juntada de Petição de Requisição de Habilitação	12/08/2013 03:26	Advogado	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES	
Contestação Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES		Data inclusão: 12/08/2013 03:26	1101098 CONTESTA?AO.pdf		
Arquivos: Procuração Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES		Data inclusão: 12/08/2013 03:26	PROCURA??O E ATOS CONSTITUTIVOS - L?DER.pdf		

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5RS TJ2BW BV8PS C4TYK





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA – RORAIMA

Autos nº **0714686-56.2013.823.0010**

Requerente: **ROMIR GOMES AMORIM**

Requerida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, por seus advogados que ao final assinam (mandato incluso), com escritório no endereço abaixo impresso, onde recebem intimações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar:

CONTESTAÇÃO

à pretensão indenizatória aforada por **ROMIR GOMES AMORIM**, lastreadas fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

RESUMO DA INICIAL:

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito em **03/11/2012**.

Em decorrência do acidente, pleiteia indenização até o limite de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Destarte, a pretensão esboçada pela parte autora não merece prosperar pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. DO MÉRITO:

DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.945/09

A parte autora alega que o tabelamento de indenização de acordo com o grau da lesão ofende o princípio da dignidade da pessoa humana e por isso seria inconstitucional.

Entretanto, **o seguro DPVAT não é uma exigência derivada de tal princípio constitucional.**

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





Com efeito, a densificação da dignidade da pessoa humana passa pela delimitação de um mínimo existencial.

Sobre o assunto, **Ingo Wolfgang Sarlet**, faz a seguinte advertência:

A dignidade não pode ser como o "espelho no qual todos veem o que desejam".¹

A existência digna, está intimamente ligada à prestação de recursos materiais essenciais, devendo ser analisada a problemática do salário mínimo, da assistência social, da educação, do direito à previdência social e do direito à saúde e não do seguro DPVAT.

Desta forma o respeito à dignidade humana estaria ligado a educação fundamental, a saúde básica, a assistência dos desamparados e o acesso à justiça fazem parte do mínimo existencial da dignidade da pessoa humana e não ao recebimento de seguro obrigatório.

Assim, ainda que de forma extremamente concisa e direta, afigura-se latente que o Seguro DPVAT não se enfeixa no núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana.

É imperativo que se aplique a Tabela da Susep, para sinistros ocorridos na vigência da Lei 11.842/07, da MP 451/2008 e da Lei 11945/09, para que não haja juízo de valor. O Relator Daniel Ribeiro Lagos, 2ª Vara Cível, Apelação nº 10000220070046555 do TJRO, assim ratificou:

Seguro obrigatório. Invalidez permanente. Indenização. Grau de incapacidade. Percentual. Tabela da SUSEP. A verba indenizatória do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente é determinada de acordo com o grau de incapacidade, observando-se os valores percentuais descritos na tabela de acidentes pessoais instituída pela SUSEP.

Ainda, acerca da constitucionalidade da lei, há que se destacar o julgado do Excelentíssimo Relator Desembargador *Jaime Luiz Vicari*, ao proferir acórdão em sede de apelação n. 365732 SC 2010.036573-2:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO. RECURSO DO SEGURADO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALTERAÇÕES DA LEI N. 11.482/2007 À LEGISLAÇÃO ORIGINÁRIA DO DPVAT. **OFENSA À CARTA MAGNA NÃO CONFIGURADA**. TESE DE REJEIÇÃO DO ARGUMENTO MANTIDA. (...) Entretanto, as alegações do recorrente não procedem. É que a Lei n. 11.482/2007, aplicável aos sinistros ocorridos a partir da vigência da MP n. 340, de 29-12-2006, de forma alguma afronta o princípio da dignidade humana. Somente impõe um valor máximo para a indenização do seguro DPVAT sem torná-lo irrisório ou desproporcional ao fim a que se destina, como alega o recorrente. (...) Assim, mantém-se a rejeição à tese de inconstitucionalidade da Lei n. 11.482/2007.

¹ Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008, p.

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





Desta feita, não há que se falar em ofensa a dignidade humana, muito menos na inconstitucionalidade da lei 11.8482/07 e da Medida Provisória n.451/2008, convalidada na Lei 11.945/2009.

Pelo exposto, requer seja desconsiderado os argumentos da parte autora quanto à a ofensa a dignidade humana e inconstitucionalidade da aplicação das tabelas como base para auferir grau à lesão.

DA LEGISLAÇÃO VIGENTE – CONSOLIDAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ

A Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida em Lei 1.194/2009, alterou o texto inicial Lei 6.194/74 que instituiu o seguro DPVAT no ordenamento jurídico.

A evolução da legislação através das alterações supramencionadas, surgiu com intuito de estabelecer critérios objetivos para o pagamento das indenizações por invalidez permanente, balizando a valoração das indenizações com base na tabela, em anexo à Lei 11.945/09.

Destaca-se que a regulamentação trazida pela nova legislação tem como condão garantir a isonomia e a sustentabilidade do sistema DPVAT, tratando cada sinistro como único, cada indenização de acordo com a efetiva lesão sofrida.

De maneira a resguardar os princípios da legalidade e da proporcionalidade, bem como dar azo à segurança jurídica inerente à promulgação da lei que rege a matéria, o Superior Tribunal de Justiça exarou a Súmula 474/STJ, conforme demonstrado a seguir:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Desta feita, em caso de suposta condenação, a quantificação da indenização, em decorrência da legislação vigente, deve respeitar a proporcionalidade da eventual lesão suportada pela parte autora.

DA FALTA COMPROVAÇÃO DOS DANOS AFIRMADOS PELA REQUERENTE E NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA

É indispensável à exata indicação do grau de invalidez para se obter a indenização do seguro obrigatório DPVAT até teto máximo fixado em lei.

Porém, os documentos trazidos pela parte autora mas não demonstram o grau em que a lesão se deu, ou seja, estamos diante de um laudo inconclusivo.

Sobre o pagamento proporcional à invalidez há posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça:

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





STJ - RECLAMAÇÃO Nº 5.427 - MT (2011/0039489-0) RECLAMAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. Reclamação sob o viés uniformizador da jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais, reconhecida sob transitória competência desta Egrégia Corte quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572-8/BA, cujo procedimento fora regulamentado pela Resolução n. 12/09-STJ. Dissídio evidenciado. Tratando-se de invalidez parcial, a indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

Portanto, resta claro e evidente a necessidade de realização de perícia para graduar a lesão sofrida pelo autor.

DA EVENTUAL INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Na remota hipótese de a Ré ser condenada no pagamento de indenização, e, caso Vossa Excelência ainda entenda que a aplicação dos juros é devida, que seja o termo inicial da incidência a data da citação da Ré, conforme disposição expressa da Súmula 426 do STJ:

Súmula n.º 426 do S.T.J: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.

Neste mesmo sentido, a data do início da correção monetária deverá incidir tão somente da data da propositura da presente demanda, tal como estatuiu a Lei nº 6.899/81 em seu Art. 1º, § 2º.

Assim, face às argumentações anteriormente esposadas, deverá ser observada a data início da correção monetária e juros moratórios.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DA LEI DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Denota-se, que a Requerente pleiteia o benefício da justiça gratuita, nesse passo, cumpre frisar que a Lei nº 1060/1950, determina que os honorários de sucumbência não poderão ultrapassar o patamar de 15%, nos termos do artigo 11 da referida lei.

2. DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer:

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111
2 FONSDECA, Rodrigo Garcia
3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





- a. Sejam julgados integralmente improcedentes os pedidos da parte autora pelos argumentos apresentados através dos fundamentos, legislação, doutrinas e jurisprudências;
- b. Caso entenda Vossa Excelência a pertinência de realização de exame pericial na parte autora para se constatar a suposta gravidade da lesão e sua extensão, que seja expedido ofício ao IML da residência do mesmo para sua efetivação, reservando-se o direito da Ré em apresentar assistente técnico e quesitos;
- c. Pela eventualidade, em caso de condenação, que a mesma seja **obrigatoriamente** mensurada de acordo com a tabela trazida no anexo da Lei 11.945/09;
- d. Sejam desconsiderados os argumentos da parte autora quanto à inconstitucionalidade da aplicação das tabelas como base para auferir grau à lesão e da lei do DPVAT.
- e. Juros de mora a partir da citação, correção monetária tendo como termo inicial a data da propositura da demanda e honorários de sucumbência limitados a 15% do valor da causa.
- f. "*Ad cautelam*", requer o uso de todos os meios de prova em Direito admitidos e que se mostrarem relevantes para o esclarecimento dos fatos.
- g. Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RR nº 393-A.

***Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 9 de agosto de 2013.***

**Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A**


Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800

QUESITOS

1. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente de caráter definitivo?
2. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
3. Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
4. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado nos termos da legislação vigente?

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111
2 FONSDECA, Rodrigo Garcia
3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





5. Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
6. Sendo negativa a resposta ao item "5", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111
2 FONSDECA, Rodrigo Garcia
3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ALVARO LUIZ FERNANDES**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3592, **FLORINDO SILVESTRE POERSCH**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 800, **LEONARDO COSTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3.584; com escritório na Rua Jardim Primavera nº 207, Conjunto Jardim Manoel Julião, bairro Vila Ivonete, Rio Branco, Acre - 69.914.405, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS**, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

Eu, Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira, inscrita no CPF nº 011.111.111-11, residente e domiciliada em Rua do Carmo, 45 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, 2107-9900, reconheço a autenticidade das assinaturas de MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON.

Em 14 de junho de 2011, em Rio de Janeiro, RJ, compareci ao Tabelionato Público de Notas e Cartórios, onde compareceram os signatários, para a lavratura da presente escritura pública, a qual foi lavrada e assinada por mim, Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira, Tabelante, e pelos signatários, MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, em duas vias, uma para cada parte, e uma para o Tabelionato Público de Notas e Cartórios.

Assina e rubrica do Tabelante: Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira

Assina e rubrica do Tabelante: Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira



Eu, Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira, inscrita no CPF nº 011.111.111-11, residente e domiciliada em Rua do Carmo, 45 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, 2107-9900, reconheço a autenticidade das assinaturas de MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON.

Em 14 de junho de 2011, em Rio de Janeiro, RJ, compareci ao Tabelionato Público de Notas e Cartórios, onde compareceram os signatários, para a lavratura da presente escritura pública, a qual foi lavrada e assinada por mim, Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira, Tabelante, e pelos signatários, MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, em duas vias, uma para cada parte, e uma para o Tabelionato Público de Notas e Cartórios.

Assina e rubrica do Tabelante: Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira

Assina e rubrica do Tabelante: Tatianna Carlos Alberto Firmin Oliveira



D.O.

ANO XXCV - Nº 174
QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2009 - R\$ 2,50

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de janeiro de 2008.

**ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Associações, Sociedades e Firmas

DEPARTMENT OF THE ARMY
DA FORM 101-1 (Rev. 1-61)

**ATA DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA GRUPO
 2009/00003337**
 21/09/2009, às 10 horas, na sede social de Curitiba, no R. Rio
 Branco, 20, sala 1002 (Torre), Centro, Dado e Autêntico no R. de
 Jureiro, 2. **Convenção:** **Convenção** de alteração das
 regras do parágrafo 2.º do artigo 124 da Lei nº 8.046/98, em
 presença de todos os signatários da Companhia, conforme lista
 (anexa) (Anexo II). **3. Mesa:** **Presidente:** João Manuel Quevedo Pen-
 na Coutinho; **Secretário:** Ramiro Pereira Lobo e Silva; **4. Delibera-
 ções:** Imediata aprovação das alterações: a) - Alterar o co-
 pias social da Companhia em R\$ 2.148.960,50, mediante a emissão
 de 2.148.960 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor
 nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00, para a soma, ficando as ações
 com o valor do parágrafo 2.º do artigo 170 da Lei nº 8.046/98, confor-
 me a totalidade do valor emitido dividido a totalidade das ações
 sociais, que passa de R\$ 49.314.046,00 para R\$ 51.313.046,00; b) -
 Modificar a composição de 100% do acionariado da Companhia, de
 2.148.960 novas ações ordinárias, taxa, para as seguintes subcategorias
 das ações: BGC Internacional S/A, no preço de emissão total de
 R\$ 2.148.960,50, sempre nas mesmas condições estatutárias, desde que,
 em todas as reuniões sociais, conforme o Regulamento da Subcategoria
 (Anexo II); c) - e o quociente de distribuição nos fluxos estatutários, confor-
 me o previsto no artigo 2.º do Estatuto Social da Companhia, confor-
 me o disposto no artigo 1.º do Regulamento da Subcategoria, e o quoci-
 ente social da Companhia, imediatamente superior a percentagem estabe-
 lecida, de 4,35 31.313,046/00, ficando em 33,486,46% ações ordina-
 rias, todas nominativas e sem valor nominal; d) - Alterar o valor
 social em um terço de unidade, no termo do parágrafo 2.º do artigo
 120 da Lei 8.046/98; e) - **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar,
 aprova-se a presente ata de Assembleia Geral Extraordinária, que foi
 lida e aprovada pela unanimidade dos acionistas; f) **Assinaturas:**
 Presidente da Assembleia João Manuel Quevedo Penna Coutinho;
 Secretário da Assembleia Ramiro Pereira Lobo e Silva; Atorizante
 e Interventor S/A, Vozes Sem Fronteiras Ltda.; Assessoria de
 Administração João Manoel de Fátima Rodrigues Farias; João Manoel Que-
 vedo Penna Coutinho e Ramiro Pereira Lobo e Silva; g) **Assinatura**
 lavrada em três vias, datada, Rubricada, assinada, Rubricada, Rubricada
 no 0002/2009, volume G, M. Serra; 3. Assessoria G&L.

1994

MEGAPAR PARTICIPAÇÕES SA
CNPJ/NF: 10.124.814/0001-11
NIRE- 33.1.0036810-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/02/2009. 1. Local: Sala 4 - 1º andar, 14:00 horas, na sede social da Consequente, localizada no Clube do Fim do Inverno, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Cardeal da nº 85, 20º andar - Centro. 2. Presença: Adotados representando a tota-

SUMÁRIO

Atap, Caricatures & Demonstrations

Associações, Sociedades e Firms	1
Atuais, Ediais e Terras	
Associações, Sociedades e Firms	3
Extremo de Documentos	5
Letras Extrahedra	

[illegible]

priu. Mest. Antonio Luis Benavides Xavier - Presidente; Daniel C. de
 los Angeles Torres - Secretario. JUICELA nº 0000188888 y
 18000000. Víctor C. M. Riera - Secretario General.

CONSTRUTORA DUBROZ GALVÃO SA

[illegible]

Int. J. Nurs. 45(2)

POTIATCH ENFERMEIRAMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

[illegible]

LC 14-00000



GH PARTICIPAÇÕES S.A.

EMPLIF n° 31.02.302/2001-JT

[illegible]

1000

REGULADORA GIER DOS
CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT SA
CNPJ Nº 09.743.808/0001-04

[illegible][illegible]

Distribuição Financeira referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 – acumulados dos períodos dos seguintes exercícios sociais: Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Determinação sobre o destino do lucro líquido: no exercício de 2008; 31 Distribuição sobre a distribuição da Dividendos; no mês de maio de 2009; 31 Retenção para o pagamento das obrigações tributárias; R\$ 462.987,13 retidos para o fundo de lucro líquido ajustado, atuando na data base de 31 de dezembro de 2008; 4) Emissão dos mandatos do Conselho de Administração e distribuído sobre o Acionariado global da Administração por 6 de março de 2009; e 5) Realização das determinações de direitos remuneratórios, parcelas e Superávit Residual de Seguros Previdenciais - SUPERP conforme determinação da Comissão de Seguros Previdenciais e Previdenciários - COSPP, em 20 de novembro de 2009.

Atividade Social: em 31 de dezembro, 2009, pela política de R\$ 1,40 por ação, 1º semestre da Rua Saneamento Diária nº 741, comumente com 3º e 4º andares, 1º andar, 2º andar, 3º andar, 4º andar, 5º andar, 6º andar, 7º andar, 8º andar, 9º andar, 10º andar, 11º andar, 12º andar, 13º andar, 14º andar, 15º andar, 16º andar, 17º andar, 18º andar, 19º andar, 20º andar, 21º andar, 22º andar, 23º andar, 24º andar, 25º andar, 26º andar, 27º andar, 28º andar, 29º andar, 30º andar, 31º andar, 32º andar, 33º andar, 34º andar, 35º andar, 36º andar, 37º andar, 38º andar, 39º andar, 40º andar, 41º andar, 42º andar, 43º andar, 44º andar, 45º andar, 46º andar, 47º andar, 48º andar, 49º andar, 50º andar, 51º andar, 52º andar, 53º andar, 54º andar, 55º andar, 56º andar, 57º andar, 58º andar, 59º andar, 60º andar, 61º andar, 62º andar, 63º andar, 64º andar, 65º andar, 66º andar, 67º andar, 68º andar, 69º andar, 70º andar, 71º andar, 72º andar, 73º andar, 74º andar, 75º andar, 76º andar, 77º andar, 78º andar, 79º andar, 80º andar, 81º andar, 82º andar, 83º andar, 84º andar, 85º andar, 86º andar, 87º andar, 88º andar, 89º andar, 90º andar, 91º andar, 92º andar, 93º andar, 94º andar, 95º andar, 96º andar, 97º andar, 98º andar, 99º andar, 100º andar, 101º andar, 102º andar, 103º andar, 104º andar, 105º andar, 106º andar, 107º andar, 108º andar, 109º andar, 110º andar, 111º andar, 112º andar, 113º andar, 114º andar, 115º andar, 116º andar, 117º andar, 118º andar, 119º andar, 120º andar, 121º andar, 122º andar, 123º andar, 124º andar, 125º andar, 126º andar, 127º andar, 128º andar, 129º andar, 130º andar, 131º andar, 132º andar, 133º andar, 134º andar, 135º andar, 136º andar, 137º andar, 138º andar, 139º andar, 140º andar, 141º andar, 142º andar, 143º andar, 144º andar, 145º andar, 146º andar, 147º andar, 148º andar, 149º andar, 150º andar, 151º andar, 152º andar, 153º andar, 154º andar, 155º andar, 156º andar, 157º andar, 158º andar, 159º andar, 160º andar, 161º andar, 162º andar, 163º andar, 164º andar, 165º andar, 166º andar, 167º andar, 168º andar, 169º andar, 170º andar, 171º andar, 172º andar, 173º andar, 174º andar, 175º andar, 176º andar, 177º andar, 178º andar, 179º andar, 180º andar, 181º andar, 182º andar, 183º andar, 184º andar, 185º andar, 186º andar, 187º andar, 188º andar, 189º andar, 190º andar, 191º andar, 192º andar, 193º andar, 194º andar, 195º andar, 196º andar, 197º andar, 198º andar, 199º andar, 200º andar, 201º andar, 202º andar, 203º andar, 204º andar, 205º andar, 206º andar, 207º andar, 208º andar, 209º andar, 210º andar, 211º andar, 212º andar, 213º andar, 214º andar, 215º andar, 216º andar, 217º andar, 218º andar, 219º andar, 220º andar, 221º andar, 222º andar, 223º andar, 224º andar, 225º andar, 226º andar, 227º andar, 228º andar, 229º andar, 230º andar, 231º andar, 232º andar, 233º andar, 234º andar, 235º andar, 236º andar, 237º andar, 238º andar, 239º andar, 240º andar, 241º andar, 242º andar, 243º andar, 244º andar, 245º andar, 246º andar, 247º andar, 248º andar, 249º andar, 250º andar, 251º andar, 252º andar, 253º andar, 254º andar, 255º andar, 256º andar, 257º andar, 258º andar, 259º andar, 260º andar, 261º andar, 262º andar, 263º andar, 264º andar, 265º andar, 266º andar, 267º andar, 268º andar, 269º andar, 270º andar, 271º andar, 272º andar, 273º andar, 274º andar, 275º andar, 276º andar, 277º andar, 278º andar, 279º andar, 280º andar, 281º andar, 282º andar, 283º andar, 284º andar, 285º andar, 286º andar, 287º andar, 288º andar, 289º andar, 290º andar, 291º andar, 292º andar, 293º andar, 294º andar, 295º andar, 296º andar, 297º andar, 298º andar, 299º andar, 300º andar, 301º andar, 302º andar, 303º andar, 304º andar, 305º andar, 306º andar, 307º andar, 308º andar, 309º andar, 310º andar, 311º andar, 312º andar, 313º andar, 314º andar, 315º andar, 316º andar, 317º andar, 318º andar, 319º andar, 320º andar, 321º andar, 322º andar, 323º andar, 324º andar, 325º andar, 326º andar, 327º andar, 328º andar, 329º andar, 330º andar, 331º andar, 332º andar, 333º andar, 334º andar, 335º andar, 336º andar, 337º andar, 338º andar, 339º andar, 340º andar, 341º andar, 342º andar, 343º andar, 344º andar, 345º andar, 346º andar, 347º andar, 348º andar, 349º andar, 350º andar, 351º andar, 352º andar, 353º andar, 354º andar, 355º andar, 356º andar, 357º andar, 358º andar, 359º andar, 360º andar, 361º andar, 362º andar, 363º andar, 364º andar, 365º andar, 366º andar, 367º andar, 368º andar, 369º andar, 370º andar, 371º andar, 372º andar, 373º andar, 374º andar, 375º andar, 376º andar, 377º andar, 378º andar, 379º andar, 380º andar, 381º andar, 382º andar, 383º andar, 384º andar, 385º andar, 386º andar, 387º andar, 388º andar, 389º andar, 390º andar, 391º andar, 392º andar, 393º andar, 394º andar, 395º andar, 396º andar, 397º andar, 398º andar, 399º andar, 400º andar, 401º andar, 402º andar, 403º andar, 404º andar, 405º andar, 406º andar, 407º andar, 408º andar, 409º andar, 410º andar, 411º andar, 412º andar, 413º andar, 414º andar, 415º andar, 416º andar, 417º andar, 418º andar, 419º andar, 420º andar, 421º andar, 422º andar, 423º andar, 424º andar, 425º andar, 426º andar, 427º andar, 428º andar, 429º andar, 430º andar, 431º andar, 432º andar, 433º andar, 434º andar, 435º andar, 436º andar, 437º andar, 438º andar, 439º andar, 440º andar, 441º andar, 442º andar, 443º andar, 444º andar, 445º andar, 446º andar, 447º andar, 448º andar, 449º andar, 450º andar, 451º andar, 452º andar, 453º andar, 454º andar, 455º andar, 456º andar, 457º andar, 458º andar, 459º andar, 460º andar, 461º andar, 462º andar, 463º andar, 464º andar, 465º andar, 466º andar, 467º andar, 468º andar, 469º andar, 470º andar, 471º andar, 472º andar, 473º andar, 474º andar, 475º andar, 476º andar, 477º andar, 478º andar, 479º andar, 480º andar, 481º andar, 482º andar, 483º andar, 484º andar, 485º andar, 486º andar, 487º andar, 488º andar, 489º andar, 490º andar, 491º andar, 492º andar, 493º andar, 494º andar, 495º andar, 496º andar, 497º andar, 498º andar, 499º andar, 500º andar, 501º andar, 502º andar, 503º andar, 504º andar, 505º andar, 506º andar, 507º andar, 508º andar, 509º andar, 510º andar, 511º andar, 512º andar, 513º andar, 514º andar, 515º andar, 516º andar, 517º andar, 518º andar, 519º andar, 520º andar, 521º andar, 522º andar, 523º andar, 524º andar, 525º andar, 526º andar, 527º andar, 528º andar, 529º andar, 530º andar, 531º andar, 532º andar, 533º andar, 534º andar, 535º andar, 536º andar, 537º andar, 538º andar, 539º andar, 540º andar, 541º andar, 542º andar, 543º andar, 544º andar, 545º andar, 546º andar, 547º andar, 548º andar, 549º andar, 550º andar, 551º andar, 552º andar, 553º andar, 554º andar,

CHECK LIST - MUTIRÕES DPVAT			
ESCRITÓRIO : POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS		DATA DA AUDIÊNCIA : 11/11/13	GPROC: 1101098
ESCRITÓRIO QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA: <input checked="" type="checkbox"/> O MESMO <input type="checkbox"/> OUTRO			
S VC <input checked="" type="checkbox"/> VC <input type="checkbox"/> JEC <input type="checkbox"/> TJ		COMARCA : BOA VISTA	UF: RR
DADOS DO PROCESSO			
AUTOR	NOME: ROMIR GOMES AMORIM		
PROCESSO	<input checked="" type="checkbox"/> VÍTIMA <input type="checkbox"/> BENEFICIÁRIO <input type="checkbox"/> REP. LEGAL 0714686-56.2013.823.0010		
VÍTIMA	NOME: ROMIR GOMES AMORIM		
OBJETO	<input type="checkbox"/> INCAPAZ <input type="checkbox"/> MENOR <input type="checkbox"/> MORTE <input type="checkbox"/> INVALIDEZ <input type="checkbox"/> REEMBOLSO DE DAMS		
		DATA DO SINISTRO: 03/11/2012	
INVALIDEZ PERMANENTE			
LAUDO NOS AUTOS?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> IML <input type="checkbox"/> JUDICIAL <input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> MUTIRÃO ANTERIOR <input type="checkbox"/> OUTROS:		
LESÃO APURADA NO LAUDO ANTERIOR AO MUTIRÃO:	<input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100%		
AVALIAÇÃO MÉDICA NO MUTIRÃO:	1. <u>ROTELA</u> <input checked="" type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100% 2. <input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100% 3. <input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100%		
EMPRESA MÉDICA	<input type="checkbox"/> ATPE <input checked="" type="checkbox"/> CNIS <input type="checkbox"/> MS MOZES <input type="checkbox"/> IMEP <input type="checkbox"/> SALEK <input type="checkbox"/> EXTRAMED <input type="checkbox"/> ACE <input type="checkbox"/> SAUDESEG		
MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO DPVAT	ACORDO		MOTIVOS PARA NÃO REALIZAÇÃO DO ACORDO
	<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> AUTOR NÃO COMPARECEU <input type="checkbox"/> LITISPENDENCIA <input type="checkbox"/> NÃO ACEITOU PROPOSTA <input type="checkbox"/> SINISTRO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE <input type="checkbox"/> ILEGITIMIDADE ATIVA <input type="checkbox"/> PRESCRIÇÃO <input type="checkbox"/> VÍTIMA AINDA EM TRATAMENTO <input type="checkbox"/> VÍTIMA SOFREU O ACIDENTE MAS NÃO HÁ LESÃO <input type="checkbox"/> SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> SINISTRO NÃO É DE RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO <input type="checkbox"/> JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL NOS AUTOS <input type="checkbox"/> JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO <input type="checkbox"/> SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA COM TRÂNSITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA SEM TRÂNSITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> NÃO É ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR <input type="checkbox"/> VÍTIMA POSSUI LESÃO MAS NÃO HÁ NEXO COM O ACIDENTE <input type="checkbox"/> REGULAÇÃO 2 (AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO DUT) <input type="checkbox"/> REGULAÇÃO 8 <input type="checkbox"/> OUTROS:
	Valor Total do acordo: <u>R\$ 1350,00</u>		
	R\$: <u>R\$ 1485,00</u>		
	<input type="checkbox"/> NÃO		
VERIFICAÇÃO MEGADATA			
PAGAMENTO ADMINISTRATIVO	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
NATUREZA DO SINISTRO :	<input type="checkbox"/> 1 - MORTE <input type="checkbox"/> 2 - INVALIDEZ <input type="checkbox"/> 3 - DAMS <input type="checkbox"/> OUTRA		
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$: SEM PGTO ADM	NAT:	RUBRICA LÍDER:
	DATA DO PGTO: __/__/__		
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$:	NAT:	
	DATA DO PGTO: __/__/__		
PAGAMENTO JUDICIAL	R\$:	NAT:	
NATUREZA DO PGTO (TELA 30) :	DATA DO PGTO: __/__/__		

Sem Impeditivo





ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL

TERMO DE AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO

Processo nº 0714686-56.2013.823.0010

Autor: Romir Gomes Amorim

Réu: Seguradora Líder Dos Consórcios Do Seguro Dpvt S/A

Em 22 de agosto de 2013 na sala de audiências da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, no Edifício do Fórum Sobral Pinto, sob a presidência do Meritíssimo Juiz de Direito, Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti, foi aberta, às 08:20 horas, a audiência de conciliação referente ao processo e às partes acima identificados (Conciliação DPVAT – Portaria nº. 05/2013, de 26/06/2013). Presentes o advogado da parte autora, Dr. Claybson Cesar Baia Alcantara (OAB/RR 505), e a preposto da parte ré, Sra. Fabíola Chaves de Paula (CPF nº 010.190.952-70), acompanhada de seu advogado, Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB/RR 393-A). Aberta a audiência, a tentativa de conciliação restou frustrada em razão à ausência da parte autora, o que impossibilitou a realização da perícia médica. O advogado da autora requereu a redesignação da perícia e da audiência para o próximo mutirão DPVAT. Nada mais havendo, mandou o M.M. Juiz encerrar o presente termo, que vai por todos assinado, e que eu, Jéssica Couto Miranda, digitei.

M.M. JUIZ

Claybson Cesar Baia Alcantara
Advogado Parte Autora

Fabíola Chaves de Paula
Preposta Parte Ré

Alvaro Luiz da Costa Fernandes
Advogado Parte Ré



Proc. nº 0734686 - 56.2013

13/11/2013

15h 40

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 8.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Romir Gomes Amorim

CPF: 164.124.602-25

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: Cocome

Data do Acidente: 05/11/2012

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____ para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 5ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Poa de Seta - (RR)

Local, data: 16-11-2013

Romir Gomes Amorim
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

torax - costelas trauma em região

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

de intubação trauma contuso em região

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Dr. Gustavo Adolfo P. da Silva
CREMEC 4302
CPF 485966803-06
Médico Do Trabalho

CNTS

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

trauma cervical

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento, consoante sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

trauma cervical

☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

tratamento de dor

trauma contuso

Local e data da realização do exame médico:

Boa Vista 11/11/2013

Assinatura do médico - CRM

[Assinatura]

Dr. Gustavo Adolfo P. da Silva Jr.
CREMEC 4302
CPF 485966803-06
Médico Do Trabalho

Dr. Mauro Luiz Schmitz Ferreira
Médico
CRM-RR 559

0714686-56.2013.8.23.0010

https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/processo/juntarDocumento.do?action...

Operação realizada com sucesso.

Protocolo: 855118920140114101129

Processo 0714686-56.2013.8.23.0010 -

(227 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: DIREITO CIVIL

Assuntos Secundários: 7621 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Dados do Processo

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realçar Movimentos de:

Magistrado

Servidor

Advogado

Promotor

Procurador

Outros

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div></div> 25	14/01/2014 10:11:29	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES Advogado
<div><div>Arquivo: Restrição na Visualização</div><div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div><div>Restrição na Visualização</div><div>Sigilo Mínimo</div></div>			



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 5ª(º)
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0714686-56.2013.823.0010

Autor: ROMIR GOMES AMORIM

Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para informar o cumprimento do acordo realizado entre as partes, conforme comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 1485,00 (um mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES.

***Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 13 de janeiro de 2014.***


Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Autor: ROMIR GOMES AMORIM
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO
BOA VISTA - 5 VARA CIVEL
Processo: 0714686-56.2013.823.0010 - ID 081210000000321973
Guia c/ núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao
pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep.Judicial
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

08/01/2014 - BANCO DO BRASIL - 13:06:4
571215971 02E

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

0019000009016107880004462880918620000000148500
NOSSO NUMERO 16107880044628809
CONVENIO 01610788
SISTEMA DJD - DEPOSITO JUDICIAL
AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159
DATA DO PAGAMENTO 08/01/2014
VALOR DO DOCUMENTO 1.485,00
VALOR COBRADO 1.485,00

NR.AUTENTICACAO D.2FC,FD4,279,6CE,FD0
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

Nome do Cliente		Data de Vencimento		RECIBO DE SACADO	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO		Contra Apresentação		Valor Cobrado	
Agência / Código do Cedente		Nosso Número		1.485,00	
2234 / 99747159-X		16107880044628809		Autenticação Mecânica	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA

4ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - 2º andar - Centro - BOA VISTA/RR - CEP:
69.301-380 - Fone: (95) 3198-4755 - E-mail: v4cv@tjrr.jus.br

DIGITALIZAÇÃO
CEP:

04 FEV 2016

MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO (AR)

IMPRESSORA 2

Processo: 8016679-39.2013.8.23.0010

Classe Processual: Procedimento Sumário

Assunto Principal: Seguro

Valor da Causa: R\$13.500,00

Autor (s)

ROMIR GOMES AMORIM

Jugoslávia, 403 - Cauamé - BOA VISTA/RR

Réu(s)

CAPEMISA ? SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A.

AV Major Williams, 632/A - são pedro - BOA VISTA/RR - CEP: 69.301-110

PESSOA A SER CITADA/INTIMADA:

Réu(s)

CAPEMISA ? SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A.

AV Major Williams, 632/A - são pedro - BOA VISTA/RR - CEP: 69.301-110

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível de Boa Vista pelo presente, fica V. Sa., (destinatário acima), CITADO(A) por todo conteúdo da petição inicial (anexa), para,, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sendo ainda V. Sa. INTIMADA da R. Decisão (anexa). Fica V. Sa. advertida que não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição inicial (art. 285 do CPC). Despacho: "(...) com fulcro nos art. 125, II, do CPC, e art. 5º, LVIII, da CF, caso a parte ré se manifeste pela necessidade de perícia, desde já arbitro os honorários periciais provisórios em R\$ 150,00, devendo a parte ré promover de imediato o seu recolhimento, no prazo da contestação, sob pena de indeferimento da perícia"

BOA VISTA, 9 de Janeiro de 2014.

Iago Gomes de Almeida

(assinado eletronicamente)

Por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível de Boa Vista

OBSERVAÇÃO:

1. Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para se habilitar neste sistema a documentação (procurações, autos de preposição, contestações) pertinente diretamente pelo sistema em arquivos com no máximo 3MB cada.

2. Caso o Advogado/Defensor/Procurador não esteja cadastrado no sistema PROJUDI, enviar em conteúdo com a seção de Atendimento ao Processo Eletrônico.

Localizada no prédio anexo do Fórum Adv. Sobral Pinto, horário comercial. Informações adicionais: seg@tjrr.jus.br ou (95) 3198-4733.

15445 835 027/2014 4 6022303 9 6082030 1002 11 0908 000000 00

17/1 002700 0001 0000/00/07 00000000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA - PROJUDI
Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - 2º andar - Centro - BOA VISTA/RR - CEP:
69.301-380 - Fone: (95) 3198-4755 - E-mail: v4cv@tjrr.jus.br

Processo n.º: Sprocesso.getNumeroProcessoFormatado()

DESPACHO

I - Defiro a assistência judiciária (*anote-se*);

II - Cite-se no procedimento sumário, por AR, com as advertências de lei, para que a contestação seja apresentada em 15 (quinze) dias.

III - Considerando que ficou constatado diante de inúmeras audiências de conciliação já realizadas neste juízo, que os advogados e os prepostos, na maioria maciça dos casos não estão autorizados a apresentar propostas de acordos pelas Seguradoras, verifica-se que a designação de audiências de conciliação, as respectivas intimações e a realização das mesmas, são atos desnecessários e infrutíferos, acarretando também gastos desnecessários à Justiça, além de ocuparem lugar na pauta de audiência, os quais poderiam ser utilizados para antecipação de outras audiências mais necessárias e urgentes. Em face disso, restou demonstrado que a salutar conciliação nunca poderá ocorrer nestes casos. Por essas razões, não será designada audiência de conciliação, até porque a conciliação (transação) pode ser apresentada a qualquer momento pelas partes, não havendo, portanto, prejuízo (REsp 242.322-SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJU de 15/05/00).

IV - Transcorrido o prazo para a defesa, com ou sem manifestação, certifique-se e, com fulcro nos art. 125, II, do CPC, e art. 5º, LVIII, da CF, caso a parte ré se manifeste pela necessidade de perícia, desde já arbitro os honorários periciais provisórios em R\$ 150.00, devendo a parte ré promover de imediato o seu recolhimento, no prazo da contestação, sob pena de indeferimento da perícia, até porque como a presente demanda tramita sob o rito sumário deve o réu, em sua defesa, apresentar os quesitos e a indicar assistente técnico, conforme exigência do art. 278 do CPC, sob pena de preclusão consumativa. E, havendo o recolhimento dos honorários periciais, façam os autos conclusos para nomeação de perito.

V- Cumpra-se com urgência.

VI - Após o cumprimento das determinações, venham os autos conclusos.

P. R. L.

Data constante do sistema.

Rodrigo Bezerra Delgado

Juiz Substituto

BOA VISTA-RR, Sdata.dataPorExtenso()



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA RORAIMA

ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado Rua Iugoslavia, N°403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR, na Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, por seu advogado que esta subcreve, vem perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO VALOR DO SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT)

em face da **CAPEMISA – SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 08.602.745/0001-32, com endereço na Cidade de Boa Vista/RR, na Av. Major Williams, 632/A, Bairro São Pedro, CEP: 69301-110, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado em Boa Vista, Estado de Roraima, por seu advogado que esta subcreve, vem perante Vossa Excelência, propor

Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte autora em data de 22/08/2013, deixando-a com incapacidade permanente, devido a FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO, conforme laudos em anexo.

em face da **CAPEMISA – SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 08.602.745/0001-32, com endereço na Cidade de Boa Vista/RR, na Av. Major Williams, 632/A, Bairro São Pedro, CEP: 69301-110, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

Dentre as provas documentais apresentadas, o (a) autor (a) juntou:

I – DOS FATOS
Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte autora em data de 22/08/2013, deixando-a com incapacidade permanente, devido a FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO, conforme laudos em anexo.

- (X) RG e CPF;
- (X) RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA;
- (X) PRONTUÁRIO DO HOSPITAL;
- (X) DECLARAÇÃO DE POBREZA;
- (X) POSSUI RAIOS-X, QUE PODERÁ SER APRESENTADO NA PERÍCIA.

Efetivamente o promovente não recebeu nenhuma importância a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme poderá ser constatado no processo DPVAT de sinistro, no sítio oficial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a seguradora CAPEMISA - SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA a empresa ré.

II - DO VALOR INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, e pessoas transportadas ou não, é clara quando dispõe que o seguro obrigatório deve indenizar o segurado-vítima em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, senão vejamos:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e" (grifo nosso)

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre, Excelência, que a parte promovente efetivamente não recebeu nenhuma importância, então, diante das fraturas acima mencionadas, ela faz jus a

resposta da assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme demonstra a legislação abaixo.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

E assim dispõe a Súmula nº 257 do STJ:

De acordo com a Súmula do STJ, a falta de simples prova do acidente e do dano decorrente não é motivo para a recusa do pagamento da indenização."

O caso em tela encontra-se maduro para julgamento, pois consta nos autos o prontuário hospitalar e possui Raio-X que comprovam os danos sofridos pela vítima.

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. O relator pode negar seguimento a recurso contra decisão em confronto com jurisprudência dominante do próprio tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de tribunal superior (art. 557 do CPCivil).

3

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.



Nestas situações, é dever do magistrado, ocorrendo a possibilidade, julgar antecipadamente a lide.

Recurso improvido.

ACÓRDÃO. RECURSO IMPROVIDO. UNÂNIME (Agrav. Nº 000.10.000976-0, Câmara Única, Turma Cível, Tribunal de Justiça de Roraima, Relator: Des. Roberto Nunes, Julgado em 14/05/2010)?

Ademais, vale destacar que o nosso Egrégio Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o teto indenizatório previsto na Lei nº 6.194/74, proporcional à extensão das lesões, fracionando-o de acordo com a proporção de invalidez, refere o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA. E QUANTIFICADA. INDENIZAÇÃO FIXADA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DA LESÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

1. Ocorrência de indenização securitária relativa ao seguro DPVAT em razão do grau de invalidez do segurado, refere o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil.

2. O dano moral ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, a ocorrência e consequente reparação de danos morais.

3. Recurso parcialmente provido. Sentença reformada em parte.

(APELAÇÃO CÍVEL Nº 2010.008.9084/0-3, Rel. Juiz Convocado ELAINE BIANCHI, Câmara Única, 3-00/08/2011)

Finalmente, resta provado que a parte promovente faz jus a receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) diante das fraturas que causaram a incapacidade do promovente, como medida de inteira justiça.

razão do transtorno causado à

pessoa em

2. Ocorre, pois, a ocorrência de danos morais, por uma lesão física, não se trata de danos morais, mas de danos físicos, e a indenização deve ser fixada em valor proporcional à extensão das lesões.

3. Recurso parcialmente provido. Sentença reformada em parte.

(APELAÇÃO CÍVEL Nº 2010.008.9084/0-3, Rel. Juiz Convocado ELAINE BIANCHI, Câmara Única, 3-00/08/2011)

Finalmente, resta provado que a parte promovente faz jus a receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) diante das fraturas que

Em face de todo o exposto, requer seja julgada a presente ação ordinária integralmente procedente, tudo para o fim de condenar a Ré a pagar a parte Autora o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, com as devidas atualizações e corrigido monetariamente da data da liquidação do sinistro, e juros legais da data da citação, até a data do efetivo pagamento.

Requer o julgamento antecipado da presente lide, ex vi do artigo 330, I, da Lei Adjetiva Civil, haja vista que se trata de matéria de direito. De sorte que desnecessária a produção de prova em audiência, pode o juiz, nos moldes do artigo 130 do Código de Processo Civil, dispensar as provas que não forem úteis nem necessárias.

Requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com fulcro na Lei 1.060/50, por não possuir a parte autora condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família.

Requer, a citação da Ré, por oficial de justiça, no endereço declinado no início desta exordial, para, querendo, comparecer a sessão de conciliação e/ou contestar os termos da presente ação, sob pena de revelia, a qual deverá ser julgada totalmente procedente para os fins e propósitos acima indicados, com a aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários de advogado, estes na base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), protestando a parte Autora pela oportuna produção de prova testemunhal, documental suplementar, pericial e depoimento pessoal do representante legal da Ré.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Boa Vista, 9 de novembro de 2013.

Requerente: VALDENOR ALVES GOMES

Ré: OAB/RR nº 618

Requerente: VALDENOR ALVES GOMES

5

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), protestando a parte Autora pela oportuna produção de prova testemunhal, documental suplementar, pericial e depoimento pessoal do representante legal da Ré.

Nestes termos,

Pede deferimento.

PROCURAÇÃO

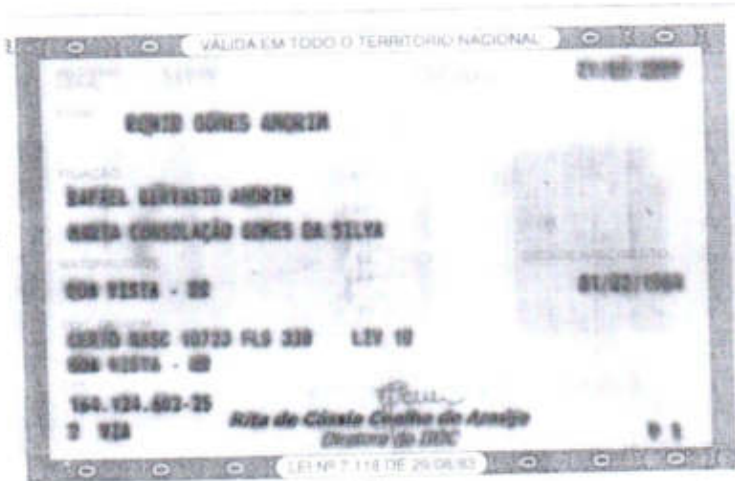
OUTORGANTE: **ROMIR GOMES AMORIM**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iugoslávia, N° 403, Bairro Cauamê, Município de Boa Vista-RR.

OUTORGADO: **Dr. VALDENOR ALVES GOMES**, advogado, casado, inscrito na OAB/RR sob o n° 618, com escritório profissional situado na Rua Maria Rodrigues dos Santos, n° 972, Bairro Asa Branca, CEP. 69.311.210, na Cidade de Boa Vista/RR, onde receberão as devidas intimações.

PODERES: Para o foro em geral e os da cláusula ad-judicia, mais os ressalvados no art. 38 do CPC, exceto para receber citação. Para propor, no interesse do outorgante; em qualquer instancia, juízo ou tribunal, as ações que se fizerem necessárias e contestar ou responder as que contra o mesmo for proposta, acompanhando-se até o final julgamento, interpor medidas cautelares, incidentes ou não, efetivas ou provisórias, justificações judiciais, pleitear alvarás ou ordens judiciais para os atos que delas dependam, mandar protestar cambiais e retirá-las do protesto, promover notificações ou interpelações judiciais, patrocinar os interesses do outorgante, procedimentos administrativos junto a quaisquer repartições públicas ou autárquicas, assinando papéis e documentos, intimações, acordar, discordar, receber e dar quitação de valores, transigir, desistir, renunciar ao direito, sobre o que se funda a ação, firmar compromisso, requerer a extinção ou suspensão do processo. Podendo ainda, desempenhar suas atividades profissionais junto ao órgão da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios. Podendo ainda substabelecer.

Boa Vista – Roraima, 28 de outubro de 2013.


ROMIR GOMES AMORIM



PMRR - BPM

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

SÉRIE J

075458

Vtr 418	SUCp 1ª CIA	Data 22.09.13	S/Setor OESTE	H/Transm 20:05	H/Ini 20:05	CH/h 20:10	H/Fin 22:10	
Cód. Oc 1001-1003	Cód. Prov 13999	Cód. Ser. Prest. —	Km/ini 140.232	Km/Fin 140.232				

LOCAL DA OCORRÊNCIA

Av. Rua WALMIR P. ROCHA / ORINEU F. LIMA 116 Bairro CEARÁ

PESSOAS RELACIONADAS

1	ENVOJADO	Nome	ANTONIO MAURICIO DA SILVA	Idade	31	E. Cnt	SOLT.
	Endereço	RUA - DINO MESQUITA Nº 133 B. JARDIM GARDIA					
	Edt. RG	0178026926012	Edt. CNH	05359822099	Profissão	AUTÔNOMO	
2	ENVOJADO	Nome	EDMIR GOMES AMORIM	Idade	49	E. Cnt	CASADO
	Endereço	RUA - JUGUSLAVIA Nº 403 BAIRRO CAUÊ					
	Edt. RG	NÃO PORTRAR	Edt. CNH	—	Profissão	AUTÔNOMO	

3	Nome		Idade		E. Cnt	
Endereço						
Edt. RG	CNH		Profissão			
4	Nome		Idade		E. Cnt	
Endereço						
Edt. RG	CNH		Profissão			
5	Nome		Idade		E. Cnt	
Endereço						
Edt. RG	CNH		Profissão			
6	Nome		Idade		E. Cnt	
Endereço						
Edt. RG	CNH		Profissão			



ARMAS, OBJETOS, VALORES, MATERIAIS, APREENDIDOS

1	Nome		Idade		E. Cnt	
Endereço						
Edt. RG	CNH		Profissão			
2	Nome		Idade		E. Cnt	
Endereço						
Edt. RG	CNH		Profissão			

RECEBI CONDUZINDO (S) MATERIAL (AIS) ACIMA ANOTADOS

ASSINATURA: *[Assinatura]* CARGO: A7C LOCAL: *[Assinatura]*
 Senhor: *[Assinatura]* DELEGADO DO 3º D.F. POROS ACIONADO VIA COPS
 PARA OBTIVER UMA OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO. AO CHE
 GAR NO LOCAL O CONDUTOR DO CARRO PAIO DO COR AZUL
 DE PLACA JWE-8299 RELATOU QUE; TRAFEGAVA NA RUA
 WALMIR PEREIRA ROCHA NO SENTIDO BENTRO BAIRRO
 E O CONDUTOR DA MOTOCICLETA: FAN 125 DO COR PRE
 TO DE PLACA - NAT - 7103 TRAFEGAVA NA RUA ORINEU
 FERREIRA LIMA NO SENTIDO CARLOS PEREIRA DE NE
 LO CAUÊ QUANDO VEIO A COLIDIR COM O VEICU
 LO PAIO. O CONDUTOR DA MOTOCICLETA FOI REMOVI
 DO PELO RESGATE PARA O P.S.E. COM FRATURA
 EXPOSTA NA PERNA DIREITA. FOI FEITO A PERICIA
 OS VEICULOS FORAM LIBERADOS NO LOCAL.

ASSINATURA	WAPICHAND	Nº	21.257-3	Posto/Grad	3ºSGT PM	SUOp	1ª CIA 2ª BPM
RELATOR							

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
 validade do documento de acordo com a legislação em vigor em 11/01/2019: D153-2N1D8W8XVW

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 56999 SSP/RR, CPF 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iugoslávia, N° 403, Bairro Cauamê, Município de Boa Vista-RR.

Declaro para os devidos fins Legais que sou hipossuficiente financeiramente na forma da lei (Lei nº 1.060/50, artigo 5º parágrafo 4º) não dispondo de recursos ou condições para arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo ao meu próprio sustento e de minha família.

Por este motivo, suplico a vossa excelência, que se digne em conceder os benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com artigo 1º, Lei nº 5478, de 25 de julho de 1968.

Pelo qual firmo a presente declaração ciente de todas as condições legais.

Boa Vista – RR, 28 de outubro de 2013.



ROMIR GOMES AMORIM



0801667-88.2013.8.23.0010

https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/processo/juntarDocumento.do?action...

Operação realizada com sucesso.

Protocolo: 869733620140213142329

Processo 0801667-88.2013.8.23.0010 -

(96 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Dados do Processo

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realçar Movimentos de:

Magistrado

Servidor

Advogado

Promotor

Procurador

Outros

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
15	13/02/2014 14:23:29	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES Advogado
<div><div>Arquivo: Restrição na Visualização</div><div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div><div>Restrição na Visualização</div><div>Sigilo Mínimo</div></div>			
<div><div>Arquivo: Restrição na Visualização</div><div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div><div>Restrição na Visualização</div><div>Sigilo Mínimo</div></div>			
<div><div>Arquivo: Restrição na Visualização</div><div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div><div>Restrição na Visualização</div><div>Sigilo Mínimo</div></div>			

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006

Validação deste em https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5Q3 LP53L 2NXDP W8XXY





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº **0801667-88.2013.8.23.0010**
Requerente: **ROMIR GOMES AMORIM**
Requerida: **DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA
S/A**

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 58.768.284/0001-40, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1489, 11º andar, Campos Elísios, São Paulo/SP, por seus advogados que ao final assinam (mandato incluso), com escritório no endereço abaixo impresso, onde recebem intimações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar:

CONTESTAÇÃO

à pretensão indenizatória aforada por **ROMIR GOMES AMORIM**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. Resumo da Inicial:

A parte Requerente alega ter sofrido acidente de trânsito em **22/08/2013**. Em decorrência deste pleiteia por indenização, atribuindo à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Destarte, a pretensão esboçada pela parte Requerente não merece prosperar, em razão da necessidade de auferir o grau da lesão acometida pela vítima, **nos termos da Medida Provisória nº 451/2008 convertida na Lei nº 11.495/2009**, e pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

2. PRELIMINARMENTE:

DA NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO

Cumpre informar que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-4, assumiu em 01/01/2008, a liderança dos consórcios de que tratam a Resolução nº 154/2006, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), conforme contido em seu art. 5º, §3º¹, bem como pelo que estabelece o art.

¹ Art. 5º (...) §3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo.





2º da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/20072. Nesse contexto, as seguradoras consorciadas ao Seguro DPVAT passaram a ser acionistas da Seguradora Líder.

Logo, requer a) a substituição do pólo passivo nos termos do artigo 41 do Código de Processo Civil, pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, b) seja alterada a autuação, bem como, c) as anotações de distribuição.

DA JUDICIALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO DOS SINISTROS ENVOLVENDO O SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Primeiramente, o Requerente em momento algum buscou a indenização junto a Seguradora, optando diretamente pela via judicial.

O fenômeno da judicialização é um assustadoramente comum, sendo que em 2012, das 151 mil ações ajuizadas, que versam sobre a indenização do seguro DPVAT, aproximadamente 48% (quarenta e oito por cento) foram distribuídas sem o pleito administrativo, isto é, sem o conhecimento da seguradora a respeito destes sinistros.

Salta aos olhos de que qualquer observador atento, a desconsideração do procedimento junto a seguradora. Tal observação nos guia a uma situação curiosa, e ainda sem resposta: por quais motivos os sinistrados buscam diretamente o amparo do Poder Judiciário, sendo que é de conhecimento público que os Tribunais estão por anos acumulados na análise de processos e que não poderão dar vasão célere a essas demandas?

Para além das questões sociais envolvidas na judicialização, devemos focar em conclusões palpáveis e lógicas. O artigo 5, §1º, da Lei 6.194/1974, estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para que a Seguradora possa efetuar a análise de documentos, a efetivação de perícia e responder ao sinistrado a respeito do pagamento ou não da indenização do seguro DPVAT. De outro lado, em regra, o Poder Judiciário confere a Seguradora o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de contestação.

Considerada a judicialização, a seguradora terá menos tempo para a análise da documentação apresentada e, de modo geral, não optará pelo pagamento da quantia pleiteada, visto a incoerência de alguns pedidos dos autores, tornando, dessa forma, mais oneroso e moroso o recebimento da indenização devida.

Processualmente, a judicialização é o equivalente a falta de interesse de agir do Requerente, requisito essencial a tutela jurisdicional. A ausência do interesse de agir caracteriza a carência da ação, conforme disposto no artigo 301, X, CPC, devendo acarretar na extinção do processo sem o julgamento do mérito.

No sentido da necessidade do pedido administrativo prévio, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que foi Relator o Ministro Paulo de Tarso SANSEVERINO, foi proferido o seguinte acórdão:

2 Art. 2º. Ratificar que a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, exerce a função de entidade líder dos consórcios de que trata o art. 5º. Da Resolução CNSP n. 154, de 08 de dezembro de 2006.





"DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. (...) AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 936.574-SP."

Diante do exposto, requer seja extinto o presente processo, ante a ausência do interesse de agir, conforme estabelecido pelo Art. 267 do Código de Processo Civil (CPC).

DA ILEGIBILIDADE DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Como de praxe, há necessidade de que a inicial esteja devidamente instruída de provas suficientes à comprovação da veracidade das alegações. O amparo legal de tal pilar processual encontra-se no artigo 282 e 283 do CPC:

Art. 282 – A petição inicial indicará:

VI – as provas com que o Autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; (...)

Art. 283- A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis a propositura da presente ação;

Nos termos do artigo 267, inciso I, do CPC, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito e indeferida a petição inicial por falta de documentos indispensáveis à propositura da ação:

Art. 267 – Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I – quando o juiz indeferir a petição inicial;

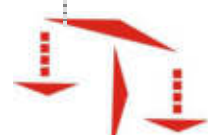
Os documentos obrigatórios por força de Lei têm o escopo de comprovar: **a)** quem são os legítimos beneficiários do sinistro (influenciando diretamente na legitimidade para propor a demanda); **b)** o real local do sinistro (o que indica o foro competente para processar e julgar a causa, por força do artigo 100, parágrafo único, da Lei Processual Civil); **c)** a data do sinistro (para fins de verificação do prazo prescricional); **d)** as lesões sofridas e o grau em que se deram; bem como **e)** a busca pela verdade real, princípio norteador do Direito.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (Seguro DPVAT), com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.441/92 e Lei nº 11.482/07:

Art. 5º – o pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º – A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário – no caso de morte;





b) prova das despesas efetuadas pela vítima com seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais (grifos nossos)

No caso em tela, o documento de identificação da vítima está absolutamente ilegível, tornando impossível a tarefa de estabelecer o real nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a suposta lesão contraída pelo Requerente.

Desta forma, impõe-se ao D. Magistrado o indeferimento da petição inicial de acordo com o artigo 267, inciso I, do Código de Processo Civil, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, bem como a nulidade dos atos processuais, conforme art. 37 do mesmo diploma legal.

3. DO MÉRITO:

DA INVALIDADE DO LAUDO PARTICULAR COMO ÚNICA PROVA PARA DECIDIR O MÉRITO

O Instituto Médico Legal (IML) é o órgão competente para a graduação das lesões oriundas de acidente de trânsito, de modo que, laudos emitidos por diferentes institutos carecem de legitimidade.

Entretanto, a competência para a elaboração de laudos médicos que graduem tais lesões não é o único aspecto a ser considerado quando se trata de laudos particulares.

O Artigo 5º, LV da Constituição Federal, assegura o contraditório e ampla defesa, em processos administrativos ou judiciais. Vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

A admissão do laudo particular como prova da graduação de lesão colide diretamente com esse conceito norteador do direito brasileiro, vez que não foi disponibilizada à Requerida, a oportunidade de acompanhar e até mesmo contraditar a elaboração do mesmo, caracterizando o cerceamento de defesa.

Neste sentido, destaca-se o entendimento do Des. Relator Júlio Vidal da 28ª Câmara do TJSP, ao proferir acórdão em sede de apelação n. 9120797-71.2008.8.26.0000, em 13/12/2011, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COBRANÇA.. EXAME DE CORPO DE DELITO COMPLEMENTAR EFETUADO PELO IML, NO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE





POLÍCIA CIENTÍFICA. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL - AINDA QUE HAJA, NOS AUTOS, EXAME EFETUADO PELO IML ATESTANDO A INVALIDEZ DO AUTOR, O GRAU DA MESMA DEVE PRECEDER DE PERÍCIA JUDICIAL, COMO O REQUERIDO PELA RÉ, JÁ QUE NÃO HOUE, POR PARTE DA SEGURADORA, PARTICIPAÇÃO NO LAUDO APRESENTADO, O QUE CARACTERIZARIA CERCEAMENTO DE DEFESA. SENTENÇA QUE DEVE SER ANULADA, COM O FIM DE REMETER OS AUTOS À ORIGEM PARA QUE SEJA NOMEADO PERITO OFICIAL NO SENTIDO DE QUE PROVIDENCIE LAUDO MÉDICO, COMO DE RIGOR, COM AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO CASO, ESPECIALMENTE QUANTO AO GRAU DE INVALIDEZ EXPERIMENTADO PELO AUTOR, PARA FINS DE PAGAMENTO DA DIFERENÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO

No corpo do acórdão:

se faz necessária a realização de perícia judicial, na presente data, para se aferir se as sequelas foram consolidadas, e, consequentemente, o grau de invalidez do autor, além do laudo apresentado não ter sido elaborado com o acompanhamento da ré, ou seja, foi efetuado a sua revelia, o que estaria a caracterizar cerceamento de defesa, mesmo porque a perícia foi requerida pela mesma, inclusive com quesitos a serem respondidos.

Ainda, "A ausência de provas que comprovem a invalidez permanente, atrelada ao fato de que o Laudo Médico foi emitido unilateralmente por médico particular, enseja a improcedência do pedido" é o entendimento do Des. Relator Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª CC do TJPE, ao proferir acórdão em sede de recurso de apelação n. APL 2931720098171000, em 13/10/2011:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML OU PERÍCIA JUDICIAL - LAUDO EMITIDO UNILATERALMENTE POR MÉDICO PARTICULAR - IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO. NEGADO PROVIMENTO -DECISÃO UNÂNIME.

A ausência de provas que comprovem a invalidez permanente, atrelada ao fato de que o Laudo Médico foi emitido unilateralmente por médico particular, enseja a improcedência do pedido. Sentença que julgou improcedente o pedido por ausência de provas há de ser mantida. NEGADO PROVIMENTO- DECISÃO UNÂNIME

Assim, o laudo particular não é documento hábil a demonstrar a invalidez acometida pela parte Requerente ou para desconstituir o parecer administrativo realizado.

DA NECESSIDADE DE PERICIA COMPLEMENTAR A SER REALIZADA PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Em consonância com a legislação vigente, evidente a necessidade de perícia para a comprovação da existência de lesão permanente, bem como, sua exata graduação. Assim, estabelece o §5º, art. 5ºda **Lei nº 11.945/2009**:





O **Instituto Médico Legal** da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Resta claro a necessidade de perícia a ser realizada ou complementada pelo **INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML**, por ser o órgão competente, idôneo e imparcial. Relevante também se faz, **as especificações impostas pela Medida Provisória nº 451/2008 de 16/12/2008, que posteriormente, foi convertida na Lei nº 11.945/2009 em 04/06/2009.**

O laudo apresentado pelo perito deverá atribuir o exato percentual da invalidez aduzida pela parte Requerente.

Neste tocante, decidiu o **Colendo Superior Tribunal de Justiça** sobre a necessidade de se auferir o grau de invalidez da vítima para que possa ser pago o seguro obrigatório, *in verbis*:

(...) Em primeiro, verifica-se que o entendimento do Tribunal local sobre a existência de invalidez permanente parcial e sua extensão, equivalendo a 25% da importância segurada, baseou-se na análise do conjunto probatório carreado aos autos. (...) De outro lado, sobre a tese da possibilidade de cobertura parcial do DPVAT, proporcionalmente ao grau de invalidez, ela se me afigura correta, considerando que o § 5º do art. 5º da Lei 6.194/1974, com a nova redação dada pela Lei 8.441/1992, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que: (...) **Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez. (...)³.**

Ainda, a Corte sobre o enunciado do inc. II, art. 3º, da Lei nº 6.194/74 no que diz respeito ao limite da indenização.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.395.349 - MS (2011/0010916-0). RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. AGRAVANTE: REAL SEGUROS S/A. ADVOGADO : EDYEN VALENTE CALEPIS E OUTRO(S). AGRAVADO: LUIZ TADEU SANCHES. ADVOGADO: ELTON LOPES NOVAES E OUTRO(S). EMENTA. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.** - Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. - Agravo de instrumento conhecido para dar provimento ao recurso especial. Brasília (DF), 17 de maio de 2011.

STJ - RECLAMAÇÃO Nº 5.427 - MT (2011/0039489-0) RECLAMAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. Reclamação sob o viés uniformizador

3Agravado de Instrumento Nº 1.085.419 - RS (2008/0191976-2), Relator MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR publicada do Diário da Justiça em 06/02/2009.



da jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais, reconhecida sob transitória competência desta Egrégia Corte quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572-8/BA, cujo procedimento fora regulamentado pela Resolução n. 12/09-STJ. Dissídio evidenciado. Tratando-se de invalidez parcial, a indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

Portanto, faz-se necessária a perícia médica detalhada, por se tornar temerário o prosseguimento do feito sem a realização da mesma.

O Laudo, que deverá ser realizado pelo IML (art. 5º, §5º da Lei nº 6.194/1974⁴), determinará o grau da lesão, que será correspondente ao resultado da seguinte operação:

Valor máximo da indenização (R\$ 13.500,00)
(x)
% da Tabela para Cálculo da Indenização em Invalidez Permanente
(x)
% de invalidez indicado pelo médico

DO VALOR INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945/2009 E SÚMULA 474 DO STJ

Cumprе esclarecer que o seguro DPVAT tem como finalidade amparar as vítimas de acidente de trânsito, e não ressarcir a vítima de todos os prejuízos que sofreu.

Corroborando com a tese, a Medida Provisória nº 451/2008, alterou o texto da Lei do seguro obrigatório DPVAT, com intuito de fixar tabela de graduação para invalidez permanente proferida de outros atos normativos, conforme já exposto anteriormente e hoje esta em vigor produzindo seus efeitos desde 04.06.2009 a **Lei nº 11.945/09**.

Cumprе explicar que a referida legislação atribuiu maiores benefícios as vítimas que sofreram maiores danos, com intuito de fornecer maior clareza e segurança jurídica, respeitando o princípio da proporcionalidade:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4§ 5º. O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.



§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

§ 2º. O seguro previsto nesta Lei não contempla as despesas decorrentes do atendimento médico ou hospitalar efetuado em estabelecimento ou em hospital credenciado ao Sistema Único de Saúde - SUS, mesmo que em caráter privado, sendo vedado o pagamento de qualquer indenização nesses casos. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008). Assim, ressalta-se que a tabela mencionada se encaixa nos patamares de transparência e segurança, com intuito de graduar as lesões sofridas pelas vítimas, além de obstar possíveis desigualdades por aplicação de critérios arbitrários.

Assim as indenizações serão auferidas exatamente nos termos do art. 3º da legislação aplicada, sendo de **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) conforme graduação da invalidez sofrida pela vítima.

Neste sentido, cabe destacar a súmula 474 do STJ, publicada após aprovação na 2ª Seção de direitos privados ocorrida em 13/06/2012, que tem a seguinte disposição:

Súmula 474: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

O sinistro ocorreu na vigência da **Lei 11.945/09⁵**, portanto, o pagamento da indenização do seguro obrigatório deve respeitar os **critérios de graduação da invalidez**, conforme a tabela abaixo:

ANEXO - [Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008.](#)
(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	

⁵ Medida Provisória 451/08 convertida em Lei n. 11.945/09.



Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Destarte, eventual condenação deve ser calculada considerando a o teto máximo indenizável, qual seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na proporção da invalidez ocasionada pelo sinistro conforme a tabela acima.

DO NÃO CABIMENTO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

O instituto jurídico do julgamento antecipado da lide encontra esteio, como se sabe, no artigo 330 do Código de Processo Civil Brasileiro. É aplicável nas hipóteses de revelia e naquelas em que a discussão verse sobre matéria de direito ou sobre de matéria de direito e de fato, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:

- I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência;
- II - quando ocorrer a revelia.

Saliente-se que a conjunção "e" tem natureza aditiva, de modo que, além de tratar de questão exclusivamente de direito, o processo deverá está também devidamente preparado para imediato julgamento, o que não ocorre nestes autos, devido à necessidade de dilação probatória quanto à invalidez permanente.

Acerca do exposto, vejamos o entendimento de Theotônio Negrão, em comentários ao art. 330 do Código de Processo Civil:





"O preceito é cogente: 'conhecerá', e não poderá conhecer; se a questão for exclusivamente de direito, o julgamento antecipado da lide é obrigatório. Não pode o juiz, por sua mera conveniência, relegar para fase ulterior a prolação da sentença se houver desnecessidade de ser produzida prova em audiência. "

Observe-se, na interpretação do artigo 330, I, CPC, que havendo fatos a serem comprovados, a jurisprudência vem se posicionando no sentido de que o magistrado não pode julgar antecipadamente a lide, desprezando a produção de provas, ao constatar que o acervo documental acostado aos autos não possui suficiente força probante para nortear e instruir seu entendimento.

Assim sendo, não há que se falar em julgamento antecipado da lide, uma vez que a falta da perícia acima descrita não supre os requisitos do art. 330, CPC.

Ademais, **a não realização da prova complexa implica em confronto direto ao melhor entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em especial a Súmula nº 474, conforme já apontado anteriormente, ao mencionar a necessidade de auferir se há invalidez permanente e qual sua extensão, não sendo possível ao Douto Magistrado julgar o feito antecipadamente.**

DA EVENTUAL INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Em caso de eventual condenação, desde logo requer a aplicação do entendimento predominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça no que tange a incidência da **correção monetária a partir da propositura da demanda**, senão vejamos:

CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMOS INICIAIS. AJUIZAMENTO E CITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. I. **No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação e a correção monetária desde o ajuizamento.** Precedentes. II. Recurso Especial conhecido e provido. 6

Ainda, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 acerca da incidência dos **juros de mora a partir da citação**:

Súmula nº 426: OS JUROS DE MORA NA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT FLUEM A PARTIR DA CITAÇÃO. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.

Por todo o exposto conclui-se que em caso de eventual condenação, a data do início da correção monetária deverá incidir tão somente da data da propositura da presente demanda, bem como os juros de mora da citação da Requerida.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DA LEI DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

6STJ; REsp 1.008.556; Proc. 2007/0275405-1; SP; Quarta Turma; Rel. Min. Aldir Guimarães Passarinho Junior; Julg. 20/05/2008; DJE 23/06/2008)





Denota-se, que a parte Requerente pleiteia o benefício da justiça gratuita, nesse passo, cumpre frisar que a Lei nº 1060/1950, determina que os honorários de sucumbência não possam ultrapassar o patamar de 15%, nos exatos termos do artigo 11, parágrafo primeiro.

4. DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer:

- a) A substituição do polo passivo pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A;**
- b) O indeferimento da petição inicial pela falta de documentos indispensáveis à sua propositura, extinguindo-se o feito sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I c/c art. 283, ambos do Código de Processo Civil;
- c) Extinção do feito sem julgamento de mérito de acordo com o art. 267, inciso VI, CPC, uma vez que a Requerente é carecedor da ação, já que não se vislumbra aos autos pretensão resistida da Requerida;
- d) Sucessivamente, pugna pela realização de prova pericial pelo IML com intuito de auferir o exato grau de invalidez acometido pela parte Requerente ou a condenação da parte Requerente ao custeio de eventual prova pericial a ser realizada, uma vez que é seu o ônus em comprovar a invalidez permanente e total;
- e) Em caso de eventual condenação, requer a aplicação da invalidez permanente na proporção da Tabela de Indenização instituída pela Medida Provisória nº 451/2008 e convertida na Lei nº 11.945/2009, **juros de mora a partir da citação e correção monetária tendo com termo inicial a data da propositura da demanda**, pelos argumentos apresentados através dos fundamentos, legislação, doutrinas e jurisprudências;
- f) O não cabimento do julgamento antecipado, devido à necessidade de dilação probatória quanto à invalidez permanente da parte autora, para só posteriormente, a demanda estar apta a um pronunciamento jurisdicional, assegurando a aplicação para os litigantes dos princípios constitucionais que norteiam toda relação jurídica processual;
- g) "*Ad cautelam*", requer o uso de todos os meios de prova em Direito admitidos e que se mostrarem relevantes para o esclarecimento dos fatos.
- h) Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RO nº 5369.

***Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 12 de fevereiro de 2014.***






Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RO nº 5369


Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800

QUESITOS

1. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente de caráter definitivo?
2. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
3. Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
4. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado nos termos da legislação vigente?
5. Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
6. Sendo negativa a resposta ao item "5", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?



0801667-88.2013.8.23.0010

https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/processo/juntarDocumento.do?action...

Operação realizada com sucesso.

Protocolo: 891005220140324131714

Processo 0801667-88.2013.8.23.0010 -

(135 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Dados do ProcessoPartesMovimentaçõesApensamentos (0)Vínculos (0)

Realçar Movimentos de: Magistrado Servidor Advogado Promotor Procurador Outros

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
21	24/03/2014 13:17:14	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES Advogado
<div>Arquivo: Restrição na VisualizaçãoAss.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,Restrição na VisualizaçãoSigilo Mínimo</div>			



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 4ª(º)
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0801667-88.2013.8.23.0010

Autor: ROMIR GOMES AMORIM

Réu: DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para requerer a juntada do comprovante de pagamento no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente aos honorários periciais.

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, 393-A/RR.

***Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 18 de março de 2014.***

ALVARO LUIZ FERNANDES

OAB/RO 5369



Recibo de Depósito para a Solcitação 10522523

Página 1 de 1



DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0800114755222	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF/DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		12-03-2014	3797-4	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	NUMERO DO PROCESSO		TRIBUNAL
07-03-2014	10522523	80166793920138230010		TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
BOA VISTA		4 VARA CIVEL	REU	150,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO PESSOA	CPF/CNPJ
CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A			JURÍDICA	08.602.745/0001-32
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE			TIPO PESSOA	CPF/CNPJ
ROMIR GOMES AMORIM			FÍSICA	16412460225
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
41BB6402F41B163C				



0801667-88.2013.8.23.0010

https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/processo/juntarDocumento.do?_tj=72...

Operação realizada com sucesso.

Protocolo: 1046095220141105143737

Processo 0801667-88.2013.8.23.0010 -

(361 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

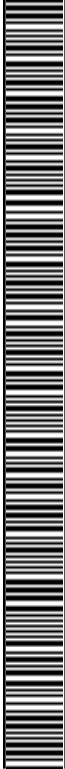
Justiça Gratuita: Sim

Dados do Processo	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realçar Movimentos de:</div> <div>Ocultar Movimentos:</div>	<div><div>Magistrado</div><div>Servidor</div><div>Sem Arquivo</div></div>	<div><div>Advogado</div><div>Hab. Provisória</div></div>	<div><div>Promotor</div><div>Procurador</div></div>	<div><div>Outros</div><div>Audiência</div></div>

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div></div> 54	05/11/2014 14:37:37	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES Advogado
<div><div>54.1 Arquivo: Restrição na Visualização</div><div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div><div>Restrição na Visualização</div></div>			

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006

Validação deste em https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5Q3 LP53L 2NXDP W8XXY





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 2ª(O)
VARA DE COMPETENCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0801667-88.2013.8.23.0010

Autor: ROMIR GOMES AMORIM

Réu: DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

DPVAT - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para informar o cumprimento do acordo realizado entre as partes, conforme comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 8.724,37 (oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos).

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES.

***Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 24 de outubro de 2014.***


Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A



Recibo de Depósito para a Solcitação 10648159

Página 1 de 1



DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL 4000133309189	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 30-10-2014	AGÊNCIA (PREF/DV) 3797-4	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 30-10-2014	Nº DA GUIA 10648159	NUMERO DO PROCESSO 80166793920138230010		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA BOA VISTA		ORGÃO/VARA 2 VARA CIVEL RESIDUAL	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 8.724,37
NOME DO RÉU/IMPETRADO CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A			TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 08.602.745/0001-32
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE ROMIR GOMES AMORIM			TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 16412460225
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA BF1683F0B3493F32				

BE1683E0B3493F32



PROJUDI - Processo: 0801667-88.2013.8.23.0010 - Ref. mov. 36.1 - Assinado digitalmente por Francisco Firmino dos Santos
27/05/2014: JUNTADA DE LAUDO. Arq: Laudo Pericial

AValiação Médica PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31º da Lei 11.945 de 2009 que altera a Lei 8.194 de 14/12/1994)

Informações da Vítima

Nome completo: Romário Gomes Amorim
CPF: _____
Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: _____
Data do Acidente: 1/1/14

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____ para pagamento da indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

Local, data:

Romário Gomes Amorim
Assinatura da vítima

Aviação Médica

I) Há lesão pela etiologia (origem, causas) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corpora(l)s encontra(m)-se acometida(s):

miembros superiores e inferiores

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

com tratamento cirúrgico e ortopédico

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

continua em coluna lateral

PROJUDI - Processo: 0801667-88.2013.8.23.0010 - Ref. mov. 36.1 - Assinado digitalmente por Francisco Firmino dos Santos
27/05/2014: JUNTADA DE LAUDO. Arq: Laudo Pericial

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatómico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatómico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

claudicação edêmica do membro inferior direito
do membro superior direito

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou do tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
☒ Não.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento, com o(s) sendo gerador(es) do dano(s) anatómico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o apenso constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmara sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total
(Dano anatómico ou funcional permanente que comprometa a integridade do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).
b) ☒ Parcial
(Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatómico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo artigo 3º da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatómico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <u>MEMBRO</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão <u>coluna lombar</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

SP, 05/11/14

Assinatura do médico - CRM.

Dr. Samir A. Xand
MÉDICO
CRM/RJ: 1343

Data: 01/09/2020

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL - PROJUDI

DO CENTRO CÍVICO, 666 - , Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95)
3198-4717 - E-mail: 4vcivelresidual@tjrr.jus.br

CERTIDÃO

Certifico que o recurso de apelação é tempestivo e apresenta preparo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Boa Vista, 01 de setembro de 2020.

ALDENEIDE NUNES DE SOUSA
Analista Judiciária

ATO ORDINATÓRIO

Intimo a parte apelada para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

Boa Vista, 01 de setembro de 2020.

ALDENEIDE NUNES DE SOUSA
Analista Judiciária



01/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 01/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 79) JUNTADA DE CERTIDÃO (01/09/2020)

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

12/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 12/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 11/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 79) JUNTADA DE CERTIDÃO (01/09/2020) e ao evento de expedição seq. 80.

Por: SISTEMA CNJ

02/10/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 02/10/2020

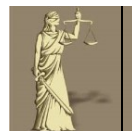
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO
(01/09/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

AUTOS DO PROCESSO: [0811342-65.2019.8.23.0010](#)

RECORRENTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A

RECORRIDO (A): ROMIR GOMES AMORIM

ROMIR GOMES AMORIM, já qualificado(a) nos autos de número supra, por seu procurador que esta subscreve, vem respeitosamente perante V. Exa., apresentar suas **CONTRARRAZÕES A RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto contra sentença proferida nos autos da demanda de indenização por danos morais em epígrafe que move em face do **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, representado judicialmente por seu ilustre procurador, sendo que requer sejam as mesmas recebidas e, com base nestas, seja o mesmo desprovido, com fulcro nas razões em anexo.

Pede e espera deferimento

Boa Vista – RR, 2 de outubro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618N



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

EGREGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

AUTOS DO PROCESSO: [0811342-65.2019.8.23.0010](#)

RECORRENTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A

RECORRIDO (A): ROMIR GOMES AMORIM

VARA DE ORIGEM: 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR

ÍNCLITOS JULGADORES

A r. sentença julgou procedente a **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**, e desta forma, corrigiu-se a injustiça cometida pela a seguradora apelante, que os negou em sede administrativa.

A decisão monocrática deverá ser confirmada na íntegra por este Egrégio Tribunal Justiça, vez que o objetivo da Apelante é meramente protelatório e não poderá prevalecer diante do direito incontroverso da parte Apelada, conforme restará demonstrado.

Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a Recorrida em data de 22/10/2018, conforme laudos em anexo.



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

DO MÉRITO

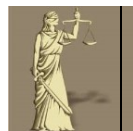
Por não se conformar com a sentença proferida, a Recorrente interpôs recurso de apelação sob a alegação de que o Recorrido “já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outros sinistros ocorridos em **22/08/2013**” referente à fratura me membro inferior, “cujo processo tramitou na 2ª Vara Cível de BOA VISTA, sendo autuado sob o nº. **0801667-88.2013.8.23.0010**”, o que não poderá prosperar, conforme restará demonstrado.

O DPVAT é um seguro de danos pessoais causados por veículo automotor de via terrestre, de caráter obrigatório (art. 20, I, do Decreto-lei 73/66) e social, que visa a amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, sem análise de culpa (art. 5º da Lei 6.194/74), mediante simples prova do acidente e do dano.

A alegação de que os fatos narrados na inicial refere-se à debilidade que já teria sido indenizada por meio de processo que tramitou na “2ª Vara Cível de BOA VISTA, sendo autuado sob o nº. 0801667-88.2013.8.23.0010, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 22/08/2013”, não condiz com a verdade e restará demonstrado.

Excelências, estamos diante de 02 (dois) acidentes diferentes, sendo o primeiro ocorrido em 22/08/2013 e o segundo em 22/10/2018, inclusive, com lesões diferentes, senão vejamos:

1º - ACIDENTE OCORRIDO EM 22/08/2013



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

PMRR - BPM		RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL				SÉRIE J	
		075458					
Vtr	SUCp	Data	S/Setor	H/Transm	H/Ini	CH/h	H/Fim
418	12CIA	22.09.13	OESTE	20:05	20:05	20:10	22:10
Cód. Oc	Cód. Prov	Cód. Ser. Prest	Km/Ini	Km/Fim			
1001-1003	13999	-	140.232	140.232			
LOCAL DA OCORRÊNCIA							
ANEXO 1: WALNIR P. ROCHA / DRINEU F. LIMA II Bairro: GRATIA							
PESSOAS RELACIONADAS							
1. ENVIOLUNDO Nome: ANTONIO MAURICIO DA SILVA Idade: 31 E Civ: SOLT Endereço: RUA - DIAM MESQUITA Nº 133 B. JARDIM GARDIA End. RG: 0128024920012 MAH - 05389822099 Profissão: AUTÔNOMO							
2. ENVIOLUNDO Nome: DOMIR GOMES ALORIM Idade: 49 E-Civ: CASADO Endereço: RUA - JUCUSCLAVIA Nº 408 BAIRRO COQUE End. RG: NÃO POSSUIVA CNH: obstante Profissão: AUTÔNOMO							
3. ENVIOLUNDO Nome: [] Idade: [] E-Civ: [] Endereço: [] CNH: [] Profissão: []							
4. ENVIOLUNDO Nome: [] Idade: [] E-Civ: [] Endereço: [] CNH: [] Profissão: []							
5. ENVIOLUNDO Nome: [] Idade: [] E-Civ: [] Endereço: [] CNH: [] Profissão: []							

22.09.13 / PMRR
 AUTENTICADO
 Contato com o original
 Sandoval - 4544-25002

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAULISTAS
AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO

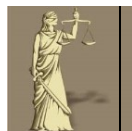
Paciente: ADRIEL GOMES
Tipo Doc: Documentos
Data Nascimento: 01.02.64
Idade: 40
CPF: 9119.9245
Endereço: Rua Irapuã 408 Avaré
Cidade: 408 Avaré
Estado: SP
País: Brasil
Profissão: Engenheiro
Motivo do Atendimento: DOENÇA
Tipo de Atendimento: Urgência
Tipo de Chegada: Próprio
Registro por: RICARDO
Quilômetro Principal: 408 Avaré
Classificação de Risco: SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Nº da Carteira: 408 Avaré
Validade: 408 Avaré
Autorização: 408 Avaré
Sexo: M
Estado Civil: C
Raça/Cor: B
Nacionalidade: B
Tamanho: 1,70
Peso: 70
Pressão: 120/80
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - 14h)
Exame Físico: Exame físico normal, sem alterações.
Hipótese Diagnóstica: Exame físico normal, sem alterações.
SADT - Exames Complementares: Exame físico normal, sem alterações.

te, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006

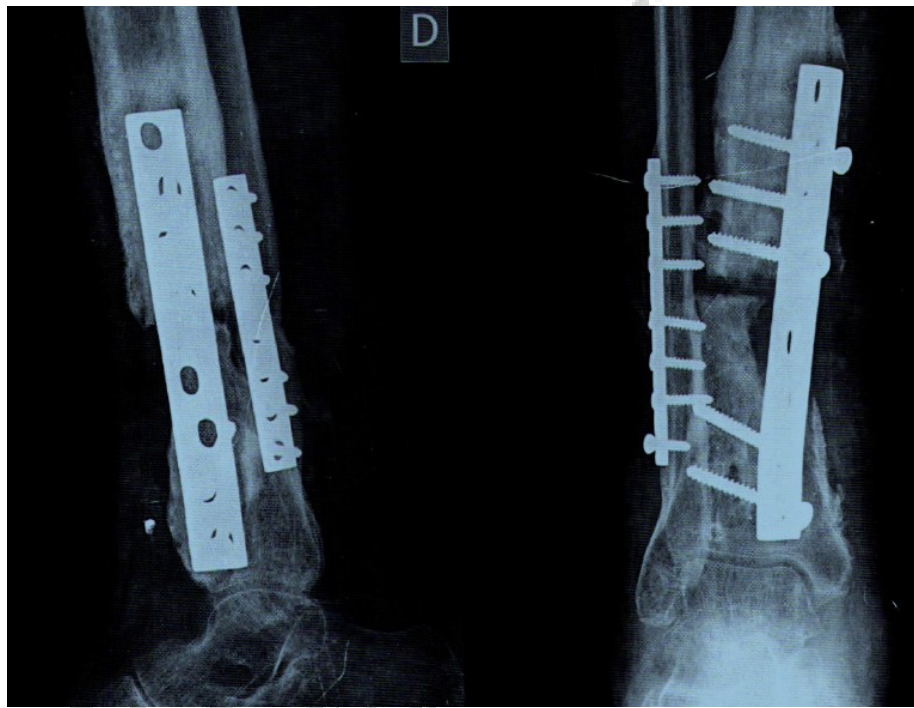
ado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
em <https://projudi.trf.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDVP EJKW8 FCMSJ EGW7R

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projedi.ijr.jus.br/projedi/> - Identificador: PJVRR AL4XM4XHWZ 4TCHR





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA



De acordo com os documentos e fotos acima transcritos, o acidente ocorrido no anos de 2013 causou lesões na perna, mais precisamente abaixo do joelho.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

2º - ACIDENTE OCORRIDO EM 22/10/2018

FICHA DE ATENDIMENTO		TRAUMATOLOGIA	
Paciente	ROMIR GOMES AMORIM	Data Nascimento	01/02/1964
Idade	54 A 8 M 21 D	CNS	700905074078396
Tipo Doc	Documento	Órgão Emissor	SSP/RR
Data Emissão	21/05/2009	M	NAO INFORMADO
Sexo	M	Estado Civil	PARDA
Raça/Cor	BOA VISTA - RR	Naturalidade	BRASILEIRA
Mãe	MARIA DA CONSOLACAO GOMES DA SILVA	Endereço	RUA - ROBERTO COSTA - 272 - NOSSA SENHORA APARECIDA - BOA VISTA - RR
Endereço	RAFAEL GERVASIO AMORIM	Contato	(95) 991663246
Class. de Risco	Plano Convênio	Nº da Carteira	Validade
ACIDENTE DE MOTO	SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	URGÊNCIA	Caráter do Atendimento
Setor	GRANDE TRAUMA	Procedimento Sol.	Registro por
Queixa Principal	Acidente de Motocicleta		
Diagnóstico de Enfermagem	Fratura no Fêmur		
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - : h)	Bela Costa 22/10/2018		
Exame Físico	Deficiência Proximal do Fêmur		
Hipótese Diagnóstica	Fratura do Fêmur		

RECEITUÁRIO

NOME: Romir Gomes Amorim

Laudo
Paciente deu entrada no HGR no
dia 22/10/18, com diagnóstico de
fratura fêmur e deslocamento
encontra-se internado no Bloco B,
leito 220-3, aguardando programação
cirúrgica, impossibilidade de deslocamento
deambulatório
CSA 570-2

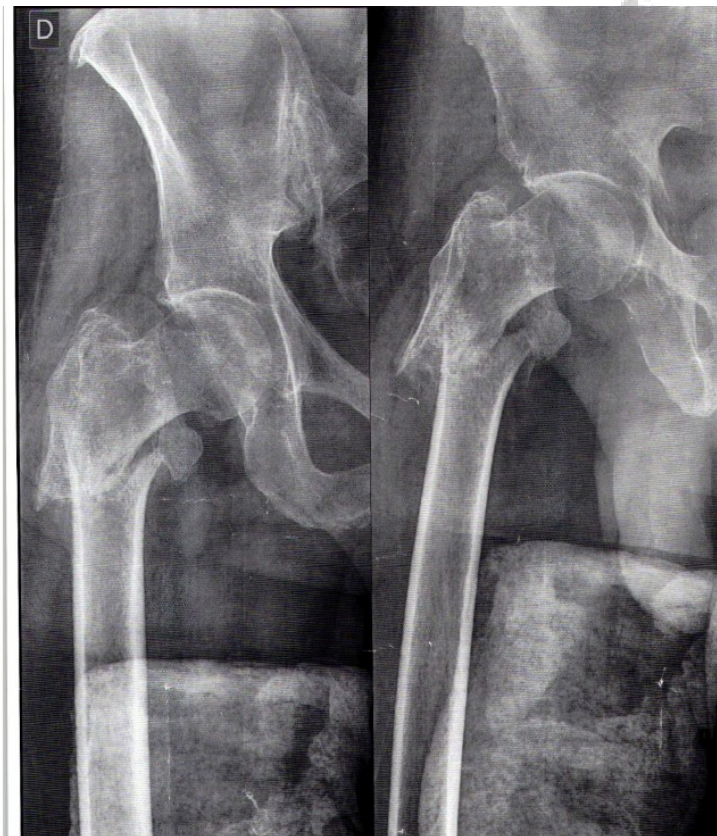
DATA: 1/12/19

Dr. Marcos Aguiar
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RR 14000

Tanto a Ficha de Atendimento quanto o laudo médico acima transcrito,
referente ao acidente ocorrido em 2018, demonstram claramente que este causou
FRATURA NO FÊMUR DIREITO do Recorrido, senão vejamos o RX:



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

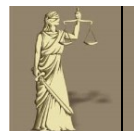


Ora, Excelências, o Fêmur fica localizado acima do joelho, ou seja, utilizando este como ponto referência, conclui-se que as lesões causadas pelos acidentes ocorridos em 2013 e 2018 são totalmente diferentes.

Vale ressaltar, que para fins de indenização do seguro DPVAT, a própria legislação dividiu o corpo humano em várias partes, às quais foram atribuídos valores específicos, então, não deve prosperar os argumentos infundados do recurso interposto.

Diante do exposto, são as presentes contrarrazões para requerer inicialmente o não recebimento do recurso, caso seja conhecido o presente recurso, que seja negado provimento ao mesmo, sendo mantida a r. Sentença prolatada pelo MM. Juiz da honrosa 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista – Roraima.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Outrossim, requer seja majorado os honorários de advogado nos termos do art. 85, § 11, do CPC, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 2 de outubro de 2020.

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618

07/10/2020: REMETIDOS OS AUTOS PARA ÁREA RECURSAL.

Data: 07/10/2020

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA ÁREA RECURSAL

Complemento: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

02/07/2021: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 02/07/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Da instância superior. Agravo 0811342-65.2019.8.23.0010 Ag 1.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 17/11/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Da instância superior. Apelação 0811342-65.2019.8.23.0010, possui sub-recurso(s).

Por: SISTEMA CNJ

17/11/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/11/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 85) RECEBIDOS OS AUTOS (17/11/2021)

Por: Graciela Joanice Pacheco Rodrigues

17/11/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/11/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 85) RECEBIDOS OS AUTOS (17/11/2021)

Por: Graciela Joanice Pacheco Rodrigues

17/11/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 17/11/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ROMIR GOMES AMORIM) em 17/11/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 85) RECEBIDOS OS AUTOS (17/11/2021) e ao evento de expedição seq. 86.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

17/11/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 17/11/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento RECEBIDOS OS AUTOS
(17/11/2021)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- PEDIDO DE ALVARÁ DEPÓSITO EM CONTA
- COMPROVANTE DE DEPÓSITO



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 4ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

PROCESSO: 0811342-65.2019.8.23.0010

CREDORA: ROMIR GOMES AMORIM

DEVEDOR: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

RUI DA ROCHA FILHO, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a expedição do ALVARÁ ELETRÔNICO PARA CRÉDITO EM CONTA, conforme orientação da OAB/RR (<http://www.oabrr.org.br/procedimentos-para-recebimentos-de-alvaras-durante-a-pandemia-da-covid-19/>), senão vejamos:

“Alvarás eletrônicos para crédito em conta:

Para recebimento nesta modalidade, **basta a indicação dos dados bancários junto ao juízo responsável pela emissão do alvará e os valores serão creditados na conta bancária indicada.**” (grifou-se)

A parte promovente obteve sucesso na demanda que propunha em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** Promovida, inclusive, já estando o valor referente à condenação judicial disponibilizado em seu nome no **BANCO DO BRASIL**, de acordo com o comprovante de depósito juntado aos autos do processo que tramitou no Tribunal de Justiça, EP- 22.2.

Desta forma, segue abaixo dados bancários do advogado que esta subscreve, a fim de que o valor seja creditado, conforme orientação.

Dados da conta do Procurador:



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Favorecido: Valdenor Alves Gomes, CPF 605.789.392-15

Banco do Brasil

Agência: 0250X

Conta Corrente: 116.715-4

Outrossim, requer seja expedido os competentes alvarás de levantamento, bem como, no que se refere ao valor referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, seja liberado em nome do patrono do promovente, como medida de inteira justiça

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 17 de novembro de 2021

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



Nº DA CONTA JUDICIAL
3600106109982

Nº DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 06/07/2021	AGÊNCIA (PREF / DV) 3797	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 05/07/2021	Nº DA GUIA 2589872	Nº DO PROCESSO 08113426520198230010	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA BOA VISTA	ORGÃO/VARA 4 VARA CIVEL RESIDUAL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 12059,96
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE ROMIR GOMES AMORIM		TIPO DE PESSOA Física	CPF / CNPJ 16412460225
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 710D510A19B682C9			
CÓDIGO DE BARRAS			



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZDT Z8TZ7 PSXL3 TEAVK



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX7X SH3H3 NQVWV 89B3B

17/11/2021: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL.

Data: 17/11/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL

Complemento: Referente ao evento (seq. 89) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE(17/11/2021 14:21:17). Identificador do Cumprimento: 0003

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
4ª VARA CÍVEL - PROJUDI

DO CENTRO CÍVICO, 666 - , Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95)
3198-4717 - E-mail: 4vcivelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0811342-65.2019.8.23.0010

CERTIDÃO

Certifico que, nos termos da Recomendação/CGJ nº. 01 de 07 de fevereiro de 2018, verifico a ocorrência, nos presentes autos, do seguinte:

- Ordem judicial para expedição de alvará eletrônico.
- Determinação de aguardar o trânsito em julgado da ordem judicial para expedição do alvará eletrônico:
(x) Não / () Sim, e já houve preclusão.
- É caso de bloqueio pelo sistema BACENJUD:
(x) Não / () Sim, e há ordem de transferência de valores.
- Os poderes dos advogados estão regularmente comprovados, incluindo os de receber e dar quitação em nome do mandante:
() Não / (x) Sim.
- Existe penhora averbada no rosto dos autos:
(x) Não / () Sim, conforme auto ou termo de penhora do EP. XX.

Dessa forma, expedi o respectivo alvará eletrônico Nº. 20211117163710014535, encaminhei para conferência e posterior assinatura do magistrado no sistema SISCONDJ.

Boa Vista, 17 de novembro de 2021.

ALDENEIDE NUNES DE SOUSA
Analista Judiciária



17/11/2021: MUDANÇA DE CLASSE PROCESSUAL DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Data: 17/11/2021

Movimentação: MUDANÇA DE CLASSE PROCESSUAL DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA

17/11/2021: CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

Data: 17/11/2021

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Complemento: Responsável: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Por: ALDENEIDE NUNES DE SOUSA